

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA DURANTE A GUERRA
FRIA (1975-1992)**

ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO

BRASÍLIA
2013

ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA DURANTE A GUERRA
FRIA (1975-1992)**

Dissertação apresentada como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Relações
Internacionais.

Área de concentração: Política
Internacional e Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Pio Penna Filho.

BRASÍLIA
2013

ALBERTO ANDRÉ CARVALHO FRANCISCO

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA DURANTE A GUERRA
FRIA (1975-1992)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração Política Internacional e Comparada.

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Pio Penna Filho.
Instituto de Relações Internacionais - UnB (Orientador)

Prof. Dr. José Flavio Sombra Saraiva
Instituto de Relações Internacionais - UnB

Prof. Dr. Ivair Augusto dos Santos
Gabinete do Reitor - UnB

*Dedico este trabalho a meu Tio Paulo de
Carvalho (in memoriam), aos meus pais Nanda
e Rui, aos meus irmãos Lady, Caly e N'kruma,
por todo amor carinho, compreensão, apoio e
dedicação*

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho somente foi possível devido ao apoio de algumas pessoas e algumas instituições. Primeiramente, agradeço ao Pedro Américo Furtado de Oliveira por ter me apresentado o Brasil/Brasília, a Universidade de Brasília (UnB) e o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Agradeço o acolhimento dado pelo Instituto de Relações Internacionais (Irel), cujo ambiente proporcionou discussões e debates acadêmicos frutíferos à minha formação. À secretaria do programa de Pós-graduação do Irel/UnB, em especial a Odalva e o Anderson, pelo seu profissionalismo. Agradeço ao Professor Mourão e o Professor Donato que serviram como bússola deste trabalho. Agradeço especialmente ao professor Pio Penna Filho por sua orientação, a perspicácia em suas palavras, tanto dentro da sala de aula, quanto em nossas conversas, que contribuiu sobremaneira para meu amadurecimento profissional e pessoal.

O apoio de família e amigos também foi central nesse trabalho. As novas amizades que fiz no programa de pós-graduação e em Brasília proporcionaram que essa caminhada fosse mais prazerosa. Um agradecimento muito especial aos meus amigos e colegas: Álvaro Panazzolo Neto, Andréa Rodrigues Britto, Antouan Monteiro, Lorena Marques, Pilar Brasil, Rafael Manzi, Rafael Araújo, Willyanny Almendra, e em especial ao Bruno Hendler e a Ganesh Inocalla. Foi um prazer compartilhar momentos dentro e fora da academia com vocês. A comunidade angolana em Brasília: Luisa, Walter, Correia, Neu Faria, Ivan, Pedro, Zequinha. Ao pessoal da União dos Estudantes Africanos em Brasília- UEAB: Professor Ivair, Gaudêncio, Fatumata, Lusibety, Virginia e Daniel. Ao pessoal da EMBRAPA. Aos meus parentes mais próximos que cresceram comigo e que, por motivos profissionais, eu tive que estar longe deles geograficamente: meus primos-irmãos queridos Sany, Paizinho, Teresa, Sofia, Lina. Ao meu querido sobrinho Tony. Por fim, um agradecimento às pessoas mais importantes não somente na conclusão desse mestrado, mas na minha vida: aos meus pais Nanda e Rui, aos meus irmãos Lady, Caly e N'kruma. Todas as conquistas em minha vida são de vocês também.

“África é um Corpo inerte, onde cada abutre vem debicar o seu pedaço”

Agostinho Neto

RESUMO

A política externa de Angola, embora recém nascida tem ganhado uma boa visibilidade a nível internacional, em particular no continente africano, nestes últimos cinco anos, devido ao fim da guerra civil e ao bom crescimento econômico do país. Mas seria um erro de análise fazer-se uma abordagem da política externa angolana atual sem compreender a história da política externa de Angola, durante o período de Guerra Fria. Desde a conquista da independência pelo Movimento Popular de Independência de Angola (MPLA), uma série de iniciativas e de ações foram levadas a cabo por sua política externa, a qual foi guiada por uma série de diretrizes explícitas ou implícitas. O objetivo geral dessa dissertação é analisar como foi a política externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992). Para cumprir esse objetivo, primeiramente, começamos com a criação do MPLA e sua busca pelo apoio internacional na conquista pela independência de Angola. Em segundo lugar, observamos um quadro de ações dos principais atores internacionais na crise angolana durante o período em análise, com grande destaque para a URSS e para os EUA. Em terceiro lugar, analisa-se as linhas mestras da política externa da República Popular de Angola durante o governo de Agostinho Neto, logo após a independência. Em quarto lugar, discute-se a continuidade da política externa de Neto no governo de José Eduardo dos Santos, ainda as mudanças que dos Santos foi efetuando durante o decorrer da Guerra Fria. Finalmente, o argumento principal defendido nessa dissertação é que o MPLA, tanto no governo de Neto como no de dos Santos, foi muito pragmático procurando defender os interesses nacionais do estado.

Palavras-chave: Política externa angolana. MPLA. FNLA. UNITA. Governo de Agostinho Neto. Governo de José Eduardo dos Santos. Guerra Fria.

RÉSUMÉ

La politique étrangère de l'Angola, bien que nouveau-né a gagné une bonne visibilité au niveau international, en particulier en Afrique, au cours des cinq dernières années, en raison de sa bonne croissance économique. Mais ce serait une erreur que d'analyser une approche de la politique étrangère angolais aujourd'hui sans comprendre l'histoire de la politique étrangère de l'Angola au cours de la période de la guerre froide. Depuis la réalisation de l'indépendance par le Mouvement populaire pour l'indépendance de l'Angola (MPLA), une série d'initiatives et d'actions ont été menées par sa politique étrangère, qui a été guidé par une série de lignes directrices explicites ou implicites. L'objectif général de cette thèse est d'analyser comment était la politique étrangère de l'Angola pendant la guerre froide (1975-1992). Pour atteindre cet objectif, d'abord, nous commençons par la création du MPLA et sa quête de soutien international dans la réalisation de l'indépendance de l'Angola. Deuxièmement, nous avons observé un cadre d'actions principaux acteurs internationaux dans la crise angolaise au cours de la période sous revue, avec beaucoup d'emphase l'URSS et les Etats-Unis. Troisièmement, nous analysons les grandes lignes de la politique étrangère de la République d'Angola Agostinho Neto et le gouvernement peu après l'indépendance. Quatrièmement, nous discutons de la continuité de la politique étrangère du président Neto José Eduardo dos Santos, même si les changements que dos Santos exerçait au cours de la guerre froide. Enfin, le principal argument défendu dans cette thèse est que le MPLA, tant au gouvernement que dos Santos Neto, était à la recherche des intérêts nationaux très pragmatiques de l'Etat.

Mots-clés: Affaires étrangères de l'Angola. MPLA. FNLA. UNITA. Gouvernement du Agostinho Neto. Gouvernement du José Eduardo dos Santos. Guerre froide.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC: Congresso Nacional Africano
BM: Banco Mundial
CDIH: Centro de Documentação e Investigação Histórica
CEI: Casa dos Estudantes do Império
CIA: Central Intelligence Agency
CONCP: Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas
CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas
CVAAR: Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados
DISA: Departamento de Informação e Segurança de Angola
DMZ: Demilitarized Zone
EUA: Estados Unidos da América
FAA: Forças Armadas Angolanas
FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPLA: Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FAR: Forças Armadas Revolucionárias Cubanas
FLEC: Frente de Libertação de Cabinda
FLN: Frente de Libertação Nacional da Argélia
FMI: Fundo Monetário Internacional
FNLA: Frente Nacional Para a Libertação de Angola
FPLA: Frente Popular de Libertação de Angola
FRAIN: Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das colônias portuguesas
GRAE: Governo Revolucionário de Angola no Exílio
GURN: Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
JMC: Joint Monitoring Commission
JMPLA: Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola
KGB: Comité de Segurança do Estado
LAC: Luanda Antena Comercial
MAC: Movimento Anti Colonial
MIA: Movimento para Independência de Angola
MINA: Movimento para a Independência de Angola

MIREX: Ministério das Relações Exteriores - Angola
MLA: Movimento de Libertação de Angola
MLNA: Movimento de Libertação Nacional de Angola
MMCA: Missão Militar Cubana em Angola
MNA: Movimento dos Países Não-Alinhados
MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola
OIT: Organização Internacional do Trabalho
OMA: Organização das Mulheres Angolanas
ONU: Organização das Nações Unidas
OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN: Organização do Tratado Atlântico Norte
OUA: Organização de Unidade Africana
PAG: Programa de Ação do Governo
PCA: Partido Comunista Angolano
PCP: Partido Comunista Português
PCUS: Partido Comunista da União Soviética
PIB: Produto Interno Bruto
PIDE: Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PLF: Países da Linha da Frente
PLUAA: Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRS: Partido de Renovação Social
RDA: República Democrática da Alemanha.
RDC: República Democrática do Congo
RENAMO: Resistência Nacional Moçambicana
RFA: República Federal da Alemanha
RI: Relações Internacionais
RPA: República Popular de Angola
RSA: República Sul-Africana
SAAF: South African Air Force
SADC: Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SADCCC: Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral
SADF: South African Defence Force
SI: Sistema Internacional

SWAPO: Organização dos Povos da África do Sudoeste
SWATF: Southern West Africa Territory Force
UA: União Africana
UE: União Europeia
UGEAN: União dos Geral dos Estudantes da África Negra
UNAVEM- Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNITA: União para Independência Total de Angola
UNTA: União Nacional dos Trabalhadores Angolanos
UPA: União das Populações de Angola
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VOA: Voice of America
VORGAN: Voz de Resistência do Galo Negro

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
RESUMO.....	7
RÉSUMÉ	8
Lista de abreviaturas e siglas	9
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTACAO DE ANGOLA – MPLA	17
1.1 Gênese do MPLA.....	17
1.2 MPLA e a busca pelo apoio internacional.....	20
1.3 Outros atores no apoio ao MPLA.....	25
1.4 Dificuldades na afirmação internacional.....	29
1.5 instalação da Direção do MPLA em Leopoldville	31
CAPÍTULO 2 - OS ATORES INTERNACIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA	51
2.1 URSS	55
2.2 EUA	60
2.3 Spínola-Mobutu.....	64
CAPÍTULO 3: POLITICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA: DEFESA E SOBERANIA	69
3.1 LINHAS MESTRAS DA POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA.....	69
3.2 O GOVERNO DE AGOSTINHO NETO.....	71
CAPÍTULO 4: POLITICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA: CONTINUIDADE E MUDANÇAS.....	95
4.1 O GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.....	95
4.2 AGRESSÕES EXTERNAS	97
4.3 Paradoxo Angolano.....	110
4.4 MUDANÇAS E RENOVAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA	111
CONCLUSÃO.....	119
FONTES E BIBLIOGRAFIA	125

INTRODUÇÃO

O conflito interno angolano foi ao longo das últimas três décadas, um dos principais motivos ou fatores de instabilidade na África Austral, não apenas pela sua intensidade mas sobretudo pela dimensão do envolvimento externo, sofrendo diretamente a influência da guerra fria.

Angola, no alvorecer do século XXI, almeja ser um país modelo em África e uma potência regional¹. O fato de atualmente Angola vir a crescer economicamente e não só, tornar-se numa potência regional, faz com que a sua política externa seja foco de debate. Seria um erro de análise fazer-se uma abordagem da política externa angolana sem compreender a história da política externa de Angola, durante o período de Guerra Fria, que é, afinal, um desafio para os analistas de relações internacionais.

O objetivo desta dissertação é a analisar como foi a política externa angolana durante esse período, ou seja, a política externa de Angola durante a Guerra Fria. O foco principal dessa dissertação é observar os principais elementos básicos na formação da política externa angolana. No início da pesquisa, a hipótese do trabalho era a de que a política externa angolana era baseada em ações diplomáticas de alianças, de identificações ideológicas e amizades com os países aliados pertencentes ao bloco socialista, logo, seria uma política externa marxista-leninista. Entretanto, a pesquisa efetuada mostrou que a resposta não era assim tão simples como a inicialmente esperada. É muito mais complexo e envolve inúmeras variáveis e interesses.

Assim sendo, após uma pesquisa empírica, o tema principal dessa dissertação a ser defendida é: A política externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992). O período compreendido se inicia com a conquista da soberania do país, através da proclamação da independência, em 11 de Novembro de 1975, face ao poder colonial português depois de 14 anos, e se encerra com a realização das primeiras eleições de 1992 que, em parte, colocariam fim a uma guerra civil de quase duas décadas entre o governo do MPLA e o movimento rebelde da UNITA². Embora o período em análise

¹ Presidente José Eduardo dos Santos, na cerimónia de cumprimentos de fim de ano ao corpo diplomático, **Jornal EME**, Luanda, 8-14 de Janeiro, 2011, Política, pag.2.

² CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira da. Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Tese de Doutorado.

seja de 1975-1992, tornou-se quase que obrigatório recuar a pesquisa a um período antecedente à independência nas décadas de 1950/60, com a criação dos movimentos nacionalistas angolanos, em especial ao MPLA, que foi o representante do governo por ter sido o vitorioso no embate entre os movimentos que reivindicavam a legitimidade da representação do povo angolano. De sorte que é preciso considerar que a política externa angolana teve início nas ações diplomáticas desenvolvidas pelos movimentos antes mesmo da independência.

A investigação que serviu de base para essa dissertação, assentou prioritariamente nas fontes primárias impressas, sobretudo fontes de arquivos do partido MPLA, ofícios, revistas, jornais, discursos, etc, constituindo muitos deles documentos inéditos. Ainda relativamente aos arquivos e documentos de Angola, importa salientar que ainda não possuíam uma classificação e nem tampouco uma abertura para os pesquisadores, ou seja, na sua maior parte os documentos ainda são classificados como “secretos”.

Além disso, consultou-se fontes secundárias desde artigos de analistas em relações internacionais, dissertações de mestrado, teses de doutorado, bem como livros especializados ao tema. Destaque-se, ainda, que 99% das fontes secundárias são de autoria de estrangeiros, o que é revelador da necessidade de maior engajamento dos próprios angolanos para entender melhor a sua própria história e, a partir daí, produzir análises com visões de “dentro”.

Finalmente, há que se observar que utilizou-se também para a realização desta dissertação de fontes orais, com entrevistas com analistas em Relações Internacionais e acadêmicos. Aqui, vale destacar as várias horas passadas ao lado do Professor Fernando Mourão, tanto pela reputação como intelectual, como por ter sido ele mesmo um ator que vivenciou todo o processo analisado de forma direta e muito intensa. Assim, as entrevistas com o professor Mourão se constituíram em valiosa e inestimável fonte de informação que muito enriqueceram o trabalho e a visão do autor sobre a História recente de Angola.

A dissertação está dividida em quatro capítulos, os quais possuem subdivisões, permitindo clarificar melhor o argumento.

No primeiro capítulo, começa-se com a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e sua busca pelo apoio internacional. Nesta fase, o

objetivo principal do MPLA era a conquista da independência de Angola. O MPLA contava com apoio das organizações juvenis, femininas e sindicais angolanas que nos fóruns internacionais denunciavam a política colonial portuguesa.

Logo após a sua criação o MPLA teve muita dificuldade de afirmação internacional, em particular no próprio continente africano, mas mais tarde teve os seus primeiros apoios militares, econômicos, político-ideológicos e diplomáticos dos países vizinhos e, em seguida, dos países socialistas. Destaca-se, ao longo do capítulo, o fato de que, além do MPLA, haviam dois outros movimentos na luta contra o colonialismo português, FNLA e UNITA.

No capítulo II foi traçado um quadro das ações dos principais atores internacionais na crise angolana, em particular dos Estados Unidos da América (EUA) e da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Na realidade, a origem da internacionalização da crise angolana, começou no início da década de 1960 com o apoio dos norte-americanos concedidos a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Por sua vez, o MPLA, depois de passar por crises internas e hostilidades do Zaire, recompôs-se e teve o apoio da esquerda europeia e, em seguida dos cubanos e soviéticos.

No capítulo III observa-se as linhas mestras da política externa da recém nascida República Popular de Angola no governo de Agostinho Neto, líder do MPLA e primeiro presidente do país. As crises internas do MPLA que, por sua vez, afetaram a política interna de Angola, mais propriamente ao chamado episódio de 27 de Maio de 1977 também são analisados por serem considerados momentos decisivos para a consolidação da ainda muito jovem República. Ainda, as suas relações com EUA, URSS e Zaire, os três países que estavam mais diretamente envolvidos na questão angolana, também são analisadas nesse capítulo.

No capítulo IV, que é na verdade a continuidade do capítulo anterior, procede-se à uma análise da política externa de Angola no governo de José Eduardo dos Santos. Primeiro veremos as agressões externas, da qual o estado angolano foi vítima durante o governo de dos Santos. Posteriormente, analisamos o chamado “paradoxo angolano” em que governo do país tinha como principal aliado comercial os EUA e político-ideológico a URSS. Na outra parte deste capítulo, o enfoque recai sobre a virada ideológica (1985-1991), finalizando com o processo de paz e os acordos de Bicesse.

Finalmente, com base no que foi analisado no decorrer do corpo dessa dissertação, apresentamos uma súmula das conclusões parciais de cada capítulo do trabalho. Pretendemos ter contribuído para o entendimento do que foi o histórico da política externa de Angola, no governo Neto e dos Santos.

CAPÍTULO 1: MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTACAO DE ANGOLA – MPLA

Torna-se necessário neste capítulo que se comece desde os primeiros anos da década de 50 e 60 do século XX, embora não de forma tão sequencial, com a criação dos movimentos nacionalistas angolanos, em particular o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e seu rival inicial, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). A ligação que o MPLA possuía com as associações juvenis, estudantis, femininas e trabalhistas. A busca pelo apoio internacional por parte do MPLA e seus membros mais ativos, ainda a dificuldade em afirmar-se a nível internacional, em particular no continente africano.

Todas essas ações desenvolvidas pelo MPLA neste período, foram a base inicial ou raiz de grande parte da política externa de Angola.

1.1 Gênese do MPLA

Considerada como uma das recentes versões oficiais da criação do MPLA, diz que tudo tem início na Tunísia. Na conferência de Tunês em Janeiro de 1960³, foi o local da estreia pan-africana, embora sem chamar muita atenção, do MPLA. Tendo com isso alcançado muitos frutos a nível do continente africano⁴.

Numa outra versão, o MPLA teria sido criado em 10 de Dezembro de 1956, em resultado da fusão do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), do Movimento para a Independência de Angola (MINA) e do Partido Comunista de Angola (PCA). Além destas organizações, versões mais atualizadas acrescentam a Comissão Federal do Partido Comunista Português, a Comissão da Luta contra o

³ Segundo Lucio Lara in: *o meu testemunho*, foi nesta 2ª conferência Pan Africana em que os movimentos nacionalistas angolano e guineense, de inspiração marxista sofreram uma transformação qualitativa, uma verdadeira mutação. Até então, as actividades dos nacionalistas africanos das colónias portuguesas tinham-se caracterizado por uma improvisação, espontaneidade e participação em organizações frágeis. Constituiu para os nacionalistas africanos um marco muito importante de amadurecimento, senão determinante nos combates ao fascismo e colonialismo português.

⁴ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.93.

Imperialismo Colonial Português, o pessoal da Angola Negra e da Mensagem. Nesse contexto, a sigla MPLA só ressurgira de forma oficial em Tunês, em 1960.⁵

A gênese do MPLA inicia justamente com a elaboração de uma estratégia política através de um movimento de fluxo e refluxo que se explica nos princípios nela expressos, cuja concepção é de responsabilidade dos autores do *Manifesto*⁶ que proclamavam a necessidade da criação de um amplo Movimento Popular de Libertação de Angola. Viriato da Cruz⁷ é efetivamente o responsável pela elaboração de tal documento, mas a discussão sobre o seu conteúdo conta com a participação do núcleo duro do PCA (Partido Comunista de Angola)⁸.

Este fluxo é desencadeado em cumprimento de uma diretiva máxima que declarou a urgência da proliferação de um conjunto de organizações políticas que promovessem a consciencialização dos angolanos, independentemente da sua condição social e do seu ideário político, para a causa da libertação do país⁹.

O Manifesto de Dezembro de 1956 constitui o primeiro marco da história do MPLA. Assinala o início do seu processo de formação na medida em que se estabeleceu muitos dos fundamentos da linha político-ideológica que vai guiar o Movimento Popular de Libertação de Angola. Embora o MPLA tenha sido criado aos 10 de Dezembro de 1956, com uma perspectiva nacionalista para Angola, mas só foi institucionalizado como organização política formal com o estatuto e programas editados com os símbolos do movimento e direção constituída, em Julho de 1960, em Conakry¹⁰.

⁵ Mateus, Álvaro, Mateus, Dalila Cabrita, *Purga em Angola*, Alfragide, Texto Editores, 2011. Pag.27.

⁶ Veja-se ANEXO o manuscrito do *Manifesto de 1956*, pelo punho de Viriato da Cruz, e com anotações de Mário Pinto de Andrade. Documentos a guarda da Fundação Mário Soares, 04357-005

⁷ Viriato Francisco Clemente da Cruz nasceu a 25 de Março de 1928 Kwanza Sul. Teve grande protagonismo na Sociedade Cultural de Angola, onde promoveu a constituição de grupos de discussão política. Participou no ato de criação do Partido Comunista Angolano, em 1955, do PLUAA em 1956. Redige o Manifesto do MPLA em 1956. Deixa Luanda em 1957 com destino a Portugal, com passagem por França e Alemanha. A partir desses países da sua contribuição na discussão das questões políticas e na formação das organizações como MAC e a FRAIN. Após a instalação do MPLA em Conakry, foi o primeiro Secretário Geral do MPLA até 1963, ano da ruptura com o Movimento. A sua tentativa de integração na FNLA fracassou pelo que partiu para o exílio na Argélia e depois para a República Popular da China, onde morreu em 1973, os seus restos mortais foram trasladados para Angola em 1993.

⁸ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. *História do MPLA 1º Volume (1940-1966)*. Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, p.77.

⁹ Idem, *ibidem*, p.77.

¹⁰ CAMUTENHA, Alberto Manuel, *A intervenção Cubana em Angola 1975-1991*. Luanda: Monografia de Relações Internacionais no IRI/MIREX, 2008. Pag.8.

É neste manifesto que inspiram documentos orientadores como manifesto do Movimento Anticolonial (MAC), datado de 1 de janeiro de 1960 e o primeiro programa do MPLA, publicado em Julho do mesmo ano. Dizer ainda que a par do MPLA, foram criadas várias outras organizações políticas que estavam ligadas ao MPLA, uma vez que os membros do MPLA eram os mesmos dessas organizações.

A divulgação do programa e dos estatutos do MPLA no exílio constituiu um dos principais fatores que levou ao fortalecimento das suas fileiras no exterior. Muitos angolanos que até então não se identificavam com os programas das outras organizações políticas angolanas já instaladas no exterior e no interior, passaram a identificar-se com o MPLA, com grande destaque para o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), que tinha como principal atividade a conscientização dos angolanos para a causa da libertação do país. Isto é, os membros do PLUAA tiveram sobretudo a missão de promover a criação de novas organizações, como medida não só para a expansão da luta mas acima de tudo como medida de segurança¹¹.

No prosseguimento da estratégia inicial, os mesmo integrantes do PLUAA, criaram o Movimento Para a Independência de Angola (MIA) em 1957. Esta organização tinha o mesmo objetivos que as outras, mas focalizava-se mais na distribuição de panfletos sobre as denúncias da situação sócio económica da colônia, salientando que esses panfletos percorreram os principais bairros dos musseques de Luanda (Marçal, Rangel e Maianga).

A diversificação de organizações e associações políticas empenhadas na luta para a libertação do país, responde a uma estratégia delineada a partir de 1956, como o Movimento de Libertação de Angola (MLA), o Movimento para a Independência de Angola (MINA), Frente Popular de Libertação de Angola (FPLA) e ainda o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA)¹².

A estratégia do MPLA em unir vários grupos nacionalistas e chama-los a lutar em conjunto em prol da libertação de Angola, demonstrando uma boa imagem a nível internacional, fez com que, no começo de 1962 Holden Roberto, líder da União das Populações de Angola (UPA), unisse as mais pequenas organizações de refugiados

¹¹ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. Historia do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, p.82.

¹² Idem, ibidem, p.83,87,89.

existentes em Leopoldville como, por exemplo, a União dos Refugiados do Zombo – transformada mais tarde em Partido Democrático de Angola. Holden Roberto faz um acordo com a direção desta pequena organização tribal e no dia 27 de Março de 1962 ela fundiu-se com a UPA formando a chamada Frente para a Libertação Nacional de Angola (FNLA). No mesmo ano, a 5 de Abril, Holden Roberto anunciou em Leopoldville a criação do “Governo Revolucionário de Angola no Exílio “ (GRAE) e declarou-se como chefe desse mesmo governo.¹³

1.2 MPLA e a busca pelo apoio internacional

Para Fernando Mourão, após a formação do MPLA, uma nova fase de luta se iniciava, mas uma luta de ideias e não armada. A divulgação do MPLA no plano exterior, porque se precisava de sustentação na comunidade internacional, em particular a africana¹⁴.

O contexto internacional estava dominado por questões da Guerra Fria, em que a filiação dos países ocidentais a OTAN, em oposição aos do bloco soviético, que fortemente vão influenciar na temática da descolonização dos povos subjugados, auxiliando a tomada de consciência dos estudantes africanos. Começa aumentando o pequeno número de estudantes, que por falta de universidades nas colônias, foram enviados para Portugal, por intermédio de bolsas de estudos concedidas pelas missões religiosas, na sua maior parte protestantes, por organismos oficiais ou ainda graças a renda familiar. A medida que as dificuldades de sobrevivência material e a necessidade de se relacionar, obriga os a rapidamente se envolverem em atividades culturais nas associações estudantis universitárias, que o regime fascista foi tolerando, ou até na ação política, esta porém, nos muros da clandestinidade.

Agostinho Neto, Mario Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Lucio Lara, entre outros, estabelecem contato entre si, através de uma correspondência que se revelou regular, e na qual se pode ler seu pensamento político e principalmente o seu plano de ação. Este grupo tece no exterior a teia que vai juntando todos os pontos de uma grande rede que vai desembocar em África e a partir da qual se vai organizar todo o plano para a libertação total do país.

¹³ IGNATIEV, Oleg, uma arma secreta em África, Moscovo, Edições Progresso, 1977, pag.42.

¹⁴ MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Política externa de Angola, 15 de Agosto de 2012, São Paulo, entrevista concedida a Alberto André Carvalho Francisco.

As contingências a que estiveram sujeitos os angolanos, pela exiguidade de recursos a sua disposição para garantir, inclusive, a sua própria sobrevivência, revela que só um alto espírito patriótico e um grande nível de conscientização permitiram ultrapassar todos os obstáculos pra que se seguissem em frente na execução de um programa que se projeta a partir de Angola mas que se desenvolve no exterior.

Agostinho Neto, em 1954, cria o Movimento Democrático da Colônias Portuguesas. Esta organização surge com os mesmos objetivos do Grupo de Paris que integrava Mario Pinto de Andrade¹⁵, que funcionava na *Presence Africaine*¹⁶ como o secretário de Alioune Diop¹⁷, o moçambicano Marcelino dos Santos e o são-tomense Guilherme do Espirito Santo. Este grupo acabou tendo mais tarde uma parceria com o grupo de Lisboa, criando então assim o Movimento Anticolonialista (MAC).

Mario de Andrade, desde a sua chegada a Lisboa, sempre buscou apoio a nível internacional para o MPLA, onde foi possível mobilizar vontades até a época em que vai pra França se tornando secretário da *Presence Africaine*. Ele soube aproveitar bem

¹⁵ **Mario Coelho Pinto de Andrade** foi presidente do MPLA no exílio. Nasceu no Gulungo Alto (Kwanza-Norte), em 1928. O seu pai foi co-fundador da Liga Nacional Africana . realizou os primeiros estudos no Seminário de Luanda e para concluir o Liceu teve de inscrever-se no Colegio Portugal, 1948 depois de ter desembarcado em Lisboa na companhia de seu irmão Joaquim Pinto de Andrade e o padre Alexandre do Nascimento que iam para Roma estudar Teologia. Depois de concluído o liceu matriculou-se na faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para estudar Filologia Classica. Em 1953 lanca, com Francisco Tenreiro, o *caderno de poesia Negra de expressão Portuguesa*. Passou pelo MUD-juvenil, pela Casa dos Estudantes do Imperio. Em 1954 fixou-se em Paris e formou-se em Sociologia na Ecole Pratique des Hautes Etudes. Desempenhou o cargo de secretario da revista *Presence Africaine*. Em 1960 vai a Conacry para dinamizar as atividades do MPLA (1962) foi eleito Secretario para as Relacoes Internacionais ate ao seu abandono, em 1963, por discordar da criação da FADLA (Frente Democratica de Libertacao de Angola). Recebeu Agostinho Neto em Rabat, Marrocos, 1962.

¹⁶ A revista *Présence Africaine* surge em 1949, dois anos após a sua aparição, seus editores decidem abrir a editora. Numa época em que a luta pela independência das colônias africanas está atingindo seu auge, a editora que pretendia ser o espaço em que os escritores negros pudessem expressar e ver circular suas obras. Durante a década dos '50, a editora *Présence Africaine* publica obras de cariz eminentemente político. Dentre elas, cabe destacar quatro que viriam a ser os pilares do movimento da Negritude. A primeira foi a do missionário franciscano Placide Tempels, *A Filosofia Bantu*. Depois aparecem as outras três obras fundamentais da década, essas sim autenticamente revolucionárias: *Peles negras, máscaras brancas* (1952), obra do psiquiatra, filósofo e ensaísta da Martinica, Frantz Fanon; *Nações negras e cultura* (1954), do sábio multifacetado senegalês, historiador, antropólogo, físico nuclear, linguista e político pan-africanista Cheikh Anta Diop; e *Discurso sobre o colonialismo* (1955), do poeta, político e ensaísta, também martinicano e co-fundador do movimento da Negritude, Aimé Césaire. Ao longo dos anos, a editora também trabalhou na busca do conhecimento da civilização negra através de congressos, festivais, associações, conferências, seminários etc, como o Primeiro Congresso de Intelectuais e Artistas Negros em 1956 (Paris), e o Primeiro Festival Mundial de Artes Negras, em 1966 (Dakar).

¹⁷ **Alioune Diop** nasceu no Senegal, em 10 de Janeiro de 1910. Foi escritor e editor fundador da revista intelectual *Présence Africaine* e uma figura central no movimento *Negritude*. Diop era mulçumano, mas as suas tias também o ensinaram a ler a Bíblia. Após concluir os seu ensino secundário no Senegal, continuou os seus estudos na Argélia e em França. Foi professor de literatura clássica em Paris e após a segunda Guerra Mundial foi o representante de Senegal no Senado Francês em 1946.

o fato de ter sido colega e amigo de boa parte dos líderes africanos que muito cedo conseguiram a independência dos seus países e se tornaram presidentes. Esse elemento facilitou a busca pelo apoio a nível do continente africano, e uma melhor divulgação e afirmação, uma vez que alguns países francófonos e anglófonos pouco ou quase nada sabiam sobre a África portuguesa e em particular, sobre o MPLA.

A sua ação política no exterior, se notabilizou com a participação em grandes conferências internacionais, com destaque para 2º Congresso de Escritores e Artistas Negros, que teve lugar em Roma, onde foi possível estabelecer diversos contatos internacionais que se revelaram importantes para o desenvolvimento da luta do povo angolano. Neste mesmo congresso, contou-se com a presença de Frantz Fanon que atuava como militante da causa argelina na Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN). Sendo que este Estado africano era um dos únicos que na época enfrentavam ou desafiavam com armas na mão o colonialismo francês, havia uma necessidade notória por parte dos demais territórios africanos em seguir o mesmo exemplo, para que pudessem ter um maior impacto a nível internacional, a fim de mudar o rumo do colonialismo naqueles territórios. Para a felicidade do MPLA, Franz Fanon manifesta a vontade da FLN em ajudar a impulsionar a luta contra o colonialismo português em Angola, com a formação militar de onze jovens angolanos¹⁸.

A ação diplomática vai ainda ser marcada com a participação para as conferências Pan-africanas de Ghana (1959) e Tunês (1960), conseguindo obter um reconhecimento internacional e a legitimidade de se pronunciar, denunciando o colonialismo. A intervenção de Mario de Andrade e outros angolanos no exterior permitiu um grande avanço para derrubar o governo português especialmente na Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁹.

Com as recentes independências dos Estados africanos, como foi o caso do Ghana (1957), Lucio Lara procurou por meio de correspondência, solicitar a instalação de um escritório do MPLA, mas infelizmente não obteve resposta alguma do Governo do Ghana. Na Conferência dos Povos Africanos em Túnis, Lucio Lara e Viriato da Cruz, representantes diretos do MPLA, vão desempenhar um papel preponderante, pois é a partir daí onde se vão revelar os apoios então esperados e

¹⁸ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. Historia do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, p.139.

¹⁹ *ibid* p. 140

necessitados pelo Movimento. Uma vez que por intermédio de correspondência não tivera sido possível conseguir apoio, os dirigentes do MPLA aproveitaram o momento para fazer contatos diretos com os líderes africanos reunidos em Tunis.

Desde então conseguiu-se estreitar ligações com outras organizações africanas e ainda com países socialistas que se fizeram presente a liberalização nas questões migratórias e financeiras, com os passaportes caducados de alguns participantes e a compra das passagens de regressos.

Para o MPLA, um dos maiores frutos da Conferência de Tunês, foi de fato no decorrer das reuniões, onde foi recomendado o regresso a África e a instalação do *Bureau* do MPLA. De tal forma que após a Conferência, Viriato da Cruz, com passagem paga pelos líderes africanos viaja até a Guiné Conakry. Mario de Andrade havia conseguido com a Guiné Conakry, mais precisamente com Sekou Toure, as autorizações para a aquisição dos passaportes aos nacionalistas angolanos e meios financeiros para se instalarem naquele Estado²⁰.

Pela primeira vez, o movimento irá instalar um *bureau*, com status provisório de sede – em solo africano (Conakry). Com a concentração dos angolanos, cria-se em Julho de 1960 o primeiro comitê diretivo do MPLA, tendo inicialmente como direção composta por Viriato da Cruz, Mario de Andrade e Lucio Lara, mais tarde foi oficializado como Diretor e Presidente Mario de Andrade, recém chegado de Paris, onde secretariava a famosa revista *Presence Africaine*. Estando em solo africano, e não europeu onde possuía muitos entraves, intensificam-se as atividades políticas do MPLA²¹.

Apesar que não fosse de se esperar tanta solidariedade por parte do Estado guineense, Conakry era a capital de um governo considerado revolucionário, com influência africana e no mundo socialista. Sendo que a partir do solo guineense partiu, em julho de 1960, uma delegação do MPLA/FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das colônias portuguesas) para a China. Dessa viagem de um mês resultavam os primeiros fundos para a luta, embora o caráter do regime

²⁰ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

²¹ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.95.

guineense e a ida a Pequim contribuíssem para acentuar as acusações de "comunista" ao MPLA²².

Um dos grandes feitos diplomáticos dessa fase do MPLA em Conakry foi a criação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), realizada em Casablanca, de 18 a 20 de abril de 1961, sob a égide do rei do Marrocos, Hassan II. Dela participaram dez movimentos nacionalistas das colônias portuguesas, incluindo Goa. Esse evento, além do seu caráter unitário importante, colocou o MPLA, desconhecido há um ano, no campo de aliança do Grupo de Casablanca, aguerridamente pan-africanista, em oposição ao "moderado" Grupo de Monróvia. Aliás, o MPLA esteve presente à reunião de 1961 desse grupo, em Monróvia, capital da Libéria²³.

O novo Comitê diretor do MPLA vai usar todos os meios possíveis ao seu alcance na luta pela libertação de Angola. Para tal, a luta diplomática era uma das armas mais importantes utilizadas para a conquista da independência, para o efeito viu-se a necessidade de se fazer ouvir pelo mundo. O MPLA procurou alargar as suas estruturas, tornando-as mais dinâmicas e eficazes de forma a permitir todo um trabalho diplomático nos países onde se fizeram sentir a necessidade de divulgar a ação libertadora que o Movimento conduziu.

O Estado português insistia firmemente em não reconhecer a colonização, alegando que todos os angolanos se sentiam bem como cidadãos portugueses. Por isso que o Comitê Diretor do MPLA baseado em Conakry vai intensificar a mobilização de apoios diplomáticos a nível de África e do mundo, para tal, o problema da descolonização foi levado a debate em diversos fóruns internacionais, com vistas a convencer a opinião pública internacional da realidade angolana. É de se salientar que o assunto havia sido recusado na ONU por ausência de votos, para se poder discutir o problema com maior profundidade, destacando as posições obstructionistas de alguns países ocidentais e dos governos do Brasil, Espanha e África do Sul²⁴.

²² Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

²³ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.95.

²⁴ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

O comitê diretor do MPLA, vai participar da Conferência Afro-asiática em abril de 1961, realizada no Cairo, Egito, e vai conseguir levantar a questão de Angola. E como resultado desta conferência, vai se criar um Comitê Internacional para Angola, que foi presidido pelo Presidente do Ghana Kwame Nkrumah, sendo que ainda faziam parte do mesmo o Presidente do Senegal, Leopold Sedar Senghor e outros Chefes de Estados africanos. Este Comitê tinha como missão fazer pressão política e diplomática junto das potências internacionais no sentido de pressionarem Portugal a negociar com os nacionalistas angolanos.

A preocupação de se realizar uma campanha diplomática mais acutilante pelo mundo contou sempre com a participação de outras organizações, como juvenis e feminina.

1.3 Outros atores no apoio ao MPLA

A diplomacia tinha um viés bem abrangente, englobando os contatos informais com pessoas influentes na política regional ou internacional bem como todo um arranjo sobre a situação angolana ou mesmo o envio de participantes nas reuniões dos organismos internacionais com participações estudantis, juvenis, femininas e sindicais.

Os jovens estudantes africanos na diáspora como Agostinho Neto, Amílcar Cabral etc. Mantinham contato com os seus países de origem, de onde fluíam informações sobre a situação que aí impera e sobretudo sobre o desenvolvimento da atividade política. Estes vão participar ativamente nas associações acadêmicas das suas universidades, quase sempre dominadas por movimentos de esquerda, nos quais destacam a notória influência do Partido Comunista Português (PCP). Ainda grupos como o MUD-Juvenil, liderado por Agostinho Neto.

A Casa dos Estudantes do Império (CEI) fundada em 1944, como iniciativa governamental, destinava-se a reunir os estudantes dos espaços que formavam o império colonial (Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde). Para o governo português, era uma missão civilizadora, o que justificava todo apoio financeiro que recebia do ministro das Colônias, Viera Machado, e do

Comissário Nacional da Mocidade portuguesa, Marcelo Caetano. De tal forma que a CEI possuía uma cantina, um salão de jogos, uma biblioteca e um posto medico²⁵.

A CEI desenvolveu uma intensa atividade cultural, animada pelos estudantes africanos que fizeram daquele espaço e naquele momento, a oportunidade soberana de divulgarem a cultura dos seus países, recriando sob diversas manifestações culturais, num claro exercício de oposição aos princípios e objetivos enunciados para a instituição pelas autoridades governamentais portuguesas.

Impedidos, portanto os africanos de poder dar largas as suas pretensões políticas no seio a CEI, em Lisboa, viram –se obrigados a abandona-la paulatinamente e unirem-se a uma outra organização que atuava na clandestinidade, o Centro de Estudos Africanos.

De acordo com Mario de Andrade, nos anos 40 foram feitas várias tentativas para instalar um Centro de Estudos Africanos, mas esta medida encontrou sérios entraves, pois a iniciativa não teve adesão esperada. O grupo de reflexão era constituído por Mario de Andrade, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Humberto Machado, Noêmia de Sousa e Francisco Jose Tenrio. A ideia de se levar a cabo uma ação de ordem cultural era na verdade uma fachada: devia desembocar naturalmente na política. O governo Português estava disposto a conceder um espaço físico que serviria como sede do CEI, mas entretanto queria que fosse criada uma instituição favorável a eles, mas os estudantes africanos não estavam dispostos a ceder, porque seria como sacrificar parte dos seus projetos. É assim que mais tarde como alternativa, o grupo de Mario de Andrade, recorreram a família Espirito Santo, de São Tomé, que os acolheu nos salões da sua casa a ideia da criação de um Centro de Estudos Africanos²⁶.

Esse grupo reconhecia a necessidade da sua afirmação cultural, que foi sendo abafada pelas limitações que o processo de assimilação provocou, pois a sua formação nas instituições de ensino fora baseada na cultura ocidental e portuguesa. Pretendiam portanto inverter o quadro. De tal forma, que no exterior, os angolanos se vissem compelidos a prosseguir o debate cultural e a colocar na agenda do dia os

²⁵ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

²⁶ ANDRADE, Mário, entrevista a Michael Laban, 1997, pag.70.

procedimentos que pudessem contribuir para a valorização da cultura angolana, esteio a partir do qual vão construir toda a teoria da libertação do seu povo²⁷.

Mais tarde, a 20 de Dezembro de 1954 foi criado o Clube Marítimo Africano, organismo que congregava estudantes, marítimos e intelectuais das colônias portuguesas residentes em Portugal. Apesar de se apresentar como agremiação desportiva, proporcionava aos seus membros, meios de cultura e de recreação. Funcionou também como centro de alfabetização e clandestinamente, como núcleo de conscientização política para a luta contra o fascismo e o colonialismo português.

Durante algum tempo, desempenhou o transporte de material de divulgação política, como panfletos, jornais, mensagens, dados estatísticos, policopiador, permitindo desta forma a ligação do movimento de libertação no interior com os seus representantes no exterior²⁸.

Como instrumentos da política externa do MPLA, além das organizações estudantis, como já mencionamos, foram ainda de grande importância a Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA). A JMPLA foi criada em Leopoldville, Julho de 1962, e passou a desenvolver inúmeras atividades de natureza política, social, desportiva, cultural e recreativa, apesar que todas essas acabaram levando em política.

Foi elemento essencial, a força motriz que permitiu que os grupos de guerrilha pudessem estender as bases em várias partes do território nacional angolano.

Durante o período de luta armada de libertação nacional, a principal tarefa da juventude era a participação na luta armada, e a JMPLA terá um importante papel na mobilização de jovens para a luta de libertação nacional.

Além disso, a JMPLA durante as suas participações em fóruns internacionais, como o de Janeiro de 1966 em Pequim a convite da juventude chinesa, apelará à solidariedade internacional, aos amigos do Movimento para que se juntassem à luta do povo angolano contra o colonialismo português, bem como o envio à Organização da Unidade Africana (OUA) e à Organização das Nações Unidas (ONU) de telegramas de protesto contra as diversas formas de desunião entre as forças nacionalistas angolanas e o respeito pelo direito a autodeterminação e a independência de Angola²⁹.

²⁷ Idem, pag.71.

²⁸ ZAU, Filipe, Marítimo Africanos e um Clube com Historia, 2005, pp.83 e 188.

²⁹ Documento 63/JMPLA/64 de 29 de Janeiro de 1964, arquivo do CDIH.

A Organização das Mulheres Angolanas (OMA) era uma organização feminina do MPLA, constituída por mulheres africanas nascidas em Angola e criada aos 10 de Janeiro de 1962 em Leopoldville³⁰.

A par destas organizações, uma teve grande destaque, a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA)³¹. De acordo com Maria Fernanda³², a UNTA nasce aos 16 de Abril de 1960, embora sendo uma organização sindical, na colônia não teve grande expressão junto da classe trabalhadora angolana, em virtude dos limites impostos pelo sistema colonial. Ela não surge como as demais centrais sindicais do mundo, teve a sua criação no Zaíre³³, e foi precisamente na capital Zaireense, Leopoldville, onde se encontravam um grande número de angolanos no exílio, que decidem criar uma organização sindical que tinha como objetivos procurar ajudar os guerrilheiros angolanos que se encontravam já na luta contra as tropas colonialistas portuguesas e criar uma frente diplomática junto a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outros organismos internacionais para que, a nível internacional, se pudesse elaborar uma corrente de ajuda aos angolanos de formas a muito rapidamente ser reconhecida a sua situação contra colonialismo português. A UNTA vai focalizar boa parte da sua busca de apoios junto dos países africanos e da Europa socialista, sobretudo para poder formar quadros em variados domínios de atividade.

É assim que, mais tarde, Bernard Dombele, vice-presidente da UNTA e Pascoal Luvualu, secretário geral da UNTA, foi efetuar diligências junto do Comitê Diretor do MPLA na pessoa do seu Secretário Geral, Viriato da Cruz, a quem estes dois responsáveis da UNTA endereçaram correspondências.

Visavam por um lado, receber material de divulgação, propaganda política, mas igualmente manifestar a sua disponibilidade para se juntar ao MPLA, o que viria a acontecer quando Viriato da Cruz propôs a unificação destas duas organizações, sem prejuízo, naturalmente, das respetivas estruturas. A unidade foi pelo menos um

³⁰ Estatuto da OMA.

³¹ A UNTA, depois da independência e até a década de 90, foi o único o sindicato oficial de Angola.

³² Maria Fernanda Carvalho Francisco, secretaria geral adjunta e para as relações internacionais da UNTA-CS, entrevista concedida a La Olla TV, canal televisivo da Central dos Trabalhadores da Argentina – CTA, 17 de Agosto de 2012.

³³ Ex zaíre, actualmente conhecido como República Democrática do Congo ou como também é conhecida como RDC ou Congo Kinshasa, devido a existência de um outro estado com o nome de Congo. Como corte cronológico desta dissertação compreende o período que vai de 1975 a 1992 utilizarei a denominação do país que prevalecia neste período, ou seja, Zaíre.

objetivo partilhado e, no caso da UNTA, esta vem a tornar-se efetivamente um braço do MPLA pelas afinidades políticas que ambas possuíam³⁴.

Além da participação em conferências sindicais internacionais, onde denunciava a política colonial portuguesa em Angola, uma das ações desenvolvidas pela UNTA, foi no apoio direto aos refugiados angolanos no exílio e da seleção de membros para cursos de formação no exterior, uma vez que a mesma possuía bolsas de estudos oriundas dos países socialistas³⁵.

1.4 Dificuldades na afirmação internacional

O percurso feito pelo MPLA para a afirmação na arena africana, foi longo e árduo, uma vez que o MPLA tinha como principal preocupação, a nível político, o de promover a unidade em Angola. Mas Holden Roberto, líder da União das Populações de Angola (UPA)³⁶ não aceitava formar uma frente nacional única com o MPLA, dificultando a situação do MPLA. Mas um dos maiores problemas da MPLA em relação a UPA, era que a mesma já tinha conseguido alguns apoios do Presidente Kwame Nkrumah, do Ghana e de Habib Bourguiba da Tunísia, cujos campos de treinamento militar foram abertos aos combatentes desse Movimento.

Holden Roberto havia ainda instalado a UPA no Zaire, vizinho de Angola, tendo a etnia bacongo que ocupa os dois lados da fronteira, tinha acesso livre a mais de 100 mil bacongos angolanos que, antes do desencadear da luta, já eram imigrantes ou exilados no Zaire³⁷.

Como já dito acima, a *intelligentsia* africana, desconhecadora da realidade do colonialismo português e da África Austral, a UPA aproveitava-se da situação de maior proximidade com os países africanos para acusar o MPLA de ser somente um partido de intelectuais mestiços, urbanos, desvinculados das massas e comunista, enquanto que a UPA seria o partido dos camponeses que representava o povo

³⁴ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. Historia do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, p.110.

³⁵ Resoluções do I Congresso da UNTA, CDIH

³⁶ A UPA que transformou-se em Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

³⁷ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.95.

angolano. O que obrigava o MPLA a se preocupar com a unidade com os outros movimentos das colônias portuguesas, de modo a proporcionar a todos uma melhor visibilidade no cenário africano internacional. Nessa batalha internacional de defesa aos ataques da UPA, destaca-se a figura de Mario de Andrade.

O MPLA vai a Conferência dos Não-Alinhados em busca de mais apoio diplomático. Durante um almoço, a delegação do MPLA tomou conhecimento através do Embaixador da Iugoslávia na Guiné Conakry, que algumas semanas antes o presidente da UPA, Holden Roberto, havia estado em Belgrado em busca de apoio para o seu Movimento. A UPA parecia estar sempre um passo à frente do MPLA, principalmente em África, uma vez que Holden Roberto nesta época passava-se como o único interlocutor da causa angolana e ganhava a simpatia de muitos Movimentos progressistas e de Chefes de Estados africanos.

Devido a tal situação, Pierre Mulele o chefe da Missão diplomática do Zaíre, e Thomas Kanza, representante do Congo na ONU, vão aconselhar o Presidente do MPLA a marcar passos largos e firmes para a criação de uma frente unida com a UPA, ou desenvolver uma forte diplomacia nos círculos políticos congolezes pelos fato de:

1. Holden Roberto era o líder angolano mais conhecido no Congo, principalmente em Leopoldville. Resultante das ligações e dos conhecimentos pessoais que o mesmo mantinha nos círculos políticos, por outro lado a UPA era a única organização política angolana com *bureau* na capital congoleza, o que lhes permitia um bom aproveitamento da rádio e da imprensa escrita.
2. Fora da capital, não havia grande simpatia para com Holden Roberto, porque muitos achavam que ele estivesse envolvido no assassinato de Patrice Lumumba.
3. Os Estados Unidos não davam dinheiro ao Holden pela a sua dupla face, ou seja, por já não saberem qual o seu verdadeiro jogo.
4. Inclusive o próprio Kasavubu, presidente do Congo, começou a desinteressar-se por Holden Roberto, dada a sua insistência nos planos monárquicos para o norte de Angola.

Assim sendo, torna-se imprescindível a abertura de um *Bureau* do MPLA em Leopoldville. Ainda um outro em Stanleryville³⁸, antes da UPA, de forma a conquistar as populações junto a fronteira de Angola.

1.5 instalação da Direção do MPLA em Leopoldville

Até a data de Setembro de 1961, ainda não se havia instalado a Direção do MPLA em Leopoldville, mas já existia neste país, um fluxo enorme do Movimento que mobilizava a comunidade angolana residente para a luta de libertação nacional, ou melhor, contra o regime colonial português. De tal forma que o número de militantes do MPLA crescia, inclusive com a contribuição de antigos integrantes da FNLA³⁹.

Agostinho Neto, então presidente do MPLA, vai recordar aos seus compatriotas, dizendo-lhes o seguinte:

“...os nacionalistas angolanos depositavam grandes esperanças no Congo independente que poderia servir de porta aberta para o abastecimento de material ao movimento de libertação nacional. A existência de meio milhão de angolanos no Congo – Leopoldville já era por si só uma importante reserva de forças que poderiam ser utilizadas como retaguarda do movimento que se desenvolvia dentro de Angola“.⁴⁰

Em julho de 1961, o Comitê Diretor envia uma comitiva, composta por Eduardo Macedo dos Santos, Américo Boavida e Hugo de Menezes para realizarem um grande e valioso trabalho político e diplomático no que tange ao reconhecimento oficial do MPLA em Leopoldville. Com o reconhecimento oficial do MPLA pelas autoridades congolezas, surgiram a necessidade de se remodelar os órgãos do Movimento para fazer face aos novos desafios. De tal modo que, em Maio de 1962, constitui-se um novo Comitê Diretor do MPLA. Assim, entraram dois mestiços, que acompanharão

³⁸ Kisangani é uma cidade da República Democrática do Congo, capital da província Oriental. Localiza-se nas margens do rio Zaire. Foi fundada em 1883 com a designação de *Stanleyville*. Passou a chamar-se Kisangani em 1966.

³⁹ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. Historia do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, p.205.

⁴⁰ IGNATIEV, Oleg, uma arma secreta em África, Moscovo, Edições Progresso, 1977, pag.37.

Neto ao longo dos anos: Lucio Lara, seu amigo desde os tempos de Coimbra e seu padrinho de casamento, fica com a Organização e a Formação de quadros, e Henrique Teles Carreira (Iko) com a missão da Segurança. É de se notar ausência clara e forte de antigos membros de grande destaque, como Viriato da Cruz, Lucio Lara etc, como consequência de auto-exclusão defendida por Viriato da Cruz⁴¹.

O autor da obra *Angola no Percurso de Um Nacionalista*, Fernando Tavares Pimenta, faz menção ao fato de que, até 1962, o MPLA possuía um Presidente, um Secretário Geral e um Tesoureiro, mas todas as funções se concentravam em Agostinho Neto. Era ele que convocava o Comitê Central, nomeava e demitia os responsáveis, efetuava as transferências de quadros, movimentava o dinheiro para os diversos departamentos e alterava a política e estratégia do movimento. Segundo o autor, Neto liderava o Movimento a seu bel prazer, de acordo com as necessidades e favorecendo uns e humilhando outros.⁴²

Fracasso da 1ª FRENTE ÚNICA entre MPLA e UPA.

Após a instalação oficial do MPLA em Leopoldville, as relações com a UPA só fizeram piorar. Embora várias entidades internacionais e principalmente fossem a favor da unidade entre ambas organizações, pouco se avançou nesse sentido.

Durante a conferência dos movimentos nacionalistas africanos na Tunísia em Janeiro de 1960, onde esteve presente Holden Roberto como o representante máximo da UPA e ainda a delegação do MPLA composta por Mario de Andrade, Lucio Lara e Viriato da Cruz, estes últimos sabiam que nos trabalhos da conferencia estaria um representante da UPA. Apesar de todas divergências existentes entre os dois movimentos nacionalistas angolanos, a delegação decidiu sondar se era possível criar então uma frente única com a UPA, assim sendo, convidaram Holden Roberto para um encontro onde fosse discutida tal possibilidade de uma frente única. Holden Roberto aceitou o convite e foi para o encontro, mas com todas instruções recebidas

⁴¹ Viriato da Cruz pensava que a Direcção do MPLA era constituída maioritariamente por mestiços se se considere a proporção dos militantes de raça negra que o Movimento possuía, estes estavam mal representados na direcção por esta razão havia necessidade de excluir do Comité Director os mestiços, uma vez que este fato era explorado pela UPA para denegrir a posição do MPLA, que ela acusava de ser um Movimento que lutava para a neocolonização de Angola (Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008),

⁴² PIMENTA, Fernando Tavares *Angola no Percurso de Um Nacionalista*, Porto, Edições Afrontamento, 2006, pp.90 e 100.

da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA para não aceitar qualquer tipo de união com o MPLA. Holden Roberto durante o encontro disse fracamente:

*“Creio que não chegou o momento para a fusão das nossas organizações. O vosso programa não me convêm, nem aos meus camaradas, nem a nossa organização puramente, a UPA, pois ela é uma organização puramente africana enquanto que no vosso MPLA participam também mulatos e colonos brancos. Para quem vamos conquistar então a independência e a liberdade? Lutamos contra os mulatos, os colonos brancos e os portugueses. Não vemos nenhuma diferença entre eles. Para nós estamos muito mais próximo aos negros africanos de que os angolanos com a pele branca embora eles mesmos, os seus pais e avós tivessem nascido em Angola. De qualquer maneira vamos lutar contra eles. Portanto, considero esta nossa conversa inútil, e por isso mais longa que seja esta nossa reunião, jamais darei o meu consentimento”.*⁴³

Foi dessa forma que terminou a primeira tentativa do MPLA em formar uma frente única com a UPA que lutasse em conjunto para a libertação do povo angolano. Os dirigentes do MPLA reprovaram por completo a visão de Holden Roberto, chamando-o de primitivo e atrasado. É de se notar o fato de que o MPLA não tinha conhecimento que Holden Roberto servia como agente ao serviço da CIA.⁴⁴

Mais tarde, segundo Mario Pinto de Andrade, o MPLA era uma entidade e estava fora de questão fundir-se numa pretensa frente criada por dois movimentos concorrentes. Segundo ele, “...A nossa visão de unidade era uma visão saudável, uma visão política que preservava a identidade do MPLA”.⁴⁵

Ainda em Outubro de 1961, Mario Pinto de Andrade, em conferência de imprensa, em Leopoldville, vai abordar sobre a unidade ou criação de uma frente comum das formações políticas,

“Como sabem, o Comitê Diretor do MPLA, acaba de se instalar oficialmente nesta cidade, graças a solidariedade atuante manifestada para conosco pelas autoridades do governo central congolês. Fazemos questão em renovar-lhe a expressão dos nossos sinceros agradecimentos pela ajuda concreta que nos é assim concedida e formular o voto ardente de que a República do Congo possa desempenhar plenamente o seu papel no concerto das nações soberanas de África. O aspeto essencial da nossa política interna continua a se a procura constante da unidade de ação entre as diversas organizações nacionalista da Angola combatente. É hoje um fato estabelecido que o MPLA nunca poupou esforços para a criação de uma frente comum das formações políticas.

⁴³ IGNATIEV, Oleg, uma arma secreta em África, Moscovo, Edições Progresso, 1977, pag.35-36.

⁴⁴ Idem

⁴⁵ ANDRADE, Mário Pinto, «O porque de uma frente angolana», in Boletim Unidade Angolana, Dezembro de 1961. Pág. 1.

A cada etapa importante do desenvolvimento da nossa luta de libertação nacional lançamos apelos com vista a realização dos nossos movimentosé a razão pela qual o Comitê Diretor do MPLA deseja afirmar que fara todas as concessões necessárias com vista a constituição imediata da Frente de Libertação Angolana.....Eis que os esforços dos partidários da unidade começam a ser coroados de sucesso. A juventude angolana, independentemente da sua filiação politica acaba por aprovar a o principio da criação de um amplo agrupamento⁴⁶”.

Portanto, apesar da intenção do MPLA em criar a Frente Unida com a UPA, vários fatores contribuíram para que esta não se concretizasse:

- O caráter regionalista da UPA. A UPA era majoritariamente dirigida por angolanos há muito exilados no Zaíre, embora existissem também em Luanda muitas outras saídas.
- O fator racial, como já tínhamos mencionado , este elemento era muito usado pela UPA para fomentar a discórdia e desacreditação do MPLA perante a população angolana refugiada nos Congos.
- A existência de 2 blocos políticos: maior foco de desentendimento é sem dúvida a divisão do mundo por dois blocos encabeçados pelos Estados Unidos da América e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no âmbito da guerra fria⁴⁷.

Primeira Conferência Nacional do MPLA

Em Março de 1961, Agostinho Neto enviou uma carta a distintos amigos, sendo que o mesmo possuía residência fixa na altura em Santo Antão, em Cabo Verde. Carta esta que foi distribuída à imprensa pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, em Maio do mesmo ano. Nela Agostinho Neto diz o seguinte:

“ As autoridades tem lançado boatos acerca de eu estar a tentar fugir utilizando submarinos russos. Em qualquer altura a polícia pode matar-me e anunciar que fugi. As pessoas que estão em contato comigo são aconselhadas a evitar-me. Algumas delas forma ameaçadas com prisão se voltarem a encontrarem-se comigo. Parece que a polícia destacou alguns

⁴⁶ Conferência de imprensa de Mário Pinto de Andrade concedida em Leopoldville a 30 de Outubro de 1961, O primeiro do presidente do MPLA apos a instalação oficial do Movimento na capital congoleza.

⁴⁷ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comitê Central do MPLA. Historia do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, p.205.

*agentes para incitar as pessoas contra mim, de forma que pode vir a ser formado um grupo para me provocar e matar. Estas e outras atividades à minha volta fazem-me recear que possa a vir ser morto por eles em qualquer altura*⁴⁸“.

A carta de Agostinho Neto trouxe muitas preocupações aos militantes e, em especial, aos dirigentes do MPLA. De tal forma que o Comitê Diretor do MPLA, em Leopoldville, estando ciente da questão do seu Presidente de Honra, endereçou uma carta ao líder do Partido Comunista Português (PCP), Álvaro Cunhal para ajudar na saída imediata de Agostinho Neto de Portugal, local onde se encontrava desde Outubro de 1961, primeiro na Prisão de Aljube e depois sob regime de residência fixa, em Lisboa, depois de libertado em 24 de Março de 1962⁴⁹.

Mario de Andrade e Viriato Cruz, respetivamente presidente e secretário do MPLA, tiveram um encontro com Álvaro Cunhal em Moscovo e pediram o apoio do PCP para a fuga de Agostinho Neto de Portugal. Para a felicidade dos líderes do MPLA, Álvaro Cunhal aceitou o pedido. De tal forma que começaram a arquitetar o plano de fuga nos finais de 1961 e princípio de 1962, com envolvimento de alguns membros do PCP⁵⁰.

Dias Lourenço, antigo dirigente comunista e dirigente do jornal Avante, foi o grande mentor do plano de fuga de Neto, sendo que o mesmo se encontrava em Cabo Verde. A ideia era que Neto fosse para um Estado africano que já era independente e pedisse então asilo político. Embora tenha sido tudo preparado de forma sigilosa, as autoridades portuguesas desconfiaram e acabaram por prender mais uma vez Neto e o transferiram imediatamente para Portugal.

Neto vem a ser libertado em Março de 1962, e o PCP decide começar a montar uma nova estratégia de fuga. Sendo assim, o PCP, contactou as autoridades marroquinas para permitir a entrada de Neto naquele Estado africano. Assim, no dia 30 de Junho de 1962, Agostinho Neto, sua família e Vasco Cabral, nacionalista guineense, conseguem sair de Sintra a bordo de um iate comprado pelo PCP com destino a Marrocos, onde chegam no dia 2 de Julho. Foram recebidos pelos amigos marroquinos e dirigentes do Conferência das Organizações Nacionalistas das

⁴⁸ BRAGANÇA, Aquino, WALLERSTEIN, Immanuel, Quem é o inimigo, 1978, pp 42-43

⁴⁹ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008,

⁵⁰ ANDRADE, Mario Pinto, uma entrevista dada a Michel Laban, Lisboa, Edições Joao Sa da Costa, 1977, pag.178.

Colônias Portuguesas (CONCP), Marcelino dos Santos e Amílcar Cabral. De Marrocos, Neto parte para Leopoldville, onde se encontrava a sede do MPLA⁵¹.

Passado alguns meses, mas propriamente de 1 a 3 de Dezembro de 1962, foi realizada a primeira Conferência do MPLA, em Leopoldville, contando com a presenças de delegados que se encontravam em vários países africanos como Congo Brazaville.

Agostinho Neto na qualidade de presidente da conferência vai proferir o discurso de abertura no qual se destaca o seguinte:

“Esta Iª Conferência Nacional, cujos só objetivos são mais de interesse nacional do que partidário, realiza-se para reafirmar a unidade e democracia interna no seio do MPLA, o seu dinamismo e objetividade. Preparando-se para um esforço político-militar abnegado intransigente contra o colonialismo português a Conferência realizou-se para levantar bem alto a bandeira da unidade necessária e desejada por todos os angolanos sem distinção de ideologia, raça, tribo ou classe social.

A única atitude que o nacionalismo angolano pode hoje assumir é a de robustecer ainda mais a luta para abrigar o inimigo a ceder tão cedo quanto possível. Os participantes a esta Conferência Nacional, que já comprovaram a sua devoção, coragem e perfeito conhecimento dos problemas do Movimento, sabem que a unidade das forças nacionalistas angolanas é uma condição essencial para a libertação do país⁵²“.

No quadro da política independente, a I Conferência Nacional decidiu consagrar o princípio do neutralismo positivo que foi praticado sem qualquer subterfúgio pelo Movimento, como afirmação realista e o único comportamento possível num mundo pleno de ameaças, onde os povos ainda sob dominação estrangeira teriam muito a perder se se empenhassem no jogo de competição entre os dois blocos. Foi com base nos princípios de política independente que a I Conferência Nacional fixou os seguintes princípios orientadores da política externa do Movimento:

1. Criar uma diplomacia militante que, pelo seu carácter, pelos métodos utilizados, reflitam a nossa organização político-militar.
2. Coordenar a ação direta contra o inimigo comum com os movimentos nacionalistas das colônias portuguesas no seio do organismo já criado CONCP.

⁵¹ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. Historia do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIHI - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, pp.225-226.

⁵² Discurso de Agostinho Neto na abertura da I conferência do MPLA

3. Reforçar as nossas alianças africanas com os movimentos nacionalistas dos países que lutam pela sua independência e em particular com o centro e sul de África, Rodésia, União Sul-Africana e Sudoeste Africano.
4. Reafirmar o não alinhamento sobre a política dos blocos, para não cimentar em Angola os efeitos da Guerra fria, cavando ainda mais a ingerência dos países interessados nos assuntos internos do nosso país e na divisão do nacionalismo angolano.
5. Internacionalizar o problema angolano pela redução do campo dos nossos inimigos, levando a um maior isolacionismo de Portugal na cena política mundial, participar nas organizações do boicote político, diplomático e econômico contra este país pelo maior número possível de governos dos Estados membros da ONU⁵³.

A principal preocupação do MPLA nesse período, além de consolidar a sua posição legal e política no país hospedeiro, era a de preparação da luta armada em Angola. Assim, como resultado dessa mesma I Conferência Nacional, nasce a EPLA (Exército Popular de Libertação de Angola)⁵⁴, tendo como principal formador, o oficial miliciano desertor do exército português, Manuel dos Santos Lima⁵⁵. A preparação foi feita nos campos de treinamento da FLN argelina (ainda em guerra de independência), no Marrocos e com apoio direto da então República da Checoslováquia.

Para a Direção do MPLA, a ação militar no interior do país era elemento decisivo no desenvolvimento a luta de libertação nacional, e ainda servia como forma de sensibilizar os países e povos que apoiavam a luta revolucionária. Para tal, foi treinado um grupo de trezentos guerrilheiros, comandados por Manuel Lima, o qual penetrou no interior de Cabinda por Massabi que faz fronteira com Ponta Negra. Esta atuação inicial em Cabinda, foi extremamente dificultada por falta de armamento,

⁵³ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comitê Central do MPLA. *Historia do MPLA 1º Volume (1940-1966)*. Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, pp.225-226.

⁵⁴ O EPLA foi extinto apos a Conferência de Quadros, realizada em Janeiro de 1961, dando lugar a formação os Destacamentos de Guerrilha.

⁵⁵ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.96.

face a “boa“ rede de espionagem que os portugueses tinham no Congo, a hostilidade da FNLA e, inclusive, perseguição das tropas do Zaíre, sob governo, então, hostil ao MPLA.

A I Conferência Nacional foi tida como uns dos acontecimentos mais importantes da época para o MPLA, porque nela foram debatidos com maior profundidade questões como a unidade com outras forças nacionalistas angolanas, em especial com a UPA, movimento que criava inúmeras dificuldades a luta revolucionária do MPLA, o racismo no seio do Movimento que fomentava a divisão entre os militantes e, por último, as diferenças étnicas e religiosas. Agostinho Neto era a personalidade emblemática e carismática que o MPLA acreditava capaz de solucionar todos os problemas acima enumerados. Foi assim que, no decurso desta Conferência, foi ratificado, por eleição, o mandato que Agostinho Neto vinha exercendo após a sua chegada.

Luta Diplomática

Nesta fase a luta pela frente diplomática foi marcada por consequência da atividade paralela dos opositores ao MPLA. Assim, um dos entraves para o desenvolvimento da atividade diplomática do MPLA era o reconhecimento o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) pela Organização de Unidade Africana (OUA) e a hostilidade do Governo do Zaíre.

Por sua vez, a atividade diplomática do MPLA passa a ser dirigida pessoalmente pelo Presidente Agostinho Neto, que em 1963 efetuou uma visita a República Federal da Alemanha (RFA). Em Bonn, o presidente manteve contato com várias organizações, entre as quais, a Organização Protestante Juvenil, a Associação dos Estudantes Alemães e Africanos e manteve ainda contato com uma delegação do Partido Social Democrata, chefiada pelo vice-presidente Karl Schimdt⁵⁶.

Agostinho Neto participou na IV Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos, realizada em Accra, no Ghana, em Maio de 1965. Nesta conferência, Agostinho Neto, aproveitou o momento para esclarecer aos participantes acerca do

⁵⁶ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comitê Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

desfecho da crise interna do Movimento e solicitou apoio material para a continuação da luta armada contra o colonialismo português. Neto afirmou:

“os patriotas angolanos conduzidos pelo MPLA não cederam perante estes obstáculos e, depois de um período de recuo tático, em que foi necessário adaptar a organização as novas condições, registaram-se novos sucessos e as tropas colonialistas sofrem de novo enormes perdas em homens e armas⁵⁷”.

Aproveitou também a conferência para agradecer o apoio do Congo por ter acolhido o MPLA, após a expulsão do Zaíre e por ter encontrado naquele país a liberdade de ação tão fundamental para o reforço da luta armada. Na visão de Neto, a solidariedade internacional era essencial para se conseguir a tão desejada liberdade. Com esta convicção, em Dezembro de 1965, enviou uma carta a todos os Chefes de Estados africanos em que denunciava a declaração unilateral de independência da Rodésia do Sul (Zimbabue) pela minoria branca, chefiada por Ian Smith, que era contrária à aspiração dos povos africanos e um desafio descarado às pertinentes resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta declaração unilateral era um perigo não só para Angola, mas para as frentes de libertação de Moçambique, África do Sul e da Namíbia, que estavam diante de uma cruzada das forças coloniais⁵⁸.

Em países africanos e asiáticos, a crise interna⁵⁹ provocada pelo grupo de Viriato da Cruz, causou alguma ligeira retração da atividade diplomática do Movimento, tendo como consequência direta a cessação das ajudas da Argélia, China e Checoslováquia, de que antes beneficiavam.

⁵⁷ DIP, *Agostinho Neto Textos Políticos Escolhidos*, Luanda, Edições DIP, 1987, pag.21.

⁵⁸ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comitê Central do MPLA. *História do MPLA 1º Volume (1940-1966)*. Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

⁵⁹A crise começou em 1962, devido ao choque de personalidades entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz. Vale ressaltar que a crise interna no MPLA já existia antes mesmo da chegada de Agostinho Neto, mas o aquecimento dessas divergências são posterior a sua chegada.

Com o objetivo claro de proporcionar uma maior proximidade com os angolanos exilados e instalados no Zaíre e ainda ofuscar os argumentos de caráter racial levantados pela UPA, a Direção do MPLA decidiu substituir alguns dos seus dirigentes. Essa ideia acirrou as divergências existentes no MPLA, de tal forma que, ficou clara a oposição entre os que estudaram na metrópole e os que permaneceram em Angola, entre militantes do interior e militantes do exterior, entre mestiços e negros.

Viriato da Cruz sempre se mostrou contra essa ideia, para ele, o MPLA não devia ceder as intrigas da UPA que, só causavam discórdia no seio do movimento. Importante dizer que, os opositores de Viriato olhavam a sua posição devido ao fato do mesmo ser “mestiço”. (BITTENCOURT, Marcelo, *Fissures in the Angolan Liberation struggle, MÉTIS: história & cultura – v. 10, n.19, p.237-255. Ja/jun. 2011.*)

O MPLA foi obrigado assim a redobrar esforços para mudar a situação em que se encontrava uma vez que todas as atenções de apoio à luta de libertação nacional passaram a estar mais uma vez voltados para a FNLA, que em 1963 tinha o GRAE então reconhecido por muitos Estados Africanos e conseqüentemente tinha peso significativo na tomada de decisões em vários organismos regionais, bem como a OUA.

Estados importantes em África, como Argélia, Tunísia, Congo Leopoldville e demais outros Estados vão reconhecer o GRAE, o que veio dificultar a afirmação do MPLA a nível internacional. É assim que durante a conferência constitutiva da OUA, realizada em Adis-Abeba, Etiópia, o MPLA vai usar todos os seus meios diplomáticos e consegue que a OUA enviasse uma missão para estudar a situação da luta de libertação angolana.

Apesar dessas crises internas, as dificuldades de relacionamento com a FNLA e com o Governo do Congo Leopoldville, que influenciavam outros estados africanos a deixar de apoiar o MPLA, a direção do MPLA conseguiu desenvolver uma boa ação diplomática no sentido de retomar o bom relacionamento com alguns estados africanos, como Argélia, Egito, Sudão, Ghana e Guine Conakry. O governo argelino de Ben Bella, cedeu o campo militar de Chateau Dun onde foram treinados vários guerrilheiros do MPLA, ainda ofereceu também facilidades migratórias como cedência de passaportes, bilhetes de passagens, oferta de armamento e apoio logístico. Os presidentes, Kwame Nkrumah do Ghana e Sekou Touré da Guine Conakry, fizeram o mesmo, apoiaram com passaportes, escritórios, apoio financeiro e treino militar em Accra. Também apoiaram da mesma forma os governos do Sudão e do Egito⁶⁰.

Europa e Países Socialistas

As relações do MPLA com os Estados da Europa ocidental foram muito fracas, exceto com os Estados escandinavos: Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. Esses países forneceram algum apoio material ao MPLA, nomeadamente material de propaganda, medicamentos e apoio diplomático na ONU e em outros fóruns

⁶⁰ RODRIGUES, Deolinda, Diário de um exílio sem regresso, Luanda, Nzila, 2003, Pag.46.

internacionais. A representação diplomática do MPLA, encontrava-se no norte da Europa, mais propriamente na Suécia e era chefiada por Alberto Neto.

Bélgica, Holanda e Itália⁶¹, também forneceram alguns apoio logístico, de propaganda, medicamentos, assistência médica aos guerrilheiros e facilidades de circulação dos dirigentes do MPLA nos seus países. Era em Roma onde se encontrava a representação diplomática do MPLA, chefiada por Manuel Jorge.

Na Inglaterra alguns membros do partido trabalhista britânico manifestaram a sua solidariedade ao MPLA, facilitando contatos com organizações humanitárias daquele país como War on Want, cujo apoio permitiu a criação do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR). Forneceu medicamentos, equipamentos médicos utilizados na assistência da população refugiada no Congo Leopoldville. Na Alemanha Ocidental (RFA) foi criado o Comitê Angola Livre, dirigido por Irmgard Bouvier, funcionária da Biblioteca da cidade de Frankfurt. Ela que traduziu para língua alemã o livro de Mario Pinto de Andrade, *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, e ainda desenvolveu uma intensa atividade de recolha de fundos para apoiar alguns dirigentes do MPLA (Lucio Lara, Mario Pinto de Andrade etc.), bem como os estudantes que lá se encontravam radicados (Desiderio Costa, Luísa Gaspar, Alberto Passos etc.)⁶².

Na Bélgica, foram publicados muitas matérias de propaganda do MPLA. Na França foram as organizações políticas de esquerda que dinamizaram as atividades de apoio ao MPLA com recolha de donativos, acolhimentos de militantes e facilidade de transporte, entre outras.

⁶¹ Foi na Itália onde se manifestou vivo o interesse pela a actividade literária de Agostinho Neto. Uma mulher, Joyce Lussu, esposa de um líder político italiano, que tendo vivido algum tempo em Portugal familiarizou-se com a língua portuguesa, interessou-se pela poesia revolucionária de Agostinho Neto. Apos ter lido alguns poemas de Neto, interessou-se em traduzi-los e publica-los na Itália, Joyce Lussu procurou contactar o autor, que naltura encontrava-se preso. Dirigiu-se então para Lisboa a sede da PIDE, levando em Mão o contrato da editora italiana. Mas a PIDE, obviamente recusou. De tal forma que procura a esposa de Neto, Maria Eugenia Neto para ajudar a reunir os poemas de Neto e conseguir a devida autorização para publica-los.

Este fato permitiu uma maior abertura do MPLA na Europa Ocidental, uma vez que os poemas de Neto espelhavam muito bem a luta contra o sistema colonial português.

⁶² Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comitê Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

A relação do MPLA com os países socialistas⁶³ foi muito intensa porque o MPLA sempre recebeu o apoio necessário para desenvolver a luta armada de libertação nacional. O apoio consubstanciava-se no fornecimento de material de guerrilha, de propaganda, assistência médica e medicamentos, formação de quadros civis e militares⁶⁴.

Em 1961 a URSS recebe os primeiros estudantes bolsistas da União dos Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN), dentre os quais encontravam-se vários angolanos do MPLA. Dois anos mais tarde, a República Democrática Alemã (RDA) albergou 27 guerrilheiros do MPLA para uma formação militar de curta duração. No mesmo ano, em Novembro um grupo⁶⁵ de guerrilheiros do MPLA partiu para a União Soviética para a sua formação política e militar. Esta formação decorreu na escola da organização juvenil do Partido Comunista da União Soviética, Komsomol leninista.

Em 1965 a direção do MPLA enviou guerrilheiros para frequentarem cursos da Marinha de Guerra e da Força Aérea na Polónia e na União Soviética. No ano seguinte, em 1966, foram enviados para Cuba 132 guerrilheiros para formação civil e militar⁶⁶, enquanto outro grupo de encontrava na Ucrânia.

A União Soviética dispensou alguns dos seus navios e aviões para o transporte de armamentos e medicamentos para apoiar a luta de libertação nacional conduzida pelo MPLA. Em Setembro de 1964 um navio chega em Ponta Negra, proveniente da URSS, transportando armamento, e esse mesmo navio também serviu para o traslado de guerrilheiros de Ponta Negra para Dar-es-Salam.

Muito ao contrário do que se pensa, segundo Mario Pinto de Andrade, a China foi o primeiro Estado socialista a fornecer apoio financeiro ao MPLA. Também

⁶³ Os países considerados socialistas que apoiavam o MPLA eram, URSS, República Democrática da Alemanha (RDA), Hungria, Checoslováquia, Bulgária, Roménia, Albânia, Polónia, Jugoslávia, China, Coreia do Norte, Vietname e Cuba.

⁶⁴ Esses países foram os principais responsáveis pela formação militar e civil da maioria dos atuais dirigentes do MPLA e alguns deles ocupam posições de destaque nas estruturas do aparelho do Estado angolano como, Forças Armadas e Governo.

⁶⁵ Dentro desse grupo destacam-se, Julião Mateus Paulo -Dino Matrosse-, Afonso Van-Dúnem - Mbinda-, Pedro de Castro Van-Dúnem, José Eduardo dos Santos etc. (Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comitê Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, pp.225-226)

⁶⁶ Nos cursos militares, o programa de formação compreendia o treino de armas, táticas, engenharia, topografia, comunicações, educação física, primeiros socorros, formação reconhecimento, camuflagem e emboscada.

dispensou algumas das suas escolas militares para a formação de guerrilheiros do MPLA⁶⁷.

Continuidade da ação diplomática do MPLA

O sucesso de qualquer luta revolucionária ou de libertação nacional não depende apenas de fatores internos, apesar de serem importantes, mas por vezes os fatores externos jogam um papel de igual modo importante.

Durante muito tempo como organização nacionalista ou revolucionária, o MPLA sentiu os efeitos das tensões internacionais, das contradições da política africana e dos interesses dos líderes dos países vizinhos de Angola.

O MPLA não olhava com bons olhos para os Estados Unidos, uma vez que eles não só colaboravam com Portugal (membro da OTAN e gestor dos Açores, onde os Estados Unidos tinham uma importante base militar) como apoiavam a sobrevivência dos regimes de domínio “branco” na África Austral e refreavam o seu apoio a organizações de libertação.

O MPLA diante do cenário internacional na época, passou a defender o não alinhamento como política externa e procurava ativamente estar presente em todos os acontecimentos importantes do Movimento dos Países Não-Alinhados desde a sua criação⁶⁸.

No plano africano o MPLA aderiu ao “Grupo Casablanca” que defendia a política de “neutralidade” em relação aos blocos militares (OTAN e Pacto de Varsóvia). Durante esta luta no plano internacional, o MPLA, nas suas frequentes declarações, chamava atenção da comunidade internacional sobre três questões:

1. A denúncia da colaboração entre o colonialismo português e os regimes racistas da África Austral (África do Sul e Zimbábue), incluindo a intervenção militar direta sul-africana em Angola e Moçambique.
2. A advertência com relação às manobras que a diplomacia portuguesa fazia, nomeadamente as falsas promessas de reforma ao sistema colonial

⁶⁷ ANDRADE, Mário Pinto, Uma entrevista dada a Michael Laban, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997.

⁶⁸ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comitê Central do MPLA. História do MPLA 2º Volume (1967-1976). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, pp 27,28.

vigente, a pressão ou chantagem sobre países africanos, utilizando para efeito interesses econômicos (como a utilização dos Caminhos de Ferro de Benguela e do Porto do Lobito) e determinados trunfos políticos (como o caso dos catangueses refugiados em Angola e outros).

3. A crítica a própria oposição portuguesa que, muito pouco ou quase nada faziam no que se referia ao problema colonial.

Além disso, uma das grandes lutas diplomáticas era a questão da “Unidade do Nacionalismo angolano“, uma vez que a rivalidade com a FNLA obrigava o MPLA a se esforçar muito mais no campo diplomático, de formas a ganhar simpatia e convencer a os estados africanos que a ausência de unidade do nacionalismo angolano não era por falta de tentativas do MPLA. O movimento sempre lutou para conseguir esse apoio, principalmente dos países limítrofes com Angola, para garantir o direito de circulação de militantes e material de guerra.

Agostinho Neto, começou a lutar contra o isolamento do MPLA a nível internacional, melhorando o Movimento (MPLA) e torna-lo reconhecido pela OUA, em especial pelo o Comitê de Libertação que canalizava todo o apoio militar aos movimentos de libertação⁶⁹.

Em 1970, o Comitê de Descolonização da ONU decidiu que os movimentos de libertação só poderiam participar nas conferências internacionais, seminários e reuniões regionais, com base da consulta previa à OUA. Conseqüentemente no ano seguinte em 1971 a OUA conseguiu como resultado da XXVI Assembleia Geral da ONU, o reconhecimento de que somente os movimentos de libertação reconhecidos por ela, sejam admitidos na ONU⁷⁰.

A oscilante relação entre Agostinho Neto e Moscou

Como já fizemos referência antes, a principal ajuda material de libertação nacional neste período da década de 70 advinha da URSS e dos países socialistas do Leste europeu, que era traduzida em meios financeiros, equipamentos e em formação política e militar. Mas pelo fato de recuar e sujeitar-se a pressões ou imposições,

⁶⁹ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.pag.108.

⁷⁰ *ibid* idem pag.114

ainda que fossem de apoiadores e aliados, a Direção do MPLA viu-se, por vezes privada desses apoios.

Supreendentemente, em 1972 Agostinho Neto assinou um acordo com Holden Roberto com o objetivo da criação de uma frente única entre os dois Movimentos (MPLA e FNLA) que lutasse contra Portugal. O acordo previa que Holden Roberto fosse o cabeça da direção e Neto o “número dois”. Curiosamente a ideia da frente única ocorreu numa fase em que a FNLA estava enfraquecida pela repressão da revolta de Kinkuzo⁷¹ e o MPLA reaparecia em cena após o reajustamento na Frente Leste de Angola (província do Moxico)⁷².

Tanto no MPLA, como em Moscou, a notícia foi mal recebida, pois não se compreendia tal atitude de Neto. No seio do MPLA, Daniel Chipenda que há pouco tempo tinha dificuldades de relacionamento com Neto, criou uma revolta interna, mais conhecida por “revolta do Leste ou revolta Chipenda”⁷³. Quanto a Moscou, que já tinham dificuldades no relacionamento com Neto, porque ele não aceitava interferência na sua política interna do Partido, as coisas tenderam a piorar.

Contudo, em 1973, Neto viajou até Moscou para tentar convencer a direção soviética de que esse acordo era “uma nova etapa para o Movimento” e devia permitir ao MPLA chegar aos “centros vitalmente importantes do país”, sendo que até então, o caminho dos combatentes do MPLA era cortado pelas autoridades zairenses, que apoiavam a FNLA. Neto ainda fez menção a fato de que, apesar de Holden Roberto chefiar a nova organização ou frente ele, enquanto vice-presidente, iria dirigir o secretariado, fornecimento de armas e assuntos militares⁷⁴.

A URSS perante essa desconfiança em relação a Neto e os problemas internos do MPLA, tinha cortado todo apoio ao MPLA, que só veio a ser retomado em 1974. Devido uma forte análise que a URSS havia feito de contexto em que se encontrava Angola, ou seja, com o enfraquecimento do MPLA em decorrência da revolta do

⁷¹ Kinkuzo localiza-se no interior do Zaíre, a 140 km da fronteira com o norte de Angola. Era vista como uma das principais bases militares da FNLA não só pela sua importante localização geoestratégica, mas também por ser um grande campo de treinamento militar. Em princípios de 1972, dezenas de oficiais revoltaram-se contra o movimento e fugiram para Brazzaville.

⁷² Jornal de Notícias, “Angola, 20 anos depois”, 20.06.2001.<<http://www.arlindo-correia.com/200601.html>>.

⁷³ Daniel Chipenda foi o primeiro Presidente da JMPLA e conhecido pela sua luta na independência de Angola. Em 1974, Chipenda abandonou o MPLA pela as dificuldades de relacionamento que tinha com Neto, o que fez com que lidera-se a “Revolta do Leste”, em que 1500 combatente abandonassem o MPLA.

⁷⁴ Macua, Agostinho Neto o poeta mandou matar, 30.07.2006. http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/08/agostinho_netos.html.

Chipenda, o 25 de Abril em Portugal, os apoios que os EUA forneciam a FNLA e a União para Independência Total de Angola (UNITA)⁷⁵, era notório que os EUA poderiam colocar como líder em Angola, alguém a seu favor. Deste modo, a URSS retoma o seu apoio direto ao MPLA de Neto⁷⁶.

Derrubada do Regime Português e a Fase de Transição/Descolonização (1974-75)

A questão da descolonização das colônias portuguesas, em especial o caso de Angola, separava a sociedade portuguesa, criando controvérsias e radicalismo. Assim que mais tarde, com o acumular de todas as contradições internas, traz como consequência, a própria queda do regime de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar, devido ao golpe desferido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) portuguesas, em 25 de abril de 1974, conhecido como a "Revolução dos Cravos", que alterou o ambiente geral vivido em Portugal⁷⁷.

O sentido lógico da descolonização após a Revolução de 25 de Abril, poderia ter sido o reconhecimento logo de imediato da independência de Angola. Mas fatores econômicos, sociopolíticos e geoestratégicos fizeram o processo de descolonização de Angola o caso mais difícil dentre as colônias portuguesas⁷⁸.

A divisão do nacionalismo foi um elemento crucial na questão da descolonização angolana. Por motivos bem diferentes, a luta de libertação foi marcada por antagonismo entre os três movimentos nacionalistas angolanos – FNLA, liderada por Holden Roberto, recebia ajuda norte-americana, MPLA, com o seu líder Agostinho Neto, recebeu ajuda militar e apoio financeiro da União Soviética, o que fez com que Angola fosse um verdadeiro campo de combate da Guerra Fria. Enquanto que a UNITA, de Jonas Savimbi, estava ligada à África do Sul.

⁷⁵ Em 1964 Jonas Savimbi então Ministro das Relações Exteriores da FNLA, abandona o Movimento e criou mais tarde em 13 de Março de 1966 a UNITA.

⁷⁶ MBIANGA, Donato. Professor do Instituto de Relações Internacionais de Angola-MIREX. Política externa de Angola, 15 de Janeiro de 2013, Luanda, entrevista concedida a Alberto André Carvalho Francisco.

⁷⁷ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.13.

⁷⁸ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. *Historia do MPLA 2º Volume (1967-1976)*. Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, pag139.

Após aceitação de Lisboa do princípio da descolonização, começa-se então a pensar na transição do poder político aos angolanos. Mas a ausência de entendimento entre os movimentos, achou-se necessário por parte das autoridades portuguesas uma reunião preparatória, que tivesse como objetivo principal um acordo de tréguas, antes mesmo da definição das modalidades de transferência do poder. É assim que em janeiro de 1975, sob mediação do presidente do Quênia Jomo Kenyatta, realiza-se em Mombaça (Kenya) um acordo entre o MPLA, a FNLA e a UNITA com aprovação de uma plataforma de negociação com Portugal sobre as modalidades da independência⁷⁹.

Com base nos entendimentos alcançados em Mombaça, com o objetivo de se acordar as condições de transferência do poder, os compromissos e os termos estruturais do período de transição, os três movimentos de libertação nacional, FNLA, MPLA e UNITA, reúnem-se em Alvor, de 10 a 15 de Janeiro⁸⁰.

O possível Governo de Transição não conseguiu manter –se, logo após e Julho de 1975. Os três movimentos vão aumentar o contingente limite de oito mil militares para cada um, guerreiam entre si e colocam Portugal sem condições suficientes para impor o previsto no acordo, enquanto em Lisboa, flutuações da política interna portuguesa impedem uma solução de outro tipo⁸¹.

Um grande acontecimento foi a introdução, pelos movimentos de libertação nacional de grande quantidade de armamento, sobretudo em Luanda, depois da sua implantação na capital, devido a falta de confiança mútua e divergências político-ideológicas entre eles. A falta de tolerância política por parte de muitos dos seus membros, sobretudo na atuação violenta contra os outros movimentos, foi uma realidade que não se conseguiu mudar. A existência de zonas ditas como favoritas ou de influência (baseadas na maior parte das vezes na origem étnica do líder ou da

⁷⁹ Desta plataforma foram destacados 4 princípios fundamentais: 1- princípio da legitimidade revolucionária, isto é, a exclusão de qualquer outro partido angolano na fase de preparação da independência. 2- princípio da necessidade de um período de transição. 3- princípio da integridade territorial do País, com referencia expressa ao enclave de Cabinda como parte integrante e inalienável do território angolano.. 4- princípio da aceitação de que todos os cidadãos de Angola poderão torna-se cidadãos do novo País.

⁸⁰ De forma muito resumida, o objetivo aqui em vista, basta referir que o Acordo previa um governo de transição até à independência, marcada então para 11 de novembro desse ano, composto pelos três movimentos e por representantes do Estado português. Este também indicaria um Alto Comissário que era o Representante oficial do Governo de Lisboa e garante o cumprimento do Acordo. Nele, estavam previstas eleições gerais até novembro.

⁸¹ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.14.

maioria dos membros do movimentos, principalmente os da direção) tidas como regiões de pretensa superioridade militar, como, por exemplo Holden Roberto que, possuía forte apoio da região norte de Angola que é predominantemente Bakongo⁸², etnia essa da qual ele fazia parte, ou seja, ele foi visto como o líder representante desta etnia.

Antes da independência a situação sócio-política em Angola estava muito complicada devido aos confrontos entre as forças militares dos diferentes movimentos de libertação nacional causaram não somente numerosas vítimas como ataçaram o tribalismo, o regionalismo e o racismo.⁸³

Perante tal diagnóstico, os líderes dos três movimentos de libertação de Angola, signatários do Acordo de Alvor, Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi⁸⁴(UNITA), reuniram-se mais uma vez no Quênia em Nakuru, com a finalidade de colocar fim à onda de violência que assolava o País e que punha em risco o Acordo de Alvor, ou seja, era necessário o estabelecimento de um clima de paz e de harmonia.

Infelizmente, para o povo angolano, os movimentos mais uma vez não conseguem cumprir o acordo por eles mesmos estabelecido em cessar todas as hostilidades entre eles. Assim que, meses depois, devido a todo clima vivido na época, culminou com a Batalha de Kifangondo⁸⁵, que deu origem a proclamação da

⁸² Bakongo ou Bacongo são grupo étnico localizado desde o sul do Gabão, passando pela República Democrática do Congo e terminando nas províncias mais ao norte de Angola, Cabinda, Uíge e Zaíre.

⁸³ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. História do MPLA 2º Volume (1967-1976). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, pag204.

⁸⁴ Jonas Malheiro Savimbi nasceu em 3 de Agosto de 1934, de uma família proeminente da tribo Ovimbundo. Seu pai Loi Malheiro Savimbi era Chefe da estação de caminho-de-ferro e tinha-se convertido ao Cristianismo por uma missão evangelica norte-americana. Jonas Savimbi herdou de seu pai o respeito pela educação, frequentou escolas de missões protestantes, incluindo o liceu de Silva Porto, e finalmente terminou os estudos no Liceu de Sá da Bandeira, Angola, sendo o primeiro da sua classe naquele ano. Em 1958, Savimbi vai fazer parte de um grupo de pioneiros que foram enviados a pela igreja Unida de Cristo para estudar medicina em Portugal. Em 1960 sentindo-se incomodado com a polícia portuguesa decide abandonar Portugal e continuar os seus estudos na Suíça, trocando medicina por Ciências Políticas. Em 1961, envolve-se em actividades revolucionarias, apos uma tentativa frustrada em fazer parte da direção do MPLA, junta-se a FNLA como Ministro das Relações Exteriores do GRAE. Anos depois abandona a FNLA e cria a UNITA.

⁸⁵ A batalha de Kifangondo era muito importante em termos geoestratégicos, porque quem tomasse a região de Kifangondo teria control sobre a capital, Luanda e conseqüentemente poderia proclamar a independência. Kifangondo situa-se a 20 quilômetros de Luanda no sentido Norte, entendendo-se num território planáltico, onde corre o rio Bengo, fonte de abastecimento de água a cidade capital. Faz fronteira a Norte com a praia de São Tiago, a sul com Viana, a este com a lagoa do Panguila e a Oeste com a foz do rio Bengo e o Oceano Atlântico. (Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008)

independência. Após sucessivas derrotas e expulsão de Luanda, a FNLA efetuou inúmeras incursões armadas a partir de Caxito e Barra do Dande, progredindo aceleradamente desde a fronteira Norte para impedir que o MPLA proclamasse a independência. O líder da FNLA, Holden Roberto, previa que as suas tropas tomassem e ocupassem Luanda no dia 10 de Novembro de 1975, a julgar pelo seu apoio de cerca de 120 mercenários portugueses e uns tantos assessores, entre eles um grupo de sul-africanos dirigido pelo General Roos e um contingente da Central de Inteligência Americana (CIA)⁸⁶. Enquanto os serviços de inteligência das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) previam um ataque de grande envergadura contra a capital nos dias 9 e 10 de Novembro⁸⁷.

No terreno, não existia uma correlação de forças entre a FNLA e as FAPLA, uma vez que enquanto a FNLA possuía uma força constituída por 2000 homens, 120 mercenários portugueses, 1200 soldados zairenses, alguns norte-americanos e assessores sul-africanos, as FAPLA possuíam apenas cerca de 890 homens reunidos, na altura ainda em formação⁸⁸.

Setembro, Outubro e Novembro, foram meses muitos difíceis para o MPLA, uma vez que as tropas da FNLA avançavam sem parar em direção a capital, cercavam a capital pelo Norte, o que transformou a cidade num verdadeiro campo de batalha. Apesar do poderio militar e da superioridade militar da FNLA, as tropas da FAPLA adotaram uma estratégia que consistiu na colocação de explosivos na ponte do rio Bengo para impedir a passagem da FNLA até a capital, obrigando-os a usar o caminho por Kifangondo, onde as tropas das FAPLA já tinham preparado uma emboscada contra a FNLA. Entretanto, no dia 10 de Novembro de 1975, Kifangondo passou a ser defendida por 850 homens das FAPLA, 200 katangueses, 88 cubanos e por um assessor soviético de nome Yuri. Horas depois, chegaram mais 120 cubanos das tropas especiais que reforçaram a primeira linha⁸⁹.

⁸⁶ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comitê Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

⁸⁷ Segundo o General Rui de Matos, tinham sido apreendidos no Município do Nzeto alguns telegramas de Holden Roberto endereçados ao Papá Pinoki, solicitando o envio com urgência de autocarros e a banda de música para a entrada triunfal na capital.

⁸⁸ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comitê Central do MPLA. História do MPLA 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

⁸⁹ Ibid, idem.

O MPLA com o reforço que havia recebido de Cuba, venceu a batalha de Kifangondo, obrigando as tropas da FNLA a recuarem e os portugueses que apoiavam a FNLA decidiram retirar-se. Observa-se que as, que aa autoridades portuguesas não assumiram as suas reais responsabilidades, pois até às vésperas da independência nada fizeram para denunciar o envolvimento dos próprios mercenários comandados por Santos e Castro, que apoiavam por um lado a FNLA e por outro a UNITA, e passa a ser o único movimento no governo controlando militarmente doze das então 16 províncias do país.

Na véspera da independência, o Alto Comissário e demais membros portugueses da governação e do exército se retiraram do país, entregando o poder de soberania "nas mãos do povo angolano". O MPLA proclamou então de forma unilateral a independência, em Luanda, sob a chefia de Agostinho Neto, em meio a conflitos armados generalizados, com duas invasões estrangeiras (África do Sul e Zaire) a e intervenção cubana. A independência nasceu assim, no interior de uma crise internacionalizada, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 2 - OS ATORES INTERNACIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Neste capítulo traçaremos um quadro das ações dos principais atores internacionais na crise angolana. Na realidade, essa origem da internacionalização da crise angolana, começou no início da década de 1960 com os apoios americanos concedidos a FNLA, e o MPLA depois de passar por crises internas e hostilidades do Zaíre, recompôs-se e teve o apoio da esquerda europeia e, em seguida dos cubanos e soviéticos.

Segundo José Maria N. P. Conceição, a internacionalização da situação em Angola, embora polarizada pelas superpotências (EUA e URSS), teve vários interventores diretos com atuações diferenciadas⁹⁰. De tal forma que, façamos menção a alguns outros.

Salientar Cuba que em 1961, envia a sua primeira equipe de conselheiros militares a um país africano, Ghana. Todavia, a grande missão política no continente foi levada a cabo por Ernesto Che Guevara na sua viagem de Dezembro de 1964 a Março de 1965, quando visitou a Guiné Conakry, Ghana e o Congo Brazzaville. Nesta viagem Guevara encontrou-se com dirigentes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas, em especial Agostinho Neto, em Brazzaville, em Agosto de 1964⁹¹.

Em Novembro de 1975, um pequeno grupo de cubanos trava em Angola os primeiros combates de uma batalha que se prolongaria por muitos anos. Cerca de 480 instrutores militares tinham como missão treinar os batalhões que formariam o exército angolano.

Em 1976 na Assembleia das Nações Unidas o representante cubano Ricardo Alarcon declarou:

”perante a escandalosa interferência dos imperialistas, colonialistas e racistas em Angola é dever fundamental de Cuba oferecer ao povo

⁹⁰ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.19.

⁹¹ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.93.

angolano a assistência efetiva de que aquele país necessita, no sentido de preservar a sua independência e total soberania”⁹².

Porém, o escalonar do conflito com vistas à desestabilização alargada da governação da República Popular de Angola aprofundou as relações entre este governo com Cuba e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Foi assim que Fidel Castro, a 7 de Fevereiro de 1986, declarou no terceiro Congresso do Partido Comunista Cubano em Havana, que “estamos preparados para nos mantermos em Angola mais 10, 20 ou 30 anos se tiver que ser”.⁹³

Devemos ter em conta que foram as tropas cubanas as primeiras a irem em socorro de Agostinho Neto, apesar do certo apoio concedido por alguns oficiais portugueses ao MPLA contra os movimentos de libertação nacional. Em termos de dimensão e importância militar o auxílio cubano foi de grande relevo e decisivo. Cuba decidiu intervir militarmente em Angola com ou sem autorização da URSS.

O aumento da intensidade do conflito armado no Cuito Cuanavale levou ao Presidente Jose Eduardo dos Santos a solicitar a Fidel Castro apoio, em resposta Fidel afirmou:

“Caro irmão! São necessárias forças para conservar a jovem república. Se perecerem as forças armadas, perecerá também a república. Por isso, por muito doloroso que seja, nós na situação atual só temos uma saída, retirar as suas tropas para a linha do Caminho de Ferro de Benguela e nessa posição, juntamente com os nossos combatentes, realizar o grande combate com o adversário. Estou convencido de que eles serão derrotados e as tropas de Angola, depois poderão expulsar os sul- africanos do seu país. Só o recuo das tropas para a linha citada pode salvá-la da derrota e desse modo, salvar a República”.

Desta feita, em Novembro de 1987, Fidel Castro decide enviar mais 15.000 soldados para Angola, depois de uma reunião com o Presidente José Eduardo dos Santos, em Havana. Em Março de 1988, 15.000 soldados cubanos estendiam-se ao norte da fronteira com a Namíbia e a oeste de Cuito Cuanavale com a ordem de ripostar a qualquer ataque importante. O novo chefe da Missão Militar Cubana em Angola (MMCA) A. Ochoa, trouxe instruções firmes de Fidel Castro para forçar a África do Sul a terminar a guerra pela via negociada e se para tal fosse necessário,

⁹² CAMPOS, Armando, África do Sul potencia Regional, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996, pag.495.

⁹³ WRIGHT, George, A destruição de um País – A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945, Nzila, Luanda, 2001, pag.249.

ordenou que Oshakati⁹⁴ fosse bombardeado e o esquema hidroelétrico de Ruacaná destruído⁹⁵.

Fidel Castro sabia que a única forma de forçar a África do Sul a concordar com a sua solução política era intensificar a pressão militar sobre ela. A estratégia de Castro culminou com uma nova força para as conversações de Londres, em Maio de 1988, pois a África do Sul começou por ponderar os custos da guerra e o número cada vez maior dos soldados brancos mortos.

O próprio Fidel Castro, no Congresso do Partido Comunista Cubano, justificou a presença cubana em Angola com as seguintes palavras: “ por isso quando os imperialistas nos perguntarem quais são os nossos interesses, devemos responde-lhes: leiam o manual de internacionalismo proletário afim de poderem compreender as razões porque ajudamos Angola ”⁹⁶.

Quanto a África do Sul, a sua presença no conflito de Angola após a independência estava relacionada não apenas com os seus interesses, mas também com a política norte- americana da criação de Estados satélites, com o pretenso objetivo de conter o comunismo. Assim como tinha dito o antigo embaixador americano na África do Sul, Phillip Crowe “porque temos o mesmo inimigo comum, os Estados Unidos da América deviam manter relações amistosas com a África do Sul, embora a sua política interna nos desagrade”⁹⁷. A África do Sul começou a desestabilizar Angola porque era para si um imperativo assegurar que os Estados da região austral se mantivessem neocoloniais e pró-ocidentais, responsabilidade que advinha-lhe da relação sub-imperial que mantinha com os EUA como já mencionamos⁹⁸. Ademais, disso também dependia a manutenção do próprio regime segregacionista sul-africano, uma vez que os Estados vizinhos, ao alcançarem suas independências, poderiam dar suporte aos opositores do *apartheid*, como o Congresso Nacional Africano que, àquela altura, já estava em franca campanha violenta contra o regime de Pretória.

⁹⁴ Oshakati é uma cidade localizada ao norte da Namíbia, fazendo fronteira com o sul de Angola. A cidade foi usada como base das forças sul africanas durante o conflito que ocorreu entre Angola e SWAPO de um lado, do outro África do Sul e a UNITA.

⁹⁵ VICENTE, São, Angola e África do Sul, Luanda, Luanda, 1994, pag.62.

⁹⁶ CAMPOS, Armando, África do Sul potencia Regional, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996, pag.493.

⁹⁷ CAMPOS, Armando de, África do Sul potencia regional, Edições Técnica de Lisboa, Lisboa 199 pag.537.

⁹⁸ MORAIS, Beatriz, A cooperação e a Integração da África Austral –SADC: o papel de Angola, São Paulo, CEA, 1998.pag49.

Com a política de Reagan de “incentivar a desestabilização” de Angola, o grande e temido exército da África Austral, o sul africano, que havia ocupado de forma ilegal a República da Namíbia, mantendo-a sob um regime condenado internacionalmente, conseguiu os seus objetivos de desestabilizar Angola, tanto a nível econômico, como a nível político, através do exército por si alimentado, o da UNITA. De tal forma que todas as estruturas do país que pudessem enfraquecer o governo e aterrorizar a população, eram alvos de sabotagem direta.

Em 1977, um documento do Departamento de Defesa da África do Sul feito com o objetivo de manter “a base do poder da minoria branca à luz da crise interna, regional e mundial” deu lugar a um projeto confidencial chamado “estratégia total”. Esta visava um conjunto de táticas militares e políticas concebidas para:

- 1- desestabilizar os estados com regimes “populares” da região (Angola e Moçambique);
- 2- obter legitimidade internacional para as organizações substitutas internas (UNITA e a RENAMO) nos Estados por eles considerados radicais;
- 3- Destruir o Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul, o qual mantinha bases e ou escritórios em Angola, Moçambique e Zâmbia;
- 4- Eliminar e ou marginalizar a organização dos povos do Sudoeste Africano (SWAPO), que atuava na atual Namíbia;
- 5- Forçar os Estados da região a juntar-se numa “constelação de Estados”, que seria uma confederação regional controlada pela África do Sul;
- 6- Reconquistar a legitimidade internacional da África do Sul⁹⁹.

Com base nessa estratégia traçada pela África do Sul, advêm as operações militares como a “PROMETEUS” em 1981, “SMOKSELL” em 1982, “ASKARI” em 1983 e por último a grande operação “MODULAR” em 1987/88, cujo o objetivo foi o prolongamento da guerra não declarada em Angola.

Durante a invasão do exército sul africano a Angola, estes recorreram inúmeras vezes a mercenários de várias nacionalidades, com o propósito de impedir a proclamação da independência então prevista para o dia 11 de novembro. O exemplo mais claro, foi a 14 de Outubro, quando as Forças de Defesa Sul Africanas (SADF),

⁹⁹ WRIGHT, George, A destruição de um País – A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945, Nzila, Luanda, 2001, pag183.

utilizando-se dos seus mercenários, enviaram a coluna “ZULU” em direção ao norte de Angola, rumo a Luanda, numa tentativa de tomar a capital antes da data de independência¹⁰⁰.

2.1 URSS

As guerras de libertação foram apresentadas como constituintes da política externa soviética, como consta no artigo 28 da Constituição política da União Soviética:

“A política externa da União Soviética tem como objetivo garantir as condições internacionais favoráveis a construção do comunismo na URSS, salvaguardando os interesses estatais da União Soviética, consolidando as posições do socialismo mundial, evitando guerra de agressões, atingindo o desarmamento universal e total implementando constantemente o princípio da coexistência pacífica dos Estados com sistemas sociais diferentes”¹⁰¹.

Partindo dessa premissa, podemos observar o posicionamento da URSS sem precedentes em vários níveis em relação ao continente africano, em particular o caso mais significativo de Angola.

A direção política da União Soviética passou a ter uma maior atenção ao “Terceiro Mundo”, depois da Segunda Guerra Mundial e particularmente, depois da morte de Joseph Stalin em 1953. Sepultado ao lado de Vladimir Lênin, fundador do Estado soviético, no Mausoléu da Praça Vermelha, os herdeiros no Kremlin, mais conhecidos por sua “direção coletiva”, não tinham tempo para se dedicar a política externa, pois estavam mais absorvidos na luta pelo poder na URSS¹⁰².

Mas depois da deterioração das relações entre Kremlin e Pequim, a aproximação com o continente africano ficou mais fácil. Mais precisamente em 1960, considerado como “ano de África”, alusão ao fato de que nesse ano foram proclamadas cerca de

¹⁰⁰ O conhecido Mercenarismo foi categoricamente condenado a nível internacional e nacional. A República Popular de Angola, aprovou a lei nº4/77, de 25 de Fevereiro de 1977, denominada “Convenção Luanda”, na base da qual foram julgados e condenados 13 mercenários de nacionalidade britânica e americana. 4 foram condenados à pena de morte e os restantes a diversas penas privativas de liberdade, nenhum destes últimos cumpriu a pena por inteiro, tendo sido, por acordo com os Estados envolvidos e a Cruz Vermelha Internacional, expulsos para os respetivos Estados de nacionalidade.

¹⁰¹ CAMPOS, Armando, África do Sul potencia Regional, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996, pag.486

¹⁰² MILHAZES, José, Angola o princípio do fim da União Soviética, Nova Veja, Lisboa, 2009, pag.29.

dezessete independências de novos Estados africanos. Isso praticamente obrigou a direção soviética a tomar uma decisão imediata, ou seja, criou-se o Setor de África na Seção Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética¹⁰³. Segundo Karen Brutentz, um dos primeiros altos funcionários desse setor, o Setor Africano do Comitê Central estava pouco preparado para tratar dos assuntos do continente africano e era constituído fundamentalmente por indivíduos não-africanistas, isto é, foram colocados na frente do setor, homens que até então controlavam Grécia e a Albânia e não sabiam nem francês, inglês, português, para não falar das línguas africanas¹⁰⁴.

Os soviéticos começaram a ter conhecimento das atividades do MPLA desde muito cedo, por intermédio do KGB. Em 1961, um grupo de dirigentes do MPLA, Mario Andrade, Presidente interino, e Viriato da Cruz, Secretário Geral, deslocaram-se para Moscou com o fito de pedir apoio em armas. Deu-se início a uma cooperação, devido as boas impressões deixadas pelos dirigentes do MPLA, que demonstraram serem pessoas sérias, conhecedoras da situação e sinceras nas suas palavras e avaliações. Algum tempo depois é que Agostinho Neto vai a Moscou, com a ajuda do Partido Comunista Português, e conseguindo deixar também uma impressão positiva nos dirigentes soviéticos¹⁰⁵.

Mas para tanto, é importante também considerar o papel desempenhado por Álvaro Cunhal, Secretário Geral do Partido Comunista Português. Segundo conta Piotr Evsiukov¹⁰⁶, em 1963, uma confusão reinava no seio da direção de Moscou em relação a política africana, em particular Angola. A direção do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) havia reconhecido como legítimo representante do povo angolano a FNLA de Holden Roberto, rival do MPLA, sem consultar o setor de África¹⁰⁷.

Nessa mesma altura, Agostinho Neto se encontrava em Moscou. Apesar de ter todos os pedidos de apoio atendidos, Neto tomou conhecimento no mesmo momento que os soviéticos estavam a estudar a possibilidade de reconhecer a FNLA como

¹⁰³ *idem*.

¹⁰⁴ *Ibidem* pag.32.

¹⁰⁵ *Ibidem* pag.33.

¹⁰⁶ Piotr Evsiukov, alto funcionário soviético que, durante quinze anos, dirigiu os contatos do Kremlin com os movimentos de libertação nacional nas colónias portuguesas.

¹⁰⁷ MILHAZES, José, *Angola o princípio do fim da União Soviética*, Nova Veja, Lisboa, 2009, pag.33.

Governo provisório. A fim de salvar a situação em favor de Neto, Evsiukov decidiu organizar um encontro entre Neto e Álvaro Cunhal, uma vez que Evsiukov sabia que Cunhal era o único homem capaz de emendar a situação, devido ao seu grande prestígio perante o PCUS. Assim sendo, após o encontro entre Cunhal e Neto, Cunhal desenvolveu um trabalho decisivo, influenciando o *Bureau* Político do CC do PCUS a voltar atrás na sua decisão e continuar o apoio ao MPLA¹⁰⁸.

Para um maior e melhor engajamento por parte da URSS, vários fatores foram fundamentais na intensificação da sua política em África. Primeiramente, foi a luta político-ideológica contra os EUA. A rigor, desde o início da década de 70, outros dois grandes fatores foram primordiais na intensificação da política externa soviética em relação a África: o conflito sino-soviético entre os dois países comunistas e a reaproximação entre Moscou e Havana (depois da alteração da política cubana para a América Latina, anteriormente considerada pelo Kremlin como aventureira e perigosa).

Na realidade a competição com a China foi apontada como a principal causa para o renovado interesse da URSS na África. Com base em informações colhidas pelos serviços secretos militares soviéticos, desde 1970 que a China estava a projetar como alvo países e movimentos já anteriormente apoiados pela União soviética, utilizando os seus meios ao limite máximo de formas a atrair aliados africanos, numa estratégia que poderia conceder-lhes em tão pouco tempo uma posição boa para poder controlar imensas partes em África numa espécie de aliança tática com os EUA.¹⁰⁹

O papel da União Soviética é importante porque esse país jogou um papel decisivo no apoio militar e diplomático ao MPLA em momentos cruciais, e ela com os seus aliados, especialmente Cuba, foram cruciais para a vitória contra os adversários do MPLA em 1975¹¹⁰.

Como já abordado, nas vésperas do 25 de Abril, o MPLA foi afetado por uma profunda crise interna que dificultou o relacionamento externo e confundiu os seus apoiantes. Por essa razão, a União Soviética suspendeu a continuação da ajuda até que a questão da liderança se clarificasse no seio do MPLA. Em Agosto de 1974, a União Soviética retomou a ajuda militar ao MPLA e nas vésperas das conversações de Alvor

¹⁰⁸ Ibidem pp.34-35.

¹⁰⁹ Westad, Odd Arne, op cit, pag 207.

¹¹⁰ Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. História do MPLA 2º Volume (1967-1976). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, pag.259.

uma delegação chefiada por Iko Carreira e que integrava ainda Pedro de Castro Van-Dúnem e Costa Andrade, visitou Moscou para estudar as possibilidades do reforço da ajuda militar face à hostilidade da FNLA que, no mesmo período, estava a receber grandes quantidades de armas da China e apoio financeiro dos Estados Unidos¹¹¹. Segundo Iko Carreira, a delegação conseguiu promessa por parte de Moscou de treinar e armar uma brigada¹¹².

Na realidade, neste período em análise, assistiu-se um grande crescimento da influência chinesa em África, devido a nova abordagem africana da China que privilegiava a relação direta entre governos, independentemente da sua orientação política, enquanto o apoio aos movimentos armados se concentrava nos grupos que se opunham aos regimes de minoria branca. Além disso, e como peça chave desta renovada política, Pequim pôs em curso um programa de ajuda econômica a projetos de desenvolvimento social, sendo que a metade do orçamento chinês para apoio ao exterior se destinava a implementação desses tipos de projetos no continente africano. Com ênfase para a construção da chamada “linha da liberdade”, uma estrada de ferro de 1800 quilômetros, no valor de 400 milhões de dólares, que ia do porto de Dar-es-Salam, na Tanzânia, ao centro da Zâmbia, servindo de alternativas aos portos e outras infra-estruturas da Rodésia, África do Sul e de Moçambique, nessa altura ainda uma colônia portuguesa. Acresce que Pequim tinha também ligações com movimentos nacionalistas de Angola, como a FNLA e a UNITA.¹¹³

Quanto à cooperação soviético-cubana, estava novamente em bom rumo, com destaque especial em Angola. A partir de 1970, a URSS intensificou o seu envolvimento nos assuntos africanos. Em julho do mesmo ano, os soviéticos arquitetaram inúmeros planos de apoio ao MPLA, desde material militar, logístico e formação política, oferecendo até apoio diplomático no contexto das dificuldades de se movimentar em África e não só. Tudo isto se deve a figura de Agostinho Neto, que teve como opção a URSS como seu principal aliado externo e tornado pública a sua impossibilidade de qualquer proximidade com a China.¹¹⁴

Entretanto, é sempre importante recordar que o apoio soviético ao MPLA sofreu várias interrupções desde 1963 até a data da independência de Angola. Como sempre,

¹¹¹ *idem*.

¹¹² CARREIRA, Iko, *Memórias*, Nzila, Luanda, 2005, p.141

¹¹³ Sá, Tiago Moreira, *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Dom Quixote, Lisboa, 2011, pag.44-45

¹¹⁴ *Idem* pag.46

por motivos de crises internas do próprio MPLA. Sendo a primeira, devido a dissidência de Viriato da Cruz, seguindo-se da hostilidade do governo Zaireense, o não reconhecimento do MPLA por parte da OUA e ainda o fato de que inicialmente a URSS resolveu acompanhar essa decisão da OUA. Pouco tempo depois, todavia, ambos voltaram a apoiar o MPLA.

Apesar de que, entre 1971 e 1973, Moscou deparou-se com crescentes dificuldades em concretizar a sua vontade de auxiliar o MPLA, em larga medida devido aos problemas internos deste, como a sua incapacidade a nível organizativo, sua fraca capacidade militar efetiva e a sua divisão em três grupos com outras tantas fontes de apoio, mais precisamente os grupos de Agostinho Neto, de Daniel Chipenda e dos irmãos Pinto de Andrade. Assim sendo, o Kremlin foi obrigado a hesitar várias vezes durante algum tempo sobre qual dos grupos deveria apoiar, tendo mesmo uma fase em que transferiu o seu apoio a Chipenda e chegando mesmo quase a cessar, na sua totalidade, a ajuda material ao MPLA no seu todo.

Essa situação que só começou a ser ultrapassada nas vésperas do golpe de Estado militar em Portugal e na sequência dos esforços de Agostinho Neto em Moscou, contando ainda com o auxílio do Partido Comunista Português, com destaque para o seu líder Álvaro Cunhal. Agostinho Neto foi obrigado a deslocar-se para Moscou em Janeiro de 1973, de formas a convencer o líderes soviéticos a retomar e aumentar o apoio ao MPLA e a ele em particular. Era muito difícil conseguir tal feito, pelo fato de que Neto haverá assinado um acordo com Holden Roberto, com vista a formação de uma frente unida MPLA-FNLA, chegando mesmo a aceitar ser o número dois da organização, notícia mal recebida por parte do Kremlin. Neto então procurou explicar e convencer os dirigentes soviéticos que o acordo era apenas uma solução para o MPLA alcançar centros de vital importância no país, que eram barrados pelo Zaire. Para Neto, embora Holden Roberto fosse o chefe, ele enquanto vice-presidente iria dirigir o secretariado, o fornecimento de armas e os assuntos militares. Mesmo assim, a desconfiança para com Neto ainda notória, mas pouco tempo depois, o Comitê Central do PCUS decidiu conceder ajuda militar e material ao MPLA.¹¹⁵

A União Soviética, cuja a política externa era de apoio aos movimentos de libertação de esquerda, desde que sintonizadas com o seu programa ideológico, não

¹¹⁵ Westad, Odd Arne, ob cit, pp. 217-218, Andrew, Christopher e Mitokhim, Vasiki, the Mitrokhim Archive II, the KGB and World, Penguin, 2006, pp. 445-446, Milhaires, José, Angola, O Princípio do fim da União Soviética, Lisboa, Vega, 2009, pp42-45.

hesitou em dar o seu apoio ao MPLA e foi nessa linha que o peso internacional da URSS se revelou decisivo para a mobilização de muitos países em reconhecer o Governo de Angola recém independente.

A questão de Angola foi constantemente um dos fatores que envenenava o diálogo entre União Soviética e os EUA, mesmo considerando o momento específico do período da Guerra Fria conhecido como Détente.¹¹⁶

O envolvimento soviético no conflito angolano aumentou com a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre a URSS e Angola, assinado em Moscou a 8 de Outubro de 1976. O mesmo abordava sobre a utilização da infraestrutura militar do país pela forças armadas soviéticas. As suas bases navais militares foram postas a disposição de uma esquadra operativa soviética, foram concedidas bases militares para aterragem de aviação soviética e principalmente de reconhecimento¹¹⁷.

2.2 EUA

No que concerne a literatura sobre a política externa dos EUA em relação ao continente africano, muito baixa foi a prioridade atribuída por Washington no período do fim da segunda Guerra Mundial. É de se notar, por exemplo, que os EUA, em todo esse período, jamais estabeleceram um tratado militar com qualquer Estado africano até ao conflito angolano, havendo apenas algumas exceções relevantes na administração de John Kennedy e com respeito a guerra do Congo. Todo este fraco interesse norte americano advém sobretudo da Guerra Fria, sendo que até 1974 a influência soviética na região era muito reduzida, o que para os americanos não constituía uma ameaça.¹¹⁸

A história política dos Estados Unidos no que se refere a África começa após 1945, na qual foi estabelecido logo no início do conflito Leste-Oeste e teve como eixo central a sua agenda anticomunista. Durante a onda das independências dos primeiros países africanos independentes na década de 50, a principal preocupação dos EUA era de evitar o aumento da influência soviética na região. A princípio, a melhor forma de

¹¹⁶ A esse respeito ver: SARAIVA, José Flávio S. (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas – da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007. Especialmente o capítulo 7, pg 231 a 251.

¹¹⁷ MILHAZES, José. *Angola o princípio do fim da União Soviética*. Nova Veja, Lisboa, 2009, pp.62-63.

¹¹⁸ Sá, Tiago Moreira, *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola, Dom Quixote*, Lisboa, 2011, pag.23

alcançar esse objetivo passava em apoiar os movimentos nacionalistas africanos, de tal forma que estariam do seu lado, o que corroborava com o compromisso histórico dos Estados Unidos para com a autodeterminação dos povos. Mas tal atitude iria contra a posição de uma parte dos seus aliados europeus,¹¹⁹ o que poderia comprometer a sua política para a Europa. Estando então o Estados Unidos perante o conhecido “dilema África ou Europa”, acabando os EUA a solucionarem em favor do lado europeu, o que veio diminuir ainda mais a tardia atuação dos Estados Unidos nos acontecimentos africanos.¹²⁰

Entretanto, os primeiros indícios de uma formação de política norte americana para África surge em 1950 na administração Harry S. Truman, resultado de uma discussão de um painel informal do Departamento de Estado sobre as suas dimensões política e econômica. Em termos políticos, considerou-se importante, fomentar a autodeterminação sem por em causa as fortes relações com a Europa, economicamente recomendou-se um incentivo mutuamente vantajoso das relações entre as potencias coloniais europeias e seus territórios dependentes. Em poucas palavras, o governo americano definiu como linha de orientação a promoção do fim do colonialismo, mas dentro de uma estrutura de cooperação com as potências coloniais. E para resolver a contradição evidente dos termos, acrescentou-se outro princípio, ou seja, o de que o seu apoio aos países europeus tinha por base a aceitação posterior destes do princípio da autodeterminação e independência.¹²¹

Mais precisamente na administração Eisenhower e que teve John Foster Dulles como Secretário de Estado, foi que se principiou a assistir alguns movimentos com destaque. Entretanto, a ambiguidade manteve-se, sobretudo pelo fato dos norteamericanos não terem como resolver o seu dilema: apoiar os africanos e, ao mesmo tempo, correr o risco de comprometer a colaboração das antigas potências coloniais europeias no âmbito da OTAN.¹²²

¹¹⁹ O exemplo mais claro era o caso específico de Portugal e das suas colônias, a política norte Americana acabou igualmente por ficar dividida entre a manutenção do acesso a base militar nos Açores por um lado, e a pressão sobre Lisboa para descolonizar, por outro, o que acabou se resolvendo em detrimento do lado nacionalista africano.

¹²⁰ Sá, Tiago Moreira, Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola, Dom Quixote, Lisboa, 2011, pag.23

¹²¹ Kent, John, The United States and the Decolonization of Black Africa, 1945-63, em David Ryan e Victor Pungog, The United States and Decolonization: power and freedom, New York, St Martin Press, 2000, pp 168-69.

¹²² Idem, pag.172.

Em 1957, foi criada no Departamento de Estado americano uma Divisão para África. Ainda no mesmo ano, o então vice-presidente, Richard Nixon, publicou um relatório advertindo que a “África é o alvo prioritário para o comunismo internacional. Portanto, é preciso apoiar as aspirações políticas dos africanos, desde que não violentas, mas moderadas e construtivas”. Finalizou, recomendando que, perante aos futuros interesses norte americanos “não devemos hesitar em contribuir para a partida das potências coloniais implantadas na África(...)”.¹²³

É a partir do Congo Belga que se começa a desenhar a incompatibilidade de relações entre as duas superpotências que iria ter um reflexo enorme nos anos setenta em Angola. Os Estados Unidos tinham um contrato desde 1950 no qual recebiam dois terços de urânio do Congo Belga. Enquanto que, na África do Sul, os EUA haviam assegurado parcialmente a implementação da política do apartheid devido aos crescentes interesses econômicos na África do Sul, tendo sido assinado um tratado de 10 anos para o fornecimento de urânio.¹²⁴ As boas relações entre América, Bélgica, Portugal e África do Sul, permitiram a essa superpotência ditar as regras do jogo, principalmente no campo político tendo domínio total da situação.

Finalmente na administração Kennedy foi decidido adotar uma posição mais favorável aos movimentos nacionalistas africanos que lutavam pela independência das colônias portuguesas na África ao nível da ONU, ao mesmo tempo em que procurou manter contatos com os líderes dos movimentos. Essa mudança de ideias por parte dos EUA em relação a Portugal foi notória na ONU, a 15 de Março de 1961, quando os norteamericanos votaram favoravelmente uma resolução sobre Angola, que obrigava Portugal a começar a fazer mudanças na sua política, ou seja, deveria começar a pensar na autodeterminação de Angola evitando uma situação semelhante ao Congo, com consequências desastrosas. Um mês depois, novamente os Estados Unidos votaram a favor de uma resolução da Assembleia Geral da ONU (resolução 1603), que pedia a Portugal para ir na direção da autodeterminação. Posteriormente, a 9 de Junho, os norteamericanos votaram no Conselho de Segurança a favor de uma resolução que condenava a repressão portuguesa em Angola. Todos esses votos americanos relacionados a questão colonial portuguesa promoveram uma reviravolta

¹²³ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.14.

¹²⁴ WRIGHT, George, *A destruição de um País – A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, Nzila, Luanda, 2001, pag.54

nas relações luso-americanas, uma vez que, até então, os EUA sempre tinham votado a favor de Portugal, ou tinham se absterido de condenar o seu aliado. Era o início de uma nova forma de relacionamento entre os EUA e os movimentos nacionalistas africanos que lutavam pela independência, sobretudo em Angola e Moçambique, orquestrado pela administração Kennedy.¹²⁵

A administração Kennedy, com o intuito de eliminar qualquer papel preponderante da URSS e da China em relação aos movimentos nacionalistas africanos das colônias portuguesas, decide então, em Abril de 1961, por intermédio da CIA, conceder a Holden Roberto, líder da FNLA, um pagamento anual de seis mil dólares, que viria aumentar mais tarde para dez mil dólares (Holden Roberto ainda recebia apoio ao nível não governamental, por parte da Fundação Ford e da AFL-CIO, e essa quantia era enviada através do posto de Kinshasa).¹²⁶

Em Agosto, a Casa Branca decretou uma nova política de transação de armamento com Portugal, ou seja, recusou a venda de material militar a Portugal, ao mesmo tempo em que estabelecia que equipamento militar passado aos portugueses pelos acordos pela OTAN só poderia ser usado dentro da área de atuação desse organismo. Muitos eram os africanistas dentro do Departamento de Estado que defendiam a ideia de que "Angola tal como Berlim eram elementos fundamentais na luta contra o comunismo". Mas dentro da administração havia divisões, como o Pentágono, que claramente em favor de Açores, alegando que do ponto de vista geoestratégico, Portugal era de grande interesse. Enquanto que na administração Lyndon Johnson o dilema foi contrário, ou seja, favorável a Portugal, no período compreendido entre 1963 a 1968 Portugal recebeu como auxílio militar cerca de 33 milhões de dólares e mais de 54 milhões de dólares em ajuda econômica. Como era de se esperar, as empresas norte americanas aumentaram de forma significativa os seus investimentos nas colônias portuguesas, principalmente em Angola, com as descobertas das jazidas de petróleo em Cabinda (1966), fazendo com que o volume de comércio total entre Angola e os EUA aumentasse para 100 milhões de dólares, mais do que o dobro do que se verificou na administração Kennedy.¹²⁷

¹²⁵ Sá, Tiago Moreira, *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Dom Quixote, Lisboa, 2011, pp.31-33.

¹²⁶ *Ibid* pag.33.

¹²⁷ Witney Schneidman, *ob cit*, pp 56-57.

Com a chegada de Nixon à presidência dos EUA, a situação só piorou, ou seja, a política externa norte americana para África, passou a ter um pendor maior para os regimes de minoria branca da África do Sul, da Rodésia e de Portugal. Tudo isso, devido a inúmeras situações, primeiramente pelo fato do continente africano ser um lugar periférico no sistema internacional, a existência de outras prioridades para política externa, abertura a China, Vietnam, URSS etc.¹²⁸ Uma atitude mais clara de apoio de Nixon, foi o corte de relações com os movimentos nacionalistas africanos, mais propriamente a FNLA. Sem sombra de dúvidas foi uma das melhores fases das relações luso-americanas, com a assinatura de um novo acordo com Açores e ainda os investimentos norte americanos passaram de 183 milhões em 1968 para 368 milhões em 1970, tendo como principal investidora a Gulf Oil.¹²⁹ Até 1972, durante a administração Nixon, a relação com Portugal foi ótima, de forma que só vieram a contribuir para a fraca influência dos EUA junto dos movimentos nacionalistas africanos e a ascensão da URSS.

2.3 Spínola-Mobutu

Logo depois da tomada de posse na República Portuguesa, o presidente António Spínola¹³⁰, apercebendo-se que com o decorrer do tempo ia perdendo influência sobre as colônias, em particular Angola, ou seja, o processo de descolonização era praticamente inevitável, teve a ideia de buscar ajuda internacional, começando com o EUA, que desde logo negou-se em ajudar. Tudo tinha começado num encontro em Açores, entre Richard Nixon e Spínola, em que o último pretendia garantir o apoio dos EUA para a sua política ultramarina, mas sem sucesso. Há que se salientar que a Casa Branca não queria se envolver nos problemas da descolonização portuguesa.

¹²⁸ Zaki Laudi, ob cit, pag 49.

¹²⁹ Witney Schneidman, ob cit, pag.175.

¹³⁰ António Sebastião Ribeiro de Spínola, militar português, décimo quarto presidente da República Portuguesa e o primeiro, após o 25 de Abril de 1974.

No início da Guerra em Angola, o General Spínola ofereceu-se como voluntário e organizou o grupo de cavalaria 345. Foi colocado em Angola e a sua missão era na região de Bessa Monteiro e na região fronteiriça de São Salvador do Congo. Regressa de Angola em 1963 e em Novembro de 1973 foi convidado por Marcelo Caetano para ocupar o cargo de Ministro do Ultramar, cargo que não aceitou.. Em 1974, fez parte do Movimento das Forças Armadas (MFA), e ainda nesse mesmo ano aceita a rendição do governo. Formou-se a Junta da Salvação Nacional á qual ele presidiu e foi escolhido pelos membros da mesma para exercer as funções de Presidente da República. Ocupou a presidência da Republica em 15 de Maio de 1974 e exerceu este cargo até 30 de Setembro de 1974, altura em que renunciou e foi substituído pelo General Costa Gomes.

Assim, em memorando elaborado nas vésperas do encontro, o Departamento de Estado recomendou ao seu presidente que evitasse apoiar qualquer proposta específica feita por Spínola relativa a autodeterminação dos territórios africanos.¹³¹

Segundo o próprio Spínola, o governo português tinha aderido de forma inequívoca ao princípio de autodeterminação consagrado pelas Nações Unidas, aceitando todas as suas consequências, incluindo a independência. Mas era preciso evitar o reconhecimento apressado dessa independência pois tal resultaria numa vitória da URSS em África como reflexo do processo acelerado de “sovietização” no mundo. Spínola ainda pediu aos EUA para parar de apoiar a FNLA financeiramente. Mas como já se esperava, todos os esforços para conquistar o apoio norteamericano foram em vão.¹³²

Devido ao fracasso em conseguir apoio norteamericano, o general teve a ideia de um lance muito arriscado, em colaboração com o presidente zairese Mobutu. Neste contexto, em Setembro de 1974, na Ilha do Sal, em Cabo Verde, a convite especial de Spínola, o mesmo tentou converter a visão de Mobutu sobre a descolonização de Angola. No encontro, o líder zairese fez os seguintes pedidos ao presidente português:

1. Apoio a Holden Roberto numa Angola sem a província de Cabinda;
2. Entregar Cabinda com as suas imensas reservas de petróleo, a Frente de Libertação de Cabinda (FLEC), sediada em Kinshasa;
3. Apoio para a criação de uma federação Zaire-Angola-Cabinda, presidida por Mobutu e com Holden Roberto como vice-presidente.

Os relatos dizem que Spínola aceitou os pedidos de Mobutu, mas com as seguintes condições:

1. Mobutu deveria intervir junto de certos chefes de Estado africanos no sentido de ajudá-lo (Spínola) a recuperar o respeito necessário para empreender uma nova política colonial;

¹³¹ Sá, Tiago Moreira, Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola, Dom Quixote, Lisboa, 2011, pag.107.

¹³² Spínola, António de, País Sem Rumo, Contributo para a Historia de uma revolução, S.L., SCIRE, 1978, pp. 160-161

2. As empresas portuguesas e as multinacionais deviam ser autorizadas a ter acesso a todos os recursos naturais de Angola, Cabinda e Zaire por um período de pelo menos 20 anos;
3. Mobutu ajudasse Spínola a readquirir o controle de Moçambique e da Guiné Bissau, ou através de um golpe de Estado, ou através da infiltração de mercenários e da corrupção de certos quadros dos movimentos de libertação local.¹³³

Feitas essas declarações e exigências, Mobutu aceitou as condições e o acordo foi firmado, apesar do mesmo nunca ter saído do papel, porque tais ideias eram tão absurdas e irreais.

Para Angola o evoluir da Guerra Fria, que estava no seu auge em 1975, condimentada com o não entendimento entre os três movimentos de libertação nacional (FNLA, MPLA e UNITA), facilitou a Washington o reforçar das suas posições em Angola através dos seus aliados internos. Em Abril do mesmo ano, o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda foi até Washington encontrar-se com o presidente norteamericano, Gerald Ford, e seu Secretário de Estado, Henry Kissinger. Durante um almoço na Casa Branca, Kaunda conseguiu convencer o presidente Ford de que a URSS estava a intervindo em Angola e ganhando terreno, o que poderia ajudar o MPLA a ganhar o poder, cabendo então aos EUA tomar uma atitude, opondo-se a tal ação da URSS.¹³⁴

Para Kaunda o governo do MPLA representava uma ameaça aos países vizinhos de Angola na região. Como Angola vivia num clima de divisões entre MPLA, UNITA e FNLA, e o conflito deixara de ser local, passando o MPLA a ser um “instrumento de Moscou”, a solução proposta pelo presidente zambiano era que os EUA deviam apoiar Jonas Savimbi da UNITA a se tornar presidente de Angola. Kaunda, além de sugerir aos EUA que apoiassem Savimbi, teceu inúmeros elogios a Savimbi dizendo que o mesmo também possuía apoio incondicional de Melo Antunes, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Kaunda disse ainda que Angola não podia “cortar

¹³³ Sá, Tiago Moreira, Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola, Dom Quixote, Lisboa, 2011, pag.112.

¹³⁴idem, pag.19.

os seus laços com a Metrópole”, já que para ele tudo estava ligado com Portugal, sendo importante os angolanos estarem conectados aos portugueses.¹³⁵

O relato de Kaunda foi muito forte, com um grande impacto, pelo fato de ter sido apoiado pelas informações prestadas pelo serviço secreto norteamericano, de que existia “uma ponte aérea de transporte de armas soviéticas para Brazzaville, de onde eram transferidas para Luanda, e que Moscou estava entregar armas ao MPLA via marítima”.¹³⁶

Para a administração Ford, o problema da Guerra Fria tinha chegado ao continente africano, mais propriamente em Angola por iniciativa de Moscou. o que obrigava os Estados Unidos a resistir ao expansionismo soviético na periferia do sistema internacional.¹³⁷

Para a administração Reagan, Angola tornou-se um alvo de desestabilização e foi enquadrada no renovado projeto americano de Guerra Fria, dirigido ao Terceiro Mundo. O governo Reagan, pode-se dizer, reativou os preceitos da Guerra Fria anteriores à Détente e à Coexistência Pacífica com o claro objetivo de derrotar os soviéticos. Para tanto, desencadeou operações secretas e lançou uma verdadeira ofensiva diplomática com o fito de derrubar regimes revolucionários e evitar que movimentos nacionalistas chegassem do poder.

Além de tentar derrubar o Governo angolano, os conselheiros de Reagan para a política externa, representando perspectivas globalistas e com uma postura claramente conservadora e de “direita”, procuravam tirar desforra da derrota americana na guerra de 1975 em Angola.

Para conseguirem engendrar uma estratégia dupla, o Secretário de Estado Adjunto para os assuntos africanos, Chester Crocker¹³⁸, formulou e implementou uma nova abordagem política chamada de “Compromisso Construtivo”, também conhecida por “engajamento construtivo”, que visava a cooperação com a África do Sul no sentido de libertarem a África Austral das chamadas “ameaças” do “expansionismo soviético”. A ideia de *linkage*, era uma das exigências desta política, que condicionava a implementação da Resolução 435/78 (ditava a independência da Namíbia e consequentemente o desmantelamento do regime de segregação racial que

¹³⁵ Idem. Pag.20.

¹³⁶ Idem. Pag.21.

¹³⁷ Idem. Pag.22.

¹³⁸ Desde 1981 a 1989.

vigorava na África do Sul) das Nações Unidas com a retirada das tropas cubanas de Angola..

CAPÍTULO 3: POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA: DEFESA E SOBERANIA

3.1 LINHAS MESTRAS DA POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA

Falar da formulação da Política externa Angolana, sem mencionar o MPLA, é quase que impossível. Sendo que os primeiros indícios da sua formulação, advêm, do Programa Maior do Movimento (MPLA), datado de julho de 1960, elaborado em Conakry. Em que no seu item “3 – Unidade Africana”, que em termos breve já se fazia menção à solidariedade aos povos africanos que lutavam pela a independência e o imperialismo¹³⁹.

Salientar, como vimos no primeiro capítulo, o MPLA embora ainda como movimento de libertação nacional, já desenvolvia o que podemos chamar de “ações externas” em nome do povo angolano. Entretanto, com a proclamação da independência pelo presidente Agostinho Neto a 11 de Novembro de 1975, o MPLA teve como sua maior preocupação, o reconhecimento pela comunidade internacional como legítimo representante do país. Uma vez que, ao mesmo tempo que era proclamada em Luanda, por Agostinho Neto, os movimentos UNITA e FNLA, procurava estabelecer um governo alternativo, a República Democrática de Angola, com sede no Huambo, e proclamada no Uije, por Holden Roberto, e no Huambo por Jonas Savimbi.

No entanto, a formulação das linhas mestre da política externa de Angola mais consistente e mais divulgada do governo de Luanda, foram proposta na 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, realizada de 23 a 29 de Outubro de 1976, em Luanda, e viria a ser oficializada como parte integrante do programa partidário, no 1º Congresso do MPLA-PT, em dezembro de 1977:

- Estabelecimento e manutenção de relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base do respeito mútuo pela soberania nacional e pela integridade territorial, não agressão e não ingerência nas questões internas,

¹³⁹ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.132.

igualdade e reciprocidade de vantagens, e coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes;

- Respeito pelos princípios das Cartas da ONU e da OUA;
- Salvaguarda da independência política e da opção socialista;
- Política de não-alinhamento em relação aos blocos militares constituídos no mundo, baseando a nossa ação, no meio do Movimento dos Países Não-Alinhados, no reforço da orientação anticolonialista e anti-imperialista pela paz, liberdade e independência dos povos e pelo progresso social;
- Rejeição de todos os compromissos internacionais firmados em nome de Angola pelo governo colonial português ou sua revogação à luz da legislação vigente na RPA [República Popular de Angola];
- Interdição de bases militares estrangeiras no solo nacional;
- Proteção dos angolanos no estrangeiro e dos seus respectivos interesses;
- Reforço dos laços de amizade e colaboração com a comunidade socialista e com as comunidades anti-imperialistas de todos os continentes;
- Diversificação da cooperação econômica e técnico-científica;
- Apoio à criação de uma nova ordem econômica internacional que elimine a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países capitalistas desenvolvidos;
- Manutenção do espírito tradicional de unidade e luta contra o imperialismo e o neocolonialismo entre as ex-colônias portuguesas e reforço dos laços de amizade, solidariedade militantes e de cooperação multiforme entre os respectivos Estados;
- Solidariedade militante para com os povos oprimidos e para com os movimentos de libertação nacional e apoio à luta armada conduzida pelos mesmos povos para a conquista dos seus direitos;
- Solidariedade para com a luta dos trabalhadores de todo o mundo na base do internacionalismo proletário;
- Apoio à ação conduzida pelos países socialistas e pelas forças democráticas e progressistas no plano internacional para a efetivação do desenvolvimento e do desarmamento mundial, e eliminação de focos de tensão que o imperialismo criou ou pretende criar nos diferentes continentes para impedir o progresso e luta de libertação dos povos;

- Relações de boa vizinhança com as nações limítrofes de Angola.

3.2 O GOVERNO DE AGOSTINHO NETO

Angola alcança a sua independência, programada numa altura em que o país encontrasse numa situação de crise, de grande turbulência e as invasões externas. Assim sendo, inúmeros atores foram identificados da crise política que assolava Angola, com destaque aos Estados Unidos da América (EUA), União das Republicas Socialistas Soviética (URSS), Cuba, África do Sul e Zaire (atualmente Republica Democrática do Congo).

A partir da independência em 1975, com o uso da diplomacia, a política externa angolana, nos seus primeiros quinze anos, em função da crise, e dada a sua gravidade, ela resumiu-se na defesa da sua soberania com a consolidação da independência face as agressões externas da qual foi alvo. De tal forma que nos primeiros quatro anos, teve como seus principais parceiros a URSS e Cuba. Escolha esta que causou a duradora hostilidade dos Estados Unidos.

Em meio desta fase pós independência, a situação de Angola foi muito difícil, além da hostilidade dos Estados Unidos como já mencionamos, a falta de capitais autóctones e ainda a escassez de quadros. Realçar o fato de que por uma política determinada pelo MPLA, motivou o êxodo de cerca de 340 mil portugueses, dentre os quais muitos quadros especializados alguns ate já enraizados no país.

Nos poucos meses que se seguiram à independência, o MPLA, deu início a uma contra ofensiva militar que lhe permitiu adquirir o controlo de praticamente todo o país. Em Dezembro de 1975 a ofensiva militar contra a FNLA permitiu que o MPLA ocupasse praticamente todos os pontos importantes do norte do país. Em Fevereiro de 1976 o Norte de Angola estava praticamente pacificado. Em Março do mesmo ano o governo de Luanda conseguiu assegurar o controlo administrativo na maior parte dos postos-chave do território.

Em 1976, o Primeiro Ministro de Angola, Lopo Furtunato Ferreira do Nascimento, efetuou uma visita oficial a Moscovo e foram dados passos significativos com a assinatura de um tratado de amizade e de cooperação bastante importante em vários domínios. Ano em que o Presidente Antônio Agostinho Neto, efetuou

igualmente uma visita a URSS e assinou um tratado que tinha como cláusulas de caráter militar, econômico, comercial, técnico, científico, cultural e de consultas prévias em determinados assuntos.¹⁴⁰

Ainda no mesmo ano, tratados estabelecidos com Cuba, foram resultantes da vinda de 2500 técnicos civis cubanos que se juntaram aos mais de 20 mil soldados cubanos, além de outros tratados em 1976 que foram assinados.

Graças ao auxílio das tropas cubanas e do apoio logístico e financeiro da União soviética, o MPLA conseguiu uma vitória militar não apenas sobre as outras duas forças nacionalistas armadas mas conseguiu igualmente forçar a retirada das forças militares zaienses e sul-africanas que tinham marcado presença no território, em auxílio da UNITA e da FNLA. Quanto à sorte das duas organizações, o destino de cada uma delas foi distinto.

A FNLA que fora apoiada pelo Zaire viu o seu lugar de principal rival militar do MPLA ser gradualmente substituído pela UNITA, sobretudo a partir de 1978. Com os sucessivos reveses militares, a FNLA vira o seu capital político e militar cada vez diminuído. O seu definhamento iria acelerar-se a partir do momento em que o regime liderado por Mobutu estabeleceu relações com o governo de Luanda, em 1978.

A UNITA, após um breve período de letargia político-militar, iria ressurgir como movimento de guerrilha em finais da década de setenta, graças ao apoio do governo sul-africano. Mas seria em meados da década de oitenta, com o apoio dos Estados Unidos da América, que a UNITA se iria afirmar como a principal alternativa político-militar, relativamente ao MPLA

No entanto, se o papel dos soviéticos e cubanos fora fundamental para o triunfo militar do MPLA, outras condicionantes de ordem externa iriam contribuir para a consolidação do MPLA/Estado.

Com efeito, em 1976 o Congresso norte-americano aprovou uma emenda que proibia o envolvimento dos Estados Unidos em Angola, nomeadamente no respeitante ao apoio financeiro e militar aos movimentos subversivos. Esta lei iria assinalar o fim do engajamento oficial, dos Estados Unidos no conflito angolano em contraste com um maior envolvimento político e militar da URSS e de Cuba

¹⁴⁰ ARTUR, Queiroz, A via agreste da liberdade, Angola do 25 de Abril ao 11 de Novembro, Edição Maianga, Lisboa, pág. 116.

Mas a hegemonia político-militar do MPLA no território angolano seria complementada por um contexto diplomático, favorável, que iria proporcionar condições para a legitimidade política e jurídica da recém nascida República Popular de Angola.

No plano internacional, o Brasil rapidamente estabeleceu relações diplomáticas com a nova República de Angola¹⁴¹. Fazendo isso, muito antes de qualquer país, tanto africano como do bloco socialista. Restritamente ao continente africano, o MPLA conseguiu uma vitória diplomática com o reconhecimento da República Popular de Angola a 11 de Fevereiro de 1976 pela maioria dos Estados africanos da OUA tendo-se tornado o 47º membro desta organização. Mas a vitória diplomática do MPLA não se ficara por aí. O reconhecimento por parte da maioria dos países da OUA, da República Popular de Angola estendeu-se à ONU onde, mais uma vez, o efeito África do Sul acelerou o processo de viabilização de admissão da jovem República como membro da Assembleia da ONU, no dia 22 de Novembro de 1976. Reconhecimento este que não viria a ser feito pelos Estados Unidos e a África do Sul. Notar que Portugal levou algum tempo para o fazer, em 22 de Fevereiro de 1976 reconhece o governo do MPLA.¹⁴²

Com o afastamento definitivo da FNLA do teatro militar e a derrota parcial da UNITA, o MPLA, que se iria converter em partido marxista-leninista, estava em condições de instituir uma ordem política não só na maior parte do território angolano mas igualmente no seio da própria organização. Ordem que teria que ser garantida através de uma dinâmica intensiva de aparelhização.

As Relações entre Neto e Mobutu.

“A diferença de regimes não deve constituir entrave para o estabelecimento de relações amistosas com outros povos”.¹⁴³

¹⁴¹ A decisão de reconhecer como legítimo o governo de Neto foi tomada pelo então presidente Ernesto Geisel antes mesmo da data oficial de independência de Angola.

¹⁴² Tudo porque o Partido socialista e o Partido popular democrático, tinham simpatia por Jonas Savimbi e Holden Roberto, facto este que causou inúmeras dificuldades no relacionamento inicial entre os dois países.

¹⁴³ Extrato do Discurso proferido pelo Presidente Agostinho Neto antes da sua partida ao Zaíre.

Um dos grandes lances que aconteceu na política externa angolana, foi sem sombra de dúvidas a viagem de Agostinho Neto ao Zaíre, tendo como objetivo principal, fazer as pazes com o Presidente Mobutu Sesse Seko¹⁴⁴.

Era notória a preocupação por parte de alguns militantes do Partido, antes mesmo da viagem de Neto ao Zaíre. Neto foi inúmeras vezes aconselhado a não viajar até ao Zaíre, sendo muito perigoso para ele, uma vez que as relações entre os dois países a muito tempo que já azedara. Neto decide viajar sem o apoio de alguns membros do Partido, mas antes de partir, afirmou:

“No que concerne a esta viagem a Kinshasa, eu creio que é necessário faze-la. Eu creio que um responsável não pode remeter-se comodamente na posição daquele que não deve enfrentar as situações. Pelo contrario, um responsável deve enfrentar as situações, deve tentar resolve-las e por isso as apreensões manifestadas por alguns camaradas e militantes e em Luanda por alguns dos nossos compatriotas e alguns dos nossos amigos têm cabimento nesta preocupação de nós exercermos a função de responsáveis pela qual fomos eleitos, se não, não seríamos responsáveis”¹⁴⁵.

O presidente Neto, acompanhado de uma delegação do Partido e do Governo, foram ao Zaíre numa visita de amizade. Esta visita a Kinshasa, surge na sequência das conversações que se vinham mantendo entre os governos dos dois países e que, numa primeira fase conduziram ao estabelecimento de relações diplomáticas a partir de 29 de Julho de 1978. Para o MPLA, a visita surge também como um aspeto particular da sua política geral de independência e não alinhamento que pressupõe o estabelecimento de relações de amizade e cooperação multiforme com todos os povos de Mundo, independentemente das diferenças ideológicas que possam existir. Ainda para o partido MPLA, a aplicação pratica dos princípios do programa é bem claro quando diz que o “O MPLA-Partido do Trabalho preconiza o estabelecimento de relações de boa vizinhança e reciprocidade de interesses entre a RPA e os estados limítrofes”.¹⁴⁶

Durante um jantar de gala, oferecido pelo Presidente Mobutu na sua residência de campo de Tshatshi, Neto afirmou:

¹⁴⁴ MBIANGA, Donato. Professor do Instituto de Relações Internacionais de Angola-MIREX. Política externa de Angola, 15 de Janeiro de 2013, Luanda, entrevista concedida a Alberto André Carvalho Francisco.

¹⁴⁵ Extrato do discurso proferido pelo Presidente Agostinho Neto.

¹⁴⁶ MPLA-Partido do Trabalho, Viagem Histórica de Cda. Presidente ao Zaíre. Boletim do Militante, Luanda, ano II, nº6, Agosto, 1978. Pag.4.

“Os povos africanos devem se senhores dos seus próprios destinos”.

Vindo de Neto, não era novidade essas palavras, para ele os membros do Partido do trabalho de Angola, pretendiam uma independência total do continente africano. Para Neto, não importava apenas a independência política que muitos países já haviam conquistados, mas também a econômica. Sendo que muitos países nem sequer possuíam a sua própria planificação para o desenvolvimento autônomo, desenvolvimento este que todos estados deviam traçar¹⁴⁷.

Durante a sua viagem, Neto vai ainda reforçar a sua ideia de cooperação e solidariedade para com os povos africanos, ou seja, tanto os povos de Angola como do Zaíre, deviam “continuar a ser dignos de África”. Da mesma forma como foram nas lutas de libertação nacional e durante a batalha pela a reconstrução econômica e social, devem ser dignos de prestar auxílio aos povos da Namíbia, Zimbábue e África do Sul que ainda se encontram sob domínio racista.¹⁴⁸

A convite de Neto, O general Mobutu, Presidente-fundador do Movimento Popular da Revolução e Presidente da República do Zaíre, afetou uma visita de 15 a 17 de Outubro de 1978, uma visita oficial à República Popular de Angola. Mobutu foi bem recebido pelo povo angolano, uma vez que o MPLA tinha preparado o povo angolano de formas a receber bem o Presidente Mobutu.

De igual modo, o Presidente Neto, ofereceu um jantar, na sua residência oficial no Futungo de Belas. O desejo de ter uma fronteira comum entre os estados, num clima de fraternidade e paz, foi manifestado pelo General Mobutu, que no seu discurso afirmou:

“A nossa presença nesta terra africana de Angola situa-se no prolongamento lógico desta sólida vontade que anime os nossos dois Estados de construir as suas relações de cooperação, assentas em bases novas de confianças, de estima e respeito mútuo.

Aquando da sua estadia em Kinshasa em 19 de Agosto último, eu pude declarar que os 2600 quilômetros que constituem a nossa fronteira comum, deveriam ser, antes de mais, um longo cordão de fraternidade, de entendimento e da paz.

Devo em verdade reconhecer hoje que desde então, a experiência desta nova era que nós instauramos entre os nossos dois Países permite-nos todas as esperanças”¹⁴⁹.

Salientar o fato de que o reascender dessa relação entre os dois Estados, foi uma jogada de mestre por parte de Agostinho Neto, uma vez que, fazendo as pazes com

¹⁴⁷ Ibidem pag.5

¹⁴⁸ Ibidem pag.21.

¹⁴⁹ MPLA-Partido do Trabalho, Visita do General Mobutu a República Popular de Angola. Boletim do Militante, Luanda, ano II, nº42, Outubro, 1978. Pag.9.

Mobutu, conseguiu eliminar um dos principais oponentes, a FNLA de Holden Roberto. Em acordo secreto, Neto pediu a Mobutu que parasse de apoiar a Holden Roberto, por sua vez, Mobutu em troca pediu a Neto que parasse de apoiar Natanael M'bumba líder do Movimento dos Katangas¹⁵⁰. Firmado o acordo entre ambas as partes, desde então, a FNLA que após a proclamação da independência por parte do MPLA, já vinha dando mostra de extinção, acabou por desaparecer de cena. Para Mbianga, Caso Agostinho não tivesse morrido, o mesmo que aconteceu com a FNLA, poderia acontecer com a UNITA no campo diplomático, ou seja, uma tentativa de aliança com os EUA de formas a eliminar todo o apoio que Savimbi recebia dos EUA naquela fase. Uma vez que, Agostinho Neto dava alguns indícios que tentar se aproximar com os EUA (como veremos mais em frente)¹⁵¹.

Agostinho Neto e Washington

Neto quanto ao EUA, não que ele não se interessa-se por ajuda dos EUA, porque Neto antes e depois da independência, havia lançado o pedido de ajuda para alguém que o estende-se a mão. Mas por questões ideológicas, obrigaram a se relacionar com a URSS, sendo que o MPLA desde sempre foi um Partido com uma linha de pensamento progressista, em libertar o seu povo e o outros povos do colonialismo. E os americanos já possuíam alguém de confiança em Angola, Holden Roberto, preferiam investir nele em vez de Neto¹⁵².

Neto sempre deixou bem claro que havia possibilidades de boas relações futuras com os EUA, sendo apenas uma questão de tempo, e que tudo não dependia apenas dele, mas sim também, de uma mudança de atitude por parte dos EUA.

“As relações internacionais não dependem apenas de um lado. Dependem, pelo menos, de dois. E em muitas outras ocasiões, nós já tivemos a oportunidade de mencionar, diante da imprensa, que Angola esta pronta e deseja relações com os Estados Unidos da América.

¹⁵⁰ O Movimento dos Katangas liderado por Natanael M'bumba, era contra o regime de Mobutu Sesse Seko. Lembrar ainda que foram os Katangas que ajudaram o MPLA a derrotar a FNLA na Batalha de Kifangondo que culminou com a independência de Angola.

¹⁵¹ MBIANGA, Donato. Professor do Instituto de Relações Internacionais de Angola-MIREX. Política externa de Angola, 15 de Janeiro de 2013, Luanda, entrevista concedida a Alberto André Carvalho Francisco.

¹⁵² Ibid idem.

Os Estados Unidos da América têm as suas considerações próprias acerca deste problema e nós não temos mais nada que, do que esperar”¹⁵³.

Pouco antes da morte de Neto, em 1979, a Casa Branca havia pedido a Luanda que "esquecesse" a ajuda norte-americana à FNLA; Walker, Bzerzinski, McHenry e Moose previam "para breve" a normalização das relações diplomáticas com o regime de Agostinho Neto. Agostinho Neto lançou na aventura dos corredores da Casa Branca alguns dos seus mais astutos negociadores. Como Paulo Teixeira Jorge, antigo ministro das Relações Exteriores (MIREX) de Angola. Para surpresa de muitos, Neto tinha "escondido", em Lisboa, na década dos anos 70, um "emissário especial". Era uma "arma secreta", que estrategicamente servia de elo de comunicação entre Casa Branca e o MIREX-Angola. Dr. Arménio Ferreira, Médico radicado em Lisboa. Antigo companheiro de Agostinho Neto na escola e na Casa dos Estudantes do Império. Arménio Ferreira sendo credenciado por Neto, inúmeras vezes em Washington, reuniu com grandes entidades da política dos EUA para África¹⁵⁴.

Arménio Ferreira, cardiologista, não era um diplomata de carreira, muito menos um homem super ligado a política. Mas Arménio era um homem de alta confiança de Neto, podendo Neto contar com a sua lealdade e solidariedade de Arménio. A grande “prova de fogo” de Arménio, foi em 1979, pouco antes da morte de Neto, nos dias 29 de Julho, 9 e 16 de Agosto. Teve inúmeras reuniões na Casa Branca e com homens do Departamento de Estado norte-americano, mas principalmente com aqueles ligados aos assuntos africanos: Richard Moose, Donald McHenry, Walker, Alan Hardy, entre outros. Dentre todas as reuniões, a mais marcante foi a de 9 de Agosto (1979), por volta das 18 horas. Quando Arménio Ferreira, em representação da parte angolana, discutiu com uma delegação norte-americana da Casa Branca encabeçada por N. Walker. Este, investido das duplas funções de expert em Assuntos Africanos e representante governamental norte-americano para o "dossiê Angola", estava acompanhado, também, por Funk, secretário para a Segurança da Casa Branca¹⁵⁵.

Nessa reunião de 9 de Agosto, Zibgniew Bzerzinski um dos grandes nomes da Segurança Nacional norte-americana, perguntou ao Arménio, se o presidente Neto

¹⁵³ Palavras proferidas pelo Presidente Agostinho Neto em conferência de imprensa aos jornalistas norte-americano, no dia 13.12.78, no Futungo de Belas.

¹⁵⁴ Jornal de Notícias, “Angola, 20 anos depois”, 20.06.2001. <<http://www.arlindo-correia.com/200601.html>>.

¹⁵⁵ *ibid.* *idem*

poderia governar Angola sem a interferência ou apoio dos Cubanos. Segundo Zibgniew Bzerzinski, os EUA naquela altura (1979) não auxiliavam qualquer organização anti-angolana, que só o fizeram no passado, porque essas organizações se apresentavam com a máscara de anti-comunistas, ou seja, para os EUA, a questão do Comunismo sempre foi um entrave para o normalizar das relações com Angola. No final da reunião, Zibgniew Bzerzinski afirmou: “Desejamos e vamos normalizar as nossas relações diplomáticas com Angola. Julgo que Angola também o deseja”¹⁵⁶.

O presidente Agostinho Neto bem que tentou estabelecer relações diplomáticas com os Estados Unidos, mas como vimos, para os Estados Unidos, a normalidade das relações entre ambos, dependeria da retirada das tropas cubanas de Angola¹⁵⁷. Neto, quanto a questão da presença cubana em Angola, dizia que os cubanos só estavam em Angola para combater e repelir a invasão sul-africana, e que isso não devia ser visto como um problema nas relações entre Angola e o EUA.

“A presença cubana em Angola é talvez ainda um problema nas relações entre Angola e os Estados Unidos. Mas é principalmente, um problema em relação à África do Sul, porque nós estamos, diariamente, a ser agredidos pela África do Sul com tropas terrestres, com violações aéreas, com ameaças constantes pela rádio, com a presença dum grande numero de tropas sul-africanas e de fantoches da “UNITA”, junto da nossa fronteira”¹⁵⁸.

Para Paulo Jorge, então Ministro das Relações Exteriores naquela altura, afirma que em vários encontros bilaterais, sentiu o desejo por parte dos EUA em normalizar as relações com Angola. Mas chama atenção ao fato de que o processo de normalização das relações diplomáticas entre os dois Estados estava a bom passo com os democratas em frente da Casa Branca. Mas tudo desmorona com a morte de Neto e com a eleição do Republicano Ronald Reagan, em 1981, que teve como primeira ação em frente da Administração norte-americana, tentar revogar a “Emenda Clark”, que impedia o Governo dos EUA de apoiar os Movimentos de “oposição” aos regimes africanos. Mesmo na década de 70, mas propriamente em 1979, com a liderança dos democratas, quando tudo parecia a bom ritmo de normalizar as relações entre os dois

¹⁵⁶ *ibid.* *idem*

¹⁵⁷ SARAIVA, José Flávio Sombra, Pantoja, Selma, Angola e Brasil na rota do Atlântico Sul, Bertrand, Rio de Janeiro, 1999. Pag.230.

¹⁵⁸ Palavras proferidas pelo Presidente Agostinho Neto em conferência de imprensa aos jornalistas norte-americano, no dia 13.12.78, no Futungo de Belas.

Estados, os democratas “caiam” sempre na mentalidade conservadora das políticas republicanas. Como disse Walker dos Assuntos Africanos para Arménio:

“Diga ao Presidente Neto que não é fácil, em Washington, a vida de quem é favorável a Angola!”

“Diga ao Presidente Neto que custa muito trabalho, em Washington, sustentar posições pró-Angola. Porque é preciso lutar contra a burocracia interna. Contra a má vontade das varias comissões, de vários senadores e deputados. Contra uma imprensa sempre ávida de assuntos e situações que possam colocar mal os amigos de Angola!”¹⁵⁹.

Consolidação do MPLA/Estado e o 27 de Maio de 1977

“Num regime de partido único, o Estado é partidário e inseparável do partido que tem monopólio da actividade política legítima” (Raymond Aron).

Segundo Saraiva, o MPLA apos conseguir a tão almejada e trabalhada independência do Estado angolano, teve uma outra demanda, que era a revolução de toda a estrutura colonial portuguesa, evitando uma possível neocolonização, isto é, não interessava apenas expulsar os portugueses de Angola, mas reconstruir uma sociedade com bases socialistas¹⁶⁰.

Embora, em termos formais, a constituição do novo Estado independente estabelecesse a primazia do partido e, desse modo, também o papel decisor nuclear dos seus órgãos dirigentes (o Comité Central e o Bureau Político) o novo sistema político revelou desde o início uma forte tendência para o presidencialismo. Depois da morte de Agostinho Neto, esta tendência manteve-se com o seu sucessor, José Eduardo dos Santos; e acentuou-se à medida que a guerra, contra UNITA e a África do Sul, se intensificou.

Todavia, o MPLA/Estado não deixa de funcionar como um poderoso instrumento ideológico-identitário na construção de uma representação da sociedade angolana estruturada em torno do projeto de entrada na modernidade, no quadro de uma economia de direção central e planificada, da unidade do estado nação (materializada em palavras de ordem como, por exemplo “Angola de Cabinda ao

¹⁵⁹ Jornal de Noticias, “Angola, 20 anos depois”, 20.06.2001. <<http://www.arlindo-correia.com/200601.html>>.

¹⁶⁰ SARAIVA, José Flávio Sombra, formação da África contemporânea, Actual, São Paulo, 1987. Pag.43.

Cunene” e da “construção do homem novo”. O que significa que, com a instituição de um regime de partido único, o MPLA irá tutelar o modo como as populações devem representar o mundo e representarem-se a si próprios.

Este processo centralizador e de homogeneização da sociedade ganhou um forte alento após a tentativa de um golpe de Estado, de 27 de Maio de 1977, que teve o efeito de reforçar o carácter unipessoal e centralizador. O golpe de 27 de Maio remete para o modo como foram utilizados em princípios de ação política categorias puramente ideológicas, fundamentadas no marxismo-leninismo. Muito embora haja quem considere a utilização de categorias raciais nas estratégias de mobilização política. Porém, a resposta, violenta, do MPLA/Estado denota que a amplitude popular do golpe ultrapassara a mera mobilização racial¹⁶¹.

A mobilização afeta aos alegados golpistas abrangerá múltiplos sectores da sociedade angolana. Uma das consequências imediatas desta crise foi, provavelmente, acelerar o processo de criação de um “Partido orientado pelo “Marxismo-Leninismo”. Este alinhamento ideológico levou a que o MPLA alterasse a sua designação, passando a denominar-se MPLA-PT Partido do Trabalho, no Congresso realizado em Dezembro de 1977, que assinalaria a adesão de jure ao marxismo-leninismo e ao “socialismo científico”. Esta assumpção do marxismo-leninismo foi acompanhada de um reforço dos critérios, cada vez mais seletivos, de filiação no partido.

Todavia, o paradoxo também dita a sua lei. Assim, por exemplo, quando se tratou de escolher os delegados para o Congresso de Dezembro de 1977: “A trajetória ideológica de cada um pesou menos, portanto, e o Congresso recebeu uma massa de pessoas designadas segundo um critério comum: a fidelidade ao MPLA e a Neto”.

Podemos, contudo, considerar que o Congresso de 1977 assinala a institucionalização de um processo de consolidação de um regime, corporizado pelo MPLA, que reforça a sua omnipresença no seio da sociedade. Partido que, por sua vez domina todas as vias de promoção social, além de decidir e controlar o lugar que cada um deve ocupar, tanto no seu seio como no Estado.

Assim para quem não quer estar excluído do jogo do processo de acumulação de capital político torna-se portanto necessário entrar no partido, e, para aquele que já lá está, obviamente subir na hierarquia; os critérios, para tal, não são raciais nem étnicos, nem religiosos. Basta fazer prova de fidelidade ao partido e/ou ao presidente,

¹⁶¹ Mais em frente, vamos procurar, fazer uma análise mais detalhada deste capítulo da história do Estado angolano que é o “27 de Maio de 1977” ou “tentativa de golpe de Estado”.

independentemente do seu passado de traidor. Como tal, o fortalecimento de posições na hierarquia do MPLA/Estado, ou seja, a posse de capital político objetivado – principal critério de diferenciação no seio do MPLA – está obviamente sujeito a outros critérios, mas a fidelidade é o garante fundamental de acesso ou acumulação de capital político.

Esta percepção de que o capital político se adquire no partido reforça a percepção de que aquele é o princípio diferenciador, cuja desigual distribuição dará, provavelmente, origem a diferenças comprovadas não só pelos postos, mas igualmente pelos privilégios que estes acarretam.. Podemos assim considerar que estão criadas as condições que possibilitam a constituição e reprodução de uma nomenclatura de privilégios a partir de posições ocupadas no Partido e, por conseguinte, no aparelho de Estado. Configura-se assim uma complexa rede de relações que se consubstanciam em postos, privilégios e ideários.

Essa dinâmica, consubstanciada pelo MPLA/Estado, é acompanhada por um sistema de classificação, produzido e trabalhado, que comporta um discurso identitário que veicula um sentimento de pertença, não só a um território, mas também a um partido, (re)produzindo assim rígidos critérios de inclusão e exclusão. Adquire grande eficácia simbólica o recurso aos instrumentos conceptuais provenientes do marxismo-leninismo.

27 de Maio de 1977

O 27 de Maio de 1977 ou conhecido ainda com “fraccionismo”, tem os seus antecedentes em Março de 1976, quando é enviada ao XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) uma delegação do MPLA constituída por Nito Alves e José Van Dunem. Segundo Jean Michel Mabeko Tali, essa viagem aparentava ser uma forma de reconhecimento das enormes qualidades que os indivíduos acima citados, possuíam. Uma vez que Nito Alves tivera sido muito bem recebido pelos soviéticos, alegando até mesmo que, Neto nunca fora tão bem recebido em Moscovo¹⁶². Ao que parece, após regressar de Moscovo, Nito Alves começa uma intensa atividade contra o MPLA de Neto. Uma vez que, no mês seguinte, mas

¹⁶² Tali, Jean-Michel Mabeko, op. Cit, II Volume, p. 207.

precisamente no dia 1 de Abril, ao regressar de Cabo Verde, Neto foi abordado por Lúcio Lara na escada do avião e sussurra-lhe no ouvido:

*Camarada Presidente, Nito Alves está a preparar um golpe de Estado*¹⁶³.

Meses mais tarde, de 23 a 29 de Outubro de 1976, realizou-se em Luanda, a 3ª Reunião Plenária do Comité Central, contando a participação de 32 membros deste órgão de direção. Na reunião analisou-se a situação econômica, social e política do país, a reorganização das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), modificou-se a ala feminina do Partido OMA, propôs o combate à especulação, à corrupção e aos crimes de natureza econômica, extinguiu-se os Ministérios da Informação e da Administração Interna. Além de tudo isso, o Pleno do Comité Central do MPLA constatou:

*“a ação perniciosa de setores ligados à reação interna e externa, e grupos esquerdistas que tentam, alimentando correntes desagregadoras e utilizando o nome de dirigentes, provocar a confusão ideológica, perturbar a coesão das estruturas do Movimento e dividir os militantes. Condenado energeticamente tais atos, exortou os militantes a combater o divisionismo, o sectarismo e o oportunismo. E prometeu sancionar com firmeza todos os que atentassem contra a unidade no seio do MPLA”*¹⁶⁴.

A medida em que o tempo vai passando, vai-se reforçando a orientação para lutar contra o fraccionismo, e ao mesmo tempo no seio do MPLA vão proliferar os grupos: soviéticos, maoístas, nitista e terceiro-mundista, social-democratas, nacionalistas das mais variadas tendências.

Manuel Pedro Pacavira, terá sido então o primeiro a denunciar oficialmente a existência de uma “*conjura nitista*” no interior do MPLA, apresentando Nito Alves como um ambicioso que queria o lugar de Neto, com ideais racista, colaborando com os soviéticos e finalmente como um fraccionista¹⁶⁵.

*“O MPLA é um movimento e não uma frente. Ao contrario de um partido, nele coexistem tendências políticas. Mas distinguem-se fundamentalmente da Frente pelo fato de que não podem existir [no seio] frações, isto é, tendências organizadas”*¹⁶⁶.

¹⁶³ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.62.

¹⁶⁴ MPLA, Documento – Reunião Plenária do Comité Central (23/29 Outubro 1976).

¹⁶⁵ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.66.

¹⁶⁶ MPLA, programa de ação imediata, apud Jean Michel Mabeko Tali, op.c it, II volume. Pag.158.

Após ser acusado de fraccionismo, racismo, demagogia, ser agente de Moscovo e tentar um golpe de Estado, Nito Alves escreve ao seu amigo Albertino Almeida, que o estavam a acusar injustamente. Nito Alves, diz ao amigo que tinha plena certeza que, caso o não derrubassem politicamente, não hesitariam em recorrer ao assassínio¹⁶⁷. Nito Alves, foi aconselhado a abandonar o país, mas ele se recusava, porque segundo o mesmo, permaneceria até quando fosse provado que ele era inocente, que fosse demonstrada toda falsidade das acusações que lhe faziam.

Assim sendo, Nito Alves em um documento intitulado “As trezes teses em Minha Defesa”¹⁶⁸ procura desmascarar, combater e denunciar os maoísta no seio do MPLA, passando então de acusado a acusador¹⁶⁹.

Nito Alves, acusa Saydi Mingas (ministro das finanças) e Lucio Lara (secretario administrativo do Comité Central), de serem líderes de uma fração de direita. Acusa os dirigentes e quadros mais destacados do MPLA de elitismo, paternalismo, e dirigismo, de sanarem sistematicamente militantes de esquerda e de afastarem quadros apenas porque tinham frequentado uma escola soviética, de truçarem e substituírem deliberações tomadas, de levarem o Comité Central a tomar importantes decisões sobre problemas que a maioria dos membros não conhecia e não tinha estudado, de sabotarem as decisões do Comité Central em matéria de organização.

Afirma que o Bureau Político estava *infiltrado pela CIA*, na pessoa de um militar e que o Ministério da Defesa era uma central do trafico de diamantes. Acusa o *Jornal de Angola* de destilar calúnias contra ele e contra os mártires, os militantes e as massas populares que combateram na *1ª Região Militar*. Acusa a polícia política (DISA) de prender militantes, dizendo que pertenciam à linha Nito e semeando uma vaga de terror. Acusa de utilizar a violência física para arrancar confissões a camaradas falsamente acusados da tentativa de golpe de Estado. Acusa um grupo de dirigentes e quadros do MPLA de estarem eles próprios a preparar um golpe militar. Informa que Henrique Santos e Paulo Silva Mugungo vinham anunciando o afastamento de Nito Alves e José Van Dunem do Comité Central do MPLA. Faz

¹⁶⁷Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.67.

¹⁶⁸ Esse documento é constituído por 143 paginas datilografadas a um espaço, tendo a data de 11 de fevereiro de 1977.

¹⁶⁹ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.67.

ainda menção a um ensinamento da CIA, que recomendava a criação de um clima propício ao golpe de Estado, através da propaganda e da desinformação sistemáticas. Depois *atividades terroristas provocariam a esquerda, fornecendo o pretexto*¹⁷⁰.

A comissão de Inquérito, constituída em Outubro de 1976, apresentou o relatório na 5ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, realizada em 20 de Maio de 1977, que não tirava qualquer conclusão sobre a existência de fraccionismo, pois os acusados tinham conseguido provar que não existiu qualquer desvio político – organizativo¹⁷¹.

Segundo Dalila Mateus, apesar dos resultados do Relatório, Neto e os seus, contra o que fora apurado pela comissão de Inquérito, tinham resolvido decretar que havia atividade fraccionista e agir em consonância¹⁷². Assim que no dia 21 de Maio de 1977, na Cidadela Desportiva em Luanda uma Assembleia de Militantes, anunciava-se o afastamento do Comité Central do MPLA, Nito Alves e José Van Dunem, acusados de fraccionismo¹⁷³. Ainda neste mesmo dia, na cidadela, Neto afirmou:

“(...)pequenos burgueses que lêem livros à noite, no dia seguinte pensam que já podem falar da mesma maneira que o autor do livro”.

“Vamos dar um combate serio ao fraccionismo. Não haver fracções dentro do MPLA- ou se é do MPLA ou não se é do MPLA. quem não está de acordo sai”.

“Se for necessário tomar medidas mais duras, nós vamos tomar medidas duras... Quem comanda é o MPLA”¹⁷⁴.

Os acontecimentos do 27 de Maio de 1977 em Luanda.

Vamos procurar tentar, mostrar como foi o desenrolar do 27 de Maio de 1977, numa sexta feira na cidade de Luanda. Após ser anunciado publicamente o afastamento de Nito Alves e José Van Dunem, alguns militares da 9ª Brigada e populares em vários bairros em Luanda, exigiam a sua reintegração¹⁷⁵.

¹⁷⁰ ibidem pag.70 e 71.

¹⁷¹ Valles, Edgar, op. Cit, pp. 24/46.

¹⁷² Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.84.

¹⁷³ Angolense, semanário de Luanda, nº 132, 26.5 a 2.6.2001.

¹⁷⁴ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.84.

¹⁷⁵ Valles, Edgar, op. Cit, pag.30

Tudo começa na manhã de 27 de Maio, quando nitistas armados, vão até a residência de Carlos Jorge, elemento pertencente ao Departamento de Informação e Segurança de Angola (DISA), tentam prendê-lo, mas sem sucesso por parte dos nitista, porque a mulher deste era militar das FAPLA e teria feito fogo contra os nitista¹⁷⁶. Mas as manifestações e detenções de quadros do MPLA por parte dos nitista prosseguiu em outros locais.

Por volta das quatro horas da manhã, m destacamento feminino força a entrada na Cadeia de São Paulo, com o objetivo de libertar presos. Os guardas opõem resistência, mas o portão da Cadeia é destruído com um tanque, no entanto é morto Helder Neto, responsável de informação e análise do DISA¹⁷⁷.

No mesmo dia, por volta das seis horas um suposto grupo de manifestantes em apoio a Nito Alves, tomou de assalto a Radio Nacional, passando a usar este mesmo meio de informação para incentivar as mais diversas manifestações por toda Luanda:

“As massas populares aprovaram várias declarações que apelam ao governo para pôr fim à repressão policial da DISA, par que se proceda à libertação dos camaradas presos sem culpa formada, para que se acabe duma vez para sempre as rusgas tipo capoeira.

O país inteiro vive debaixo do fogo da propaganda mais criminosa de que há memória contra o nosso povo. Avancemos decididamente para a libertação dos nossos camaradas revolucionários, vitimas da repressão da DISA. Liberdade aos camaradas Nito Alves e José Van Dunem”¹⁷⁸.

Depois de uma interrupção na emissão, horas depois, mais precisamente as nove horas e trinta, o mesmo locutor apela:

“Todos à manifestação frente ao palácio. (...) numa ação desenvolvida hoje, os militantes consequentes do MPLA, os guerrilheiros da guerra de libertação popular, presos por acusação e traição, encontram-se já libertos[referiam-se a Nito Alves e José Van Dunem]”.

“Pedimos a colaboração de todas as emissoras regionais do país no sentido de entrar em contato com esta estação emissora a fim de se integrarem no conteúdo do processo revolucionário em que neste momento todo o país vive calorosamente. A partir de

¹⁷⁶ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.89.

¹⁷⁷ Informe do Bureau Político sobre a Tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio, in *Boletim do Militante*, número especial, 12.07.1977.

¹⁷⁸ A gravação da emissão foi feita por Miguel Lemos e está transcrita no Livro Purga de Angola – 27 de Maio de 1977, pag.91.

agora, na Radio Nacional de Angola, os pides camuflados e ilegítimos defensores da linha do MPLA já não terão mais voz”¹⁷⁹.

Num discurso meio que de improviso, fala o comissário Kadete:

“Em primeiro lugar, queria pedir desculpas ao camarada comissário Bakalof, ao camarada Xietu do Estado-Maior Geral e aos outros camaradas comissários, que não me autorizaram a falar...

Há camaradas das FAPLA, postos no Ministério da Defesa, aí mesmo ao lado, que impedem o povo de se manifestar. Pois nós, aqui na emissora, pedimos que o povo se manifeste e é bom que os camaradas militares destacados deixem, mas deixem mesmo, os camaradas, os camaradas civis irem-se manifestar”¹⁸⁰.

Relatos dizem que junto a radio estavam concretados muitas centenas de populares oriundos de vários bairros de Luanda, para a manifestação. Horas depois, vêem-se tropas cubanas a se aproximar e a cercar o edifício da Radio Nacional de Angola, que começam a dispersar o manifestantes a tiro e recuperam a Radio Nacional. O Militar cubano, Rafael Moracém, apodera-se do microfone diz:

*“Al Pueblo de Angola y a su máximo líder, presidente Neto, que nos encontramos ahora en la emissor del radio combatendo aqui, manteniendo esta posicion. Que la emissor vá a ser puesta em manos de los revolucionários, con Agostinho Neto. Que se encontra combatiendo [...] que se encontra Pueblo confundido [...]”*¹⁸¹.

*“Hello [...] central emissor, liga, liga la estación del radio que se encontra en las manos de los revolucionários. Liga todos, liga para que saca la emissor al aire”*¹⁸².

*“La emissor del Radio Nacional de Angola se encontra en el aire [...] a todo el Pueblo que se alegre del combate que estamos [...] aqui”*¹⁸³.

No mesmo dia, após a tomada da Radio Nacional, os militares cubanos vão até ao quartel da 9ª Brigada, que era responsável pela defesa de Luanda e aparentemente possuíam militares fieis aos nitistas. Segundo relatos, da versão oficial do MPLA, os nitistas raptaram ministro, quadros do governos e comandantes, que no dia seguinte (28 de Maio de 1977), foram encontrados mortos e queimados numa ambulância,

¹⁷⁹ idem pag.92.

¹⁸⁰ A gravação da emissão foi feita por Miguel Lemos e está transcrita no Livro Purga de Angola – 27 de Maio de 1977, pag.93.

¹⁸¹ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.94.

¹⁸² idem pag.95.

¹⁸³ idem pp.94-95.

supostamente por nitistas. Embora, surge uma outra versão, haveria no grupo do MPLA e na DISA dois planos: o plano A era levar os nitistas para as ruas e o plano B seria matar alguns políticos e comandantes militares, dando assim o pretexto para desencadear a brutal repressão que se seguiu¹⁸⁴.

Os atores internacionais e sua intervenção no 27 de Maio de 1977

A política norte-americana era de apoio à FNLA e à UNITA que ameaçava o poder do MPLA. Os EUA estiveram neutro nesses acontecimentos, ou seja, aparentemente não tiveram qualquer influência direta no 27 de Maio, até porque a Emenda Tunney, que colocava ao Presidente, como a proibição deste último em efetuar operações secretas¹⁸⁵.

Quanto aos Soviéticos, inúmeras acusações foram feitas por parte de alguns membros do Comité Central do MPLA, que a URSS havia apoiado diretamente o grupo de Nito Alves no 27 de Maio de 1977. Segundo Iko Carreira, dois secretários do adido militar, respetivamente Yuri Fedin e Pavel Stariakov, tinham colaborado de forma direta nos acontecimentos do 27 de Maio de 1977, tanto é que, os mesmos haviam arrendado uma casa no Sambila (Bairro do Sambizanga), de onde não só podiam seguir todos os acontecimentos, como também aconselhar a direção do Grupo de Nito Alves¹⁸⁶. Apesar de tais acusações, nada foi provado, ou seja, os soviéticos conheciam bem as dissidências existentes no seio do MPLA, e no caso concreto, teriam procurado manter a sua neutralidade e dos cubanos¹⁸⁷.

Os cubanos, numa primeira fase mantiveram-se neutros, procurando não interferir. Mas por volta das 10 horas do dia 27 de Maio, Agostinho Neto perante um quadro alarmante em que se encontrava a cidade Luanda, entrou em contato com Fidel Castro que deu ordem imediata aos cubanos que se encontravam em Luanda, para intervirem. Embora em círculos militares e na *Inteligência* cubana existia uma ideia um pouco negativa em relação a Neto, mas mesmo assim decidiram intervir.

¹⁸⁴ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011, pp.96-98.

¹⁸⁵ WRIGHT, George, A destruição de um País – A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945, Nzila, Luanda, 2001, pag.127.

¹⁸⁶ CARREIRA, Iko, O pensamento estratégico de Agostinho Neto, publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996, pag.155.

¹⁸⁷ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.104.

Segundo Dalila Mateus e Álvaro Mateus, haviam quatro motivos. Em primeiro lugar, pela forma com os cubanos sempre encaravam o papel do seu Estado na revolução mundial. Em segundo, pela a importância que atribuíam a Agostinho Neto, como líder no processo revolucionário e dirigente carismático¹⁸⁸. Em terceiro lugar, pela a ideia de caos que se criou, da qual as *forças imperialistas* poderiam se aproveitar. E finalmente pela desconfiança que alimentava para com os soviéticos¹⁸⁹.

É de se salientar que Cuba jogou um papel muito importante nos acontecimentos de 27 de Maio de 1977, mas que não foi por si só, o motivo pelo qual o MPLA conseguiu controlar a tentativa de golpe de Estado. O próprio Agostinho Neto declarou que “é falso dizer que foi por causa da presença dos camaradas cubanos em Angola e exclusivamente por essa causa, que esses bandidos foram esmagados e serão neutralizados”¹⁹⁰.

Os próprios cubanos haviam reconhecido tal afirmação. Rafael Moracén Limonta, general de brigada, em entrevista concedida ao *jornal Granma*, publicada em número especial consagrado ao 50º aniversário das forças armadas de Cuba, conta que foi encarregado por Neto a tomar a Rádio Nacional, e foi ele quem retirou o microfone das mãos do locutor que falava em nome dos nitistas. Por sua vez, tendo a controlada a situação da Rádio, tomaram o quartel da 9ª Brigada e da Cadeia de São Paulo. Mas o grosso da tropa era angolana, constituída pela DISA e a Guarda Presidencial¹⁹¹.

27 de Maio de 1977 – MPLA

Antes de avançar para uma outra versão qualquer sobre o que aconteceu no dia 27 de Maio de 1977, vale a pena determo-nos as versões avançadas pela Direção do MPLA. A círculos de direita, que afirmam tratar-se de um golpe de extremistas, que queriam soluções radicais. E que o Golpe tivera a participação do Partido Comunista Português (PCP) e a cumplicidade da União Soviética. E a círculos de esquerda,

¹⁸⁸ Como declarado Fidel Castro em sua visita oficial ao continente africano em Maio de 1976: “Defender a revolução angolana é defender Neto”.

¹⁸⁹ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pp.100-102.

¹⁹⁰ RTP LX 790135XS, videofilme elaborado pela TPA, com a colaboração do Ministério da Defesa da República de Angola, sobre «Os acontecimentos de 27 de Maio de 1977».

¹⁹¹ <http://www.granma.cubaveb.cu/secciones/generales/art08.html>, <Secretos de Generales>, número especial do jornal Granma, por ocasião do 50º aniversário das forças armadas de Cuba.

afirmam tratar-se de um golpe de direita, um golpe racista, com a cumplicidade de sul-africanos e do regime zaireense de Mobutu.

Quanto ao *golpe de esquerda*, Iko Carreira sempre foi preciso em afirmar que o círculo de amigos de Nito Alves estava ligado ao PCP e que não acreditava na inocência dos comunistas. Por sua vez, Lucio Lara, declarou:

“Não estou a dizer que o Partido Comunista mandou, mas o fato é que Sita Valles¹⁹², em qualquer documento que você queira ver da época, era uma dirigente da Juventude Comunista Portuguesa”¹⁹³.

Foram inúmeras as vezes que Neto em discursos, que acusava diretamente os Portugueses de participarem na tentativa de golpe, declarando o seguinte:

“(…) radicais angolanos e extremistas portugueses mantinham e mantêm ligações muito intensas”¹⁹⁴”

“Anunciaremos os nomes dos portugueses que estão presos neste momento, porque também estavam a colaborar com o golpe de Estado(…) Pertenceram a partidos de esquerda em Portugal”¹⁹⁵.

“(…) Fugiram de Portugal e vieram pedir-nos asilo político, dizendo que eram progressistas. Nós concedemos o asilo político (...) A sua resposta foi entrar em conspiração contra o MPLA”¹⁹⁶.

O *Golpe de direita* numa outra versão mais reacionária, vai destacar o apoio pelas chancelarias ocidentais, pelo apoio do Presidente Mobutu e por Jonas Savimbi. E acompanhado de provocações e concentrações de tropas sul-africanas e zaireenses nas fronteiras Norte, Sul e Leste de Angola¹⁹⁷. Mas tal, versão era muito difícil de ser aceite pelo fato de que um ano depois, em 1978 Agostinho Neto foi recebido em

¹⁹² Sita Valles, em 1971 com 20 anos de idade, deslocou-se para Portugal, matriculando-se na faculdade de Medicina em Lisboa. Pouco tempo depois a sua chegada em Lisboa, foi convidada a fazer parte da Direção da União dos Estudantes Comunistas (UEC), organização juvenil do PCP. Ele foi acusada de fazer parte da liderança dos graves confrontos acontecidos em Luanda no 27 de Maio de 1977. Salientar que depois dos acontecimentos de 27 de Maio, ela desapareceu, não se sabe se esta viva ou não.

¹⁹³ Drumond e outro, Angola : Depoimento para a Historia Recente, op. cit. p.53.

¹⁹⁴ Discurso proferido na recepção a uma delegação moçambicana, no dia 1 de Junho de 1977.

¹⁹⁵ Discurso proferido num comício no dia 12 de Junho de 1977.

¹⁹⁶ O Jornal, nº 722, 14.6.1977 e Agostinho Neto, O que é o Fraccionismo, Coleções Resistência, texto nº 19. Edição DOR, Luanda.

¹⁹⁷ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.170.

Kinshasa, e por sua vez o Presidente Mobutu, também visitou Luanda, o que demonstrava não existir ligações algumas com 27 de Maio.

Um dos argumentos até hoje tocado por muitos acadêmicos, é o *Golpe racista*, a proteção de Neto a mestiços e brancos sempre foi algo muito questionado. Mas era notória a lealdade indefectível destes ao presidente Neto do MPLA. Nito Alves era contra esta forma de Neto lutar contra o racismo dentro do seio do MPLA, que para ele consistia na defesa de Neto a um grupo étnico contra o outro¹⁹⁸.

Nito Alves já era visto como racista, mas o que o condenou, foi uma afirmação sua que “No dia em que, em Angola, (...) os cidadãos varredores de ruas (...) forem não só negros, mas mestiços e brancos também, o racismo desaparecerá”.¹⁹⁹

Mas, Dalila Mateus, em defesa de Nito Alves, afirma que ele não era de fato racista e não desejava que os brancos saíssem de Angola, como mostra numa passagem referida no mesmo discurso em que fala sobre os varredores. Segundo essa passagem, Nito Alves declara que:

“No dia em que os camaradas angolanos de origem europeia (...) puderem de pleno direito ascender a militantes, até aos mais altos órgãos do aparelho do MPLA ou do Partido, no dia em que esses camaradas de origem europeia e que são angolanos de fato e de direito e representam uma consciência revolucionária muito acima do progressismo ordinário, puderem, em pé de igualdade ascender (...) às responsabilidades administrativas e outras no aparelho de Estado, o racismo, nesse dia, desaparecerá”²⁰⁰.

Para os autores Dalila Mateus e Álvaro Mateus, admitir que os brancos, angolanos de fato pudessem ascender aos cargos máximos do MPLA e do Estado (ou seja, ser presidente do Partido ou até mesmo da República), era indubitavelmente, uma posição clara não racista²⁰¹.

Por último, temos o que se chamou *Golpe Ideologicamente radical*. O grupo de Nito Alves e Silas Valles, eram acusado de revisionista, por considerar irrealista falar-se duma revolução proletária na fase em que se encontrava Angola. Agostinho

¹⁹⁸ Nito Alves, Discurso no comício de encerramento da campanha eleitoral para os órgãos do Poder Popular, edição DIP-MPLA, Luanda, 1976.

¹⁹⁹ Nito Alves, Discurso no comício de encerramento da campanha eleitoral para os órgãos do Poder Popular, edição DIP-MPLA, Luanda, 1976 pp. 27-28.

²⁰⁰ Idem pag.29.

²⁰¹ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, Purga em Angola, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.174.

Neto, numa entrevista concedida a Portela Filho e publicada na revista *Opção*, declarava:

“Os Fraccionistas pretendiam que houvesse imediatamente um confronto entre a classe operária, e provavelmente, também a camponesa e a pequena burguesia, isto conduziria o nosso país a uma situação que não interessa. Entendemos dever continuar a realizar, em todos os momentos políticos, a unidade, sob a condução da classe operária, que dirige, mas não se isola. A diferença fundamental entre os dois campos é que, de um lado, estão os esquerdistas que querem as coisas resolvidas sem o empenhamento do povo e, do outro lado, nós que queremos a unidade popular”²⁰².

Após vermos algumas das versões oficiais sobre o 27 de Maio de 1977, cabe-nos agora saber a razão pelo qual, Neto e seu Staff tomaram tal posição em relação ao grupo de Nito Alves. Segundo o Dalila Mateus e Álvaro Mateus, o principal motivo foi a “a luta de poder”, era preocupação de Neto e seus, pois tudo fariam pelo poder. Neto não gostava de ter por perto rivais, eis uma das razões pela qual, os dois segundos membros mais influentes da Direção do MPLA não eram negros. Os autores acima mencionados, afirmam ainda, que tudo o que se passou no 27 de Maio de 1977, havia sido pacientemente bem planejado, de formas a levar os nitista a perderem a cabeça e saírem as ruas, justificando então um contra-golpe, também minuciosamente preparado²⁰³.

Neto e Kremlin

As relações entre Neto e Kremlin, como já mencionamos atrás, tem origem na década dos anos 60, e que Neto sempre demonstrou uma posição muito instável para alguns dirigentes do Kremilim. Por causa das relações entre Neto e os dirigentes da União Soviética serem pouco pacificas e marcadas por muitos incidentes, obrigava o serviço de espionagem soviético estabelecer relações com os outros movimentos, UNITA e FNLA, de formas a definir a sua política para com Angola.

As desconfianças eram mútuas, o que levavam a conflitualidade entre ambas as partes. Num período que começa em 1972 e termina com a independência de

²⁰² *Opção*, 7.7.1977.

²⁰³ Mateus, Dalila Cabrita. Mateus, Álvaro, *Purga em Angola*, Texto Editores, Alfragide, Outubro 2011. Pag.176-177.

Angola²⁰⁴, ou melhor, acreditava-se que com a independência o sentimento de desconfiança fosse desaparecer.

Serguei Kolommin, procura explicar essa desconfiança:

“É indispensável assinalar que Agostinho Neto estava longe de servir à direção soviética, segundo todos os parâmetros, como dirigente do novo Estado. Embora condenasse decididamente o imperialismo americano e a política neo-colonial do Ocidente e proclamasse solenemente, como seu objetivo, <a via de desenvolvimento socialista>, porém, a julgar pelas suas ideias, inclinavam-se mais para o modelo jugoslavo de desenvolvimento”²⁰⁵.

Um dos incidentes bem notório após a independência entre Kremlin e Neto, foi a quando da realização do Congresso do MPLA em Dezembro de 1977. Moscovo enviou a Luanda funcionários para darem orientação ideológica aos camaradas angolanos, mas Neto não lhes prestara ouvidos. Com base nesse incidente, alguns estudiosos, passaram a considerar que as autoridades soviéticas haviam sim apoiado o 27 de Maio de 1977, dirigido por Nito Alves, ao contrario do que foi dito na seção anterior²⁰⁶.

Importante assinalar que a imprensa soviética, na época, dedicou muito pouca atenção ao caso. De forma que nem citaram o nome de nenhum dos chefes da revolta, nem mesmo o de Nito Alves, talvez porque, como vimos atrás, a direção do soviética não tinha como explicar, a forma como um esquerdista tinha sido recebido com uma forte ovação no XXVI Congresso do PCUS, realizado meses antes do levantamento²⁰⁷.

Neto, acreditava que por detrás de Nito Alves, se encontrava a URSS, o que fez com que ele se desloca-se a Moscovo, pedir explicações:

“Eu vim aqui porque ocorreu uma coisa, um levantamento, e gostaria de saber pessoalmente de Você se Moscovo participou no conluio contra mim ou não. Porque, segundo me informaram, muitos dos vossos homens estiveram envolvidos”²⁰⁸.

²⁰⁴ MILHAZES, José, Angola o princípio do fim da União Soviética, Nova Veja, Lisboa, 2009, pag.41.

²⁰⁵ ibidem pag.94.

²⁰⁶ ibidem pag.95.

²⁰⁷ ibidem pag.96.

²⁰⁸ ibidem pag.98.

Perante tal pergunta de Neto, esperava-se que Brejnev desmentisse tudo e que não tinham renunciado o apoio a Neto. O líder soviético limitou-se apenas a dizer que “a situação no nosso país é boa, as previsões sobre as colheitas são fantásticas (...) Li bem”.²⁰⁹

Morte de Neto

O clima de desconfiança entre ambas as partes, que acabou servindo como pretexto para que muitos, nomeadamente a sua esposa Maria Eugénia Neto e sua filha Irene Neto, achassem que a morte de Neto, não foi obra do acaso. Segundo versão oficial, Neto morreu de causas naturais, ou seja, ao submeter-se a uma operação exigida por alegadas complicações detectadas no fígado, em Moscovo, a 10 de Setembro de 1979, por médicos da Academia de Ciências da antiga URSS²¹⁰.

Segundo a filha do velho presidente Agostinho Neto, a médica Irene Neto, atual vice-ministra das Relações Exteriores de Angola, admitiu, na estação de rádio de Luanda “Luanda Antena Comercial” (LAC), que existem <abundantes indícios>, que Neto terá falecido em resultado de envenenamento²¹¹.

Fontes dizem que, as autoridades soviéticas não queriam que Agostinho Neto fosse operado em Moscovo, pois eles já sabiam do seu estado crítico de saúde, mas por outro lado, não podiam recusar, para não afetar a credibilidade do país (URSS) e as relações entre Angola e URSS, que já estavam muito abaladas pelos últimos acontecimentos do 27 de Maio de 1977. Um fato curioso e estranho ao mesmo tempo, foi que, os soviéticos haviam enviado para Luanda, uma primeira urna vazia, sem o cadáver de Neto, que havia permanecido em Moscovo, segundo as autoridades soviéticas para ser embalsamado, enquanto que os angolanos de luto, despedindo-se do seu líder, não sabiam que estava vazio o sarcófago²¹².

Parecendo cena uma cena de seriado ou filme, os soviéticos após embalsamarem o cadáver de Neto, colocaram-no numa urna de vidro hermeticamente

²⁰⁹ ibidem pag.99.

²¹⁰ ibidem

²¹¹ AGOSTINHO NETO FOI ASSASSINADO PELOS RUSSOS <http://angolalibre.e-monsite.com/pages/mais-noticias/agostinho-neto-teria-sido-assassinado-pelos-russos.html>

²¹² MILHAZES, José, Angola o princípio do fim da União Soviética, Nova Veja, Lisboa, 2009, pag.100.

fechada e enviaram para Angola. Mas quando chegou em Luanda, os dirigentes MPLA, deram pela falta dos óculos de Neto, ou seja, ele vinha sem os óculos e queixaram-se aos soviéticos, do corpo não ser parecido com Neto. Continuando a “saga”, o cadáver retorna a Moscovo, onde foi aberta a urna de vidro e colocaram os óculos no rosto de Neto. Os soviéticos alegaram que não era costume na Rússia, sepultar os cadáveres com os óculos²¹³.

A morte de Neto, passou a ter um caráter mais suspeito, quando passou a ser comparado com as demais mortes, na história do comunismo. Os líderes soviéticos não só liquidavam os seus adversários políticos, internos e externos, de forma aberta e dura, mas também durante o tratamento deles em hospitais soviéticos, como foi o caso de Leão Trotski²¹⁴.

²¹³ *ibidem*.

²¹⁴ Além de Trotski, Mikhail Frunze, um dos mais conhecidos comandantes militares soviéticos, foi vítima do <tratamento médico> de Estaline. Herói da Guerra Civil (1917-1922) na Rússia Soviética, Frunze substituiu Trotski no cargo de dirigente do Comissariado do Povo para os Assuntos Militares e Navais da URSS em Janeiro de 1925.

Este popular Comandante militar não ocupou esse cargo durante muito tempo, porque faleceu a 31 de Outubro do mesmo ano, durante uma operação ao estômago, fortemente recomendado por José Estaline. Todos os médicos que o operaram morreram, um a seguir ao outro, em 1934. O historiador russo Roi Medvedev defende que Frunze foi vítima dos <ciúmes de Estaline>, que receava a sua forte popularidade no seio das forças armadas e a possibilidade de ele vir a liderar um golpe de Estado.

O outro caso é o de Gueorgui Dimitrov, dirigente da Internacional Comunista entre 1935 e 1943, primeiro ministro da República Popular da Bulgária entre 1946 e 1949 e secretário geral do Partido Comunista da Bulgária entre 1947 e 1949.

Depois da segunda guerra mundial (1939-1945), Dimitrov entrou em conflito com Estaline ao defender a ideia da confederação da Bulgária e da Jugoslávia (dirigida por Josip Broz Tito, adversário político de ditador soviético) e ao pôr em causa a sua <infalibilidade>. Em Janeiro de 1949, Dimitrov foi isolado da sociedade e enviado para <tratamento médico> na URSS, onde veio a falecer. Tal como Agostinho Neto, o cadáver de Dimitrov foi embalsamado na União Soviética, enviado e instalado num mausoléu especialmente construído para o efeito em Sófia, capital da Bulgária.

Salientar que foi construído o Mausoléu Agostinho Neto. A sua obra durou cerca de 30 anos devido a vários problemas de várias ordens. A primeira pedra foi lançada no dia 17 de Setembro de 1982 e inaugurado a 17 de Setembro de 2012.

CAPÍTULO 4: POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA: CONTINUIDADE E MUDANÇAS

4.1 O GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

“Submetendo-me à decisão do Comitê Central do nosso Partido, cumpro hoje o honroso dever de prestar juramento, nesta cerimonia solene de investidura, para assumir os cargos de Presidente do MPLA – Partido do Trabalho, Presidente da República Popular de Angola e Comandante em Chefe das FAPLA. Funções que vinham sendo desempenhadas com brio invulgar, com dedicação, coragem e perspicácia de estadista genial, pelo nosso querido e saudoso Camarada Presidente Agostinho Neto que, inoportunamente, faleceu a 10 de Setembro, em Moscovo. Não é uma substituição fácil, nem tão pouco me parece uma substituição possível. É apenas uma substituição necessária”²¹⁵

Com a morte inesperada de Neto, aos 56 anos, em Moscovo, aos 10 de Dezembro de 1979, o MPLA-PT e a sociedade angolana em geral foram fortemente abalado. Mas o Partido teve uma reação imediata na escolha de um novo sucessor de Neto. Como Comitê Central, como órgão máximo do Partido, com 45 titulares, escolheu José Eduardo dos Santos como Presidente do MPLA-PT em 20 de Setembro de 1979, e com base na Lei Constitucional, no dia seguinte, José Eduardo dos Santos prestava juramento como presidente da República Popular de Angola e Comandante em Chefe das FAPLA (Forças Armadas Populares de Angola). Dos Santos assumia o legado de Neto, ou seja, dar continuidade a política de Neto em possível abertura com o Ocidente e conciliações com os seus vizinhos (Zaire, Namíbia e África do Sul). Segundo José Maria N. P. Conceição, Neto devido a esses gestos, passou a ter uma maior visibilidade na sua política externa, como “conciliador” do que aquele que, como “árbitro” decisivo, defrontava os conflitos internos do “Velho” Movimento (MPLA)²¹⁶.

²¹⁵ Discurso de José Eduardo dos Santos na sua investidura como Presidente do MPLA-PT e da RPA e Comandante em Chefe das FAPLA, Luanda, 21.09.1979.

²¹⁶ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.151.

José Eduardo dos Santos²¹⁷, de 37 anos, apresentava claras vantagens na preferência de Neto nos últimos anos de vida, o primeiro presidente deixava bem claro a sua enorme simpatia dos Santos. Neto via nele a continuidade da política geral angolana e ainda a estabilidade do regime. Dos Santos era visto como um indivíduo para “moderado” do aparelho partidário. Dos Santos havia apoiado a política de Neto de abertura para o Ocidente com a consequente participação de capitais internacionais no Estado angolano. Ele foi muito ativo na elaboração da nova política de Investimentos de estrangeiros e nas negociações com as empresas petrolíferas, sobretudo americanas²¹⁸.

Para os soviéticos, com a morte de Neto, os Estados Unidos achavam que a *bandeira do MPLA-PT* fosse cair e que todos que haviam lutado para apoiar o regime socialista, poderiam mudar a sua política, bastando para tal apenas os Estados Unidos pressionar. Apesar dos Estados Unidos acharem que fosse fácil mudar toda uma ideologia do MPLA-PT com a morte, os soviéticos confiavam em José Eduardo dos Santos²¹⁹.

“Nós temos afirmado e reafirmamos que não nos importa que as nossas opções políticas e ideológicas não agradem aos outros. O que importa é que elas sirvam ao nosso povo. Por isso, nem as hostilidades diplomáticas e militares, nem as pressões políticas impedirão que o povo angolano se afirme no mundo, com a sua personalidade própria, como Nação livre e soberana. A desestabilização do sul de Angola programada pela África do Sul, através da guerra não declarada que move contra nós, tem como principal objetivo impedir a consolidação da RPA, eliminar a SWAPO, único movimento de libertação do povo namibiano, depois de lhe retirar o apoio logístico, e ocupar centros populacionais angolanos para concedê-los aos grupelhos de fantoches da UNITA. Porém, os fatos têm demonstrado que o agrupamento fantocha da UNITA não tem futuro e que o regime

²¹⁷ José Eduardo dos Santos nasceu em Luanda, em 28 de Agosto de 1942. Ainda estudante secundarista militou nos grupos clandestinos da periferia de Luanda e, em Novembro de 1961, saiu clandestinamente do país. Foi vice-presidente da Juventude do MPLA e seu representante inicial em Brazzaville. Após uma transitória experiência guerrilheira, seguiu em 1963 para a União Soviética, onde se formou em Engenharia de Petróleo, no Instituto Estatal de Petróleo de Baku, em 1969. Logo depois ingressou numa escola militar soviética, onde fez o curso de Telecomunicações, que lhe habilitou a operar em vários postos da guerrilha, entre 1970 e 1974. Neste ano, voltou a ser o representante do MPLA em Brazzaville e foi eleito para o Comité Central e para o Birô Político do Movimento, sob recomendação de Agostinho Neto. Nomeado coordenador de Departamento de Relações Exteriores do MPLA até a independência, tornou-se então Ministro das Relações Exteriores. Foi posteriormente, Vice-Primeiro Ministro e, na remodelação ministerial de 1978, passou a Ministro do Plano.

²¹⁸ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.p.153.

²¹⁹ *ibidem*.

racista da África do Sul não poderá resolver a questão namibiana pela via militar”²²⁰.

4.2 AGRESSÕES EXTERNAS

“O regime racista de Pretória, instalado na África do Sul, continua a sua política criminosa de agressão contra a RPA (não obstante ter aceite o princípio de uma zona desmilitarizada na nossa fronteira com a Namíbia), numa atitude desesperada, provocatória e irresponsável para manter um clima de tensão e de guerra não declarada, com o objetivo de defender desesperadamente duas causas perdidas: primeiro, a causa do seu laçao e servidor fiel do imperialismo, o pobre Savimbi, e depois, a questão da Namíbia, cuja ascensão à independência já é inevitável”²²¹.

A estratégia de Neto era integrada e precisava do Ocidente e de paz para tirar a economia do abismo e desativar a guerrilha. O desencanto de Neto com o modelo socialista e com a URSS era visível. Em 1978, Neto investe na organização das FAPLA e dá-se a retirada das FAR da linha da frente. As operações Rekstok e Safraam em Março de 1979 culminaram com as primeiras perdas da SAAF.

Em 10 de Setembro, Neto falece em Moscovo, depois de ter sobrevivido invito à todas as operações da África do Sul e implementando uma estratégia geral pela combinação da manutenção da independência e integridade territorial, da autonomia política, do apoio da URSS e de Cuba, da abertura ao Ocidente e de pragmatismo na condução dos negócios da nação.

A reorientação estratégica ficou suspensa, dos Santos tornou-se no novo presidente- o MPLA, embora tivesse jurado seguir os ensinamentos de Neto, não conseguiu acabar a sua obra (os contatos com a África do Sul, a abertura do Ocidente, o fim da guerra e o compromisso conciliatório com a UNITA).

Neto faleceu antes de ter podido encontra-se com o líder da UNITA no encontro por si sugerido a L. Senghor aquando da cimeira da OUA, em Julho de 1979, Monrovia. O encontro fora agendando para Setembro em Dakar.

A substituição de Agostinho Neto por José Eduardo dos Santos à frente do MPLA e da República Popular de Angola foi recebida em Moscovo, mas a sucessão de foi acompanhada de por uma nova espiral de confrontos armados entre as FAPLA

²²⁰ Palavras proferidas pelo Presidente José Eduardo dos Santos durante a cerimonia de Patenteamento de novos oficiais superiores das FAPLA. Luanda, 29.07.1980.

²²¹ Discurso proferido pelo Presidente José Eduardo dos Santos no 23º aniversário do MPLA, Benguela, 10.12.1979.

e a UNITA²²². Neste período, a UNITA já atuava como parte integrante da SADF e a sua função consistia em sabotagem, recolha de informação, reconhecimento e interrupção das linhas de reabastecimento. Z. Brzezinski iludiu a Emenda Clark, fazendo a China e a África do Sul fornecerem armas para a UNITA.

Em Outubro de 1979, enquanto decorria as negociações sobre o futuro do Zimbábue, em Londres, é proposta a criação da DMZ (*demilitarized zone*) ao longo da fronteira, com 50 km de largura. Uma força patrulharia a DMZ para garantir a exclusão de forças militares. O conceito de DMZ foi aceite pela África do Sul em 5 de Dezembro.

“Não obstante o nosso firme desejo de contribuir para a paz e a estabilidade do nosso Continente, temos sido vítima de violentas agressões armadas por parte da traiçoeira e racista África do Sul, a partir do território ilegalmente ocupado da Namíbia. Dizem que os nossos soldados têm atravessado a fronteira, mas essas alegações não convencem ninguém. Nós não temos fronteira com a África do Sul. O que é verdade é que a RPA não pode impedir que os patriotas da Namíbia voltem ao seu país, pelas vias e meios que acharem mais adequados, para libertar a sua Pátria da ocupação estrangeira. Ao agir assim, Angola cumpre com o seu dever de país membro da ONU e da OUA e atua como parte integrante da comunidade internacional, que condena energeticamente a ocupação ilegal da Namíbia e apoia incondicionalmente a luta heroica do povo deste território, conduzida pela SWAPO”²²³.

A UNITA instala a sua base central permanente na Jamba, em Dezembro de 1979. No início dos anos 80, Luanda havia perdido o controlo de vastos territórios do sul e leste do país, que onde a UNITA com o apoio da África do Sul deu início mais uma das suas fortes ofensiva militar²²⁴.

O ano de 1980 começou com a nomeação do novo ministro da defesa sul-africano, Magnus Malan. A UNITA reivindica a sua inclusão nas conversações da DMZ, porque dizia controlar parte da área onde seria implantada a referida zona.

P.W. Botha defendeu pela primeira vez no Parlamento uma solução política para a Namíbia. Contudo esqueceu-se de lembrar que era a África do Sul a atrasar tal

²²² MILHAZES, José, Angola o princípio do fim da União Soviética, Nova Veja, Lisboa, 2009, pag.107.

²²³ Discurso proferido pelo Presidente José Eduardo dos Santos no 4º aniversário da independência de Angola, Luanda, 11.11.1979.

²²⁴ MILHAZES, José, Angola o princípio do fim da União Soviética, Nova Veja, Lisboa, 2009, pag.109.

solução. Em Maio, deu-se a formação do *home-rule government* com um conselho de ministros sob a jurisdição do Administrador-General apontado por pretoria.

Os ataques bombistas da UNITA sacodem Luanda e Huambo. Em 10 de Agosto a UNITA destrói os depósitos de combustível do Lobito.

No mesmo mês começou a operação *Sceptic* que visou a área operacional de Chifufua (Smokeshell) que consistia numa rede de 13 sub-bases espalhadas num raio de 45 km². Em Julho, a SADF volta a invadir Angola no quadro de operação *Klikop* para destruir a vila de Chitato. A invasão resultou na ocupação por mais de 3 anos de cerca de 50.000km² da fronteira do Cunene, o que facilitou a infiltração posterior da UNITA.

Em Março de 1980 o Zimbabwe tornou-se independente e a SADCC (Southern African Development Coordinator Conference) foi criada a 1 de Abril com o objetivo declarado de reduzir a dependência da região Austral em relação ao regime do *Apartheid*. A estratégia visava o desenvolvimento de um sistema regional de transporte para reduzir a dependência da região em relação a África do Sul. Ironicamente, Angola era o único país que não dependia da África do Sul e nem teria benefícios adicionais de tala estratégica. A opção foi política.

A SWATF (Southern West Africa Territory Force) foi oficialmente fundada em 1 de Agosto de 1980.

Em 1980, a fome chega ao planalto central, o celeiro tradicional de Angola, afetando mais de 150.000 camponeses. Os camponeses desiludido e descontentes começam a fugir para as matas e muitos deles juntam-se a UNITA.

“No plano internacional, há vozes que se agitam para fazer ressuscitar os agrupamentos fantoches angolanos que foram vergonhosamente derrotados nas vésperas da nossa independência. Algumas declarações proferidas por autoridades americanas no último período eleitoral demonstram claramente um novo desejo de se intrometerem nos assuntos internos da RPA. Espanta-nos o fato de os EUA não tera retirado as ligações do fracasso da sua política, quando as organizações fantoches de caráter tribal que apadrinharam, financiaram e armaram foram rejeitadas pelo povo angolano. E isto só pode ser interpretado como uma nova tentativa de conluio dos EUA com o regime racista da África do Sul, para continuar a sua política de agressão e de desestabilização de Angola a partir do território ilegalmente ocupado da Namíbia”²²⁵.

²²⁵ Presidente José Eduardo dos Santos discursa durante a cerimonia do 5º aniversário da independência da RPA. Luanda, 11.11.1980.

Em Novembro de 1980, R. Reagan é eleito presidente dos EUA. O destino da guerra em Angola viria a ser alterado por este fato. Uma gigantesca campanha de propaganda de desinformação é lançada em 1981 na qual se vende o líder da UNITA como *Africs's premier freedom fighter*. Varias frequências da VOA (Voice of América) foram alugadas, através da CIA, a VORGAN(Voz de Resistência do Galo Negro). Jonas Savimbi é recebido por A. Haig.

A Jamba é organizada com centralização extrema e a sua economia desmonetizada restringe a liberdade de movimento. O poder real concentra-se no clã ovimbundu de Jonas Savimbi. A UNITA é Jonas Savimbi.

“Uma vez mais, a RPA é vítima de ataques militares e violações dos espaços terrestre e aéreo pelas forças militares racistas de Pretória. Estão concentrados na fronteira Angola/Namíbia mais de 45 mil soldados sul-africanos, enquadrando mercenários e fantoches, cujo objetivo é o de ocupar parte do território soberano de Angola. Trata-se de uma provocação grave, que compromete seriamente a paz na região e a segurança internacional. A situação desenha-se perigosa e poderá provocar uma guerra de consequências imprevisíveis. A RPA, como Estado soberano e membro da ONU, poderá ver-se forçada ao recurso do previsto no capítulo 51 da Carta da ONU, para a defesa da sua soberania e integridade territorial. Assim, peço a Vossa Excelência, no uso dos poderes que lhe confere esta Carta, para se pôr termo aos sucessivos atos de agressão de que é vítima a RPA e se neutralizar a iminente invasão de grande envergadura preparada contra o Meu país”²²⁶.

Em Março de 1981 a SAAf bombardeou massivamente a cidade do Lubango provocando a morte de mais de 200 angolanos. A escalada de guerra atingiu o seu ponto alto com a operação *Protea* reforçou a operação *Carnation* já em progresso. A operação *Protea* (com 10.000 homens, 36 Centution M-41, 70 AML-90 e cerca de 90 aviões e helicópteros) destruiu as instalações de radar e de mísseis antiaéreos SA-3 e SA-6 da Cahama e Ongiva. Os combates ocorreram em Xangongu, resultando em inúmeras baixas de ambos lados. A superioridade sul africana no ar foi decisiva.

A refinaria de Luanda foi sabotada e destruída parcialmente com perdas superiores a 70 milhões de USD, a 29 de Novembro de 1981. Com esta sabotagem a África do Sul iniciou um estratagema que consistia em atribuir a UNITA os atos por si praticados para estes obterem reconhecimento.

²²⁶ Telegrama do Presidente José Eduardo dos Santos ao Secretario Geral da ONU, Kurt Waldheim. Luanda, 25.08.1981.

“A nossa opção socialista, acrescida do fato de praticarmos com coerência o internacionalismo proletário, apoiando sem reservas, e na medida das nossas capacidades, os povos oprimidos do mundo e, em particular, os da África Austral, fazem com que, desde a nossa independência, a África do Sul racista nos mova uma guerra não declarada, mas de extrema violência. Diariamente, a aviação sul-africana viola as nossas fronteiras, bombardeando com frequência objetivos civis, apoiando operações terrestres, assassinando milhares de pacíficos cidadãos angolanos, homens, mulheres e crianças, camponeses na sua maioria, destruindo bens materiais de valor incalculável, obtidos ou construídos com grande sacrifício do nosso povo, alimentando e treinando forças mercenárias e fantoches que vêm a Angola cumprir instruções do alto comando sul-africano”²²⁷.

A África do Sul lançou depois, a operação Daisy na qual se registou o primeiro combate aéreo entre os MIG-21 das FAPLAS e os Mirage da South African Air Force (SAAF). O combate evidenciou que a superioridade aérea total da SAAF já pertencia a história. O primeiro semestre de 1982 viria a registar perdas crescentes para a SAAF.

O famoso conceito de *Linkage* nasce em 1982 quando a África do Sul aceita as 2 primeiras fases do plano do Western Five (grupo de contato) exigindo a retirada dos cubanos para a implementação da Resolução 435, de 29 de Setembro de 1978 (retirada da administração ilegal de África do Sul da Namíbia e a transferência do poder para o povo namibiano). Angola responde firmemente, argumentando que a retirada não ocorreria antes da independência da Namíbia. Um compromisso foi alcançado: os cubanos ficariam a norte do paralelo 14 (cerca de 240 km da fronteira).

Os Estados Unidos lançaram a política de *constitutive engagement* para envolver a África do Sul como uma participante legítima no processo de pacificação, sem considerá-la culpada da desestabilização da África Austral.

A operação *Mebos* desenvolvida em Julho de 1982 terminou também com elevadas baixas. África do Sul começara a pagar a sua teimosia em não parar de agredir Angola e apoiar a UNITA. C. Crocker altera a visão dos Estados Unidos, propondo Angola como ponto lógico fulcral de uma solução que levaria os Estados Unidos a apoiar a UNITA até ao ponto em o MPLA estivesse disposto a negociar e a aceitar a retirada de Cuba de Angola.

²²⁷ Intervenção do Presidente José Eduardo dos Santos no XXVI Congresso do PCUS, Moscovo, Março, 1981.

A UNITA e a SWAPO intensificaram as atividades militares, numa rara convergência de interesses, para arruinar os entendimentos entre Angola e a África do Sul.

O cessar fogo foi proposto para 15 de Setembro de 1982 não foi uma proposta viável porque nenhuma das partes parecia suficientemente exausta para compromissos necessários a uma paz duradoura e genuína. Acreditava-se que as vantagens militares no terreno melhorariam as suas posições negociais.

Em Dezembro de 1981 e Março de 1982 intensificam-se os esforços diplomáticos e encontros secretos entre o MPLA, UNITA, Cuba, EUA e a África do Sul para uma solução negocial do conflito. Angola enquanto rejeitava o *Linkage* entre as retiradas da *South African Defence Force* (SADF) e das FAR, continuava a expandir a sua rede de radares e de mísseis anti-aéreos de alta altitude, para combater as constantes violações do seu espaço aéreo pela SAAF.

Em Dezembro de 1982 realizou-se o primeiro encontro direto entre o Governo de Angola e da África do Sul, na ilha do Sal para discutirem a situação militar prevalente e a implementação da Resolução 435 da ONU. Estava aberta uma via para o dialogo e para o cessar-fogo. A UNITA temeu ver-se desamparada pela África do Sul.

A tomada de Cangamba pelas FAPLA foi abortada devido a intervenção da SADF em socorro da UNITA em Agosto de 1983. A Batalha de Cangamba foi uma das mais sangrentas e mortíferas e marcou a passagem da UNITA da guerrilha para operações semi-convencionais. A UNITA cresceu para se tornar uma força de cerca de 35.000 soldados. Nesta altura, a UNITA e a SADF controlavam cerca de ¼ do território angolano o que lhes dava uma firme base de operações, no sul e leste, e a guerra alastrava-se numa base mais ou menos continua a ½ de Angola.

A batalha de Cangamba acelerou a corrida armamentista em Angola. Ambas as partes perceberam a sua vulnerabilidade. Em finais de Agosto. Lucio Lara e P. Maria Tonha (Pedale), foram a Moscovo pedir mais armas e conselheiros. A URSS enviou 3 navios cargueiros com armamentos, contendo desde tanques t-62 a helicópteros MI-24 e mísseis anti-aéreos. Cuba reforçou igualmente as suas tropas com mais de 5000 homens, elevando para cerca de 25000 a sua presença militar. Doravante, com os MIG e os Helicópteros, o curso da guerra foi alterando paulatinamente. A melhoria da qualidade e quantidade de equipamentos e treino

militar das FAPLAS aumentou as mortes por parte do lado da UNITA e a África do Sul.

A visita do Secretario Geral da ONU a Luanda, em 26 de Agosto de 1983 serviu para o MPLA apresentar as novas condições para a retirada dos cubanos e a retirada incondicional e imediata da SADF, a rápida implementação da resolução 435, o fim da guerra de agressão contra Angola e a suspensão do apoio da África do Sul a UNITA. A operação *Askart* foi lançada finalmente a pressão internacional a África do Sul remover a sua presença militar de Angola. O empenho dos Estados Unidos deveu-se mais a razões da política domestica, dada também a proximidade das eleições. A operação *Askart* foi um fracasso para a África do Sul e fez com que ela passasse a encerrar sob um outro prisma a ameaça militar que a quantidade e qualidade do novo armamento soviético representava. As manobras desta operação foram controladas por um satélite de reconhecimento soviético. Mais de 50 sul africanos foram mortos e 10 aviões sul africanos foram abatidos.

Os bombardeamentos aéreos contra alvos civis, infraestruturas, escolas e hospitais aumentaram, nas regiões do Caiundo, Cahama, Lubango, Cassinga e Cuvelai. No ataque a Cuvelai em 3 de Janeiro de 1983, a SADF enfrentaram uma das maiores resistências e poder de fogo jamais visto em Angola. A defesa angolana reagiu com agressividade, demonstrando que estavam terminando os dias fáceis da SADF. Mas apesar da força angolana estar mais bem preparada, a SADF, continuava a ocupar vilas, como Otchinjau, Xangongo, Quitere, Ongiva e Mupa.

Em Setembro de 1983, Jonas Savimbi elimina muitos dos seus rivais, quando 13 pessoas são queimadas vivas na Jamba. O culto da sua personalidade é intensificado com a sua pretensa missão messiânica: instaurar os domínios dos ovimbundu em Angola.

Existiam serias divergências entre o comando das tropas cubanas em Angola e os conselheiros soviéticos. Segundo os soviéticos, surgiram varias discussões com os cubanos principalmente por causa de “principio”. Segundo o General Verennikov, uma das situações mais notáveis, foi o fato de as tropas cubanas, não deverem em circunstância alguma, participarem em combates, salvo nos casos de ataques diretos contra os cubanos. Era justificado, pelo fato dos cubanos reagirem muito

dolorosamente a morte dos seus concidadãos (tal e qual os americanos), por isso tinham instruções para não participar em combates²²⁸.

Em 18-22 de Janeiro de 1984, Angola começa a negociar com os Estados Unidos em Cabo Verde. Ao mesmo tempo que P. Botha vai ao parlamento sul africano anunciar a retirada das SADF, com base nas conversações que tivera com os Estados Unidos. Mas precisamente em 13 de fevereiro do mesmo ano, os Estados Unidos, a RSA e Angola mantiveram 2 dias de negociações intensivas que culminou com uma lista de 9 pontos, dentre os quais se destacam os seguintes: (1) ambas as partes acordaram constituir uma *Joint Monitoring Commission* (JMC) para supervisionar a retirada, (3) a Comissão com a paridade de força de ambos lados, estaria localizada em Ongiva, (5) o propósito da Comissão seria o de supervisionar o processo de retirada e detectar, investigar e relatar qualquer violação.

Com base no relatório, foi depois em 16 de Fevereiro assinado o Acordo de Lusaka e estabelecido um plano de retirada de 17 pontos que definia a área de retirada, o mecanismo de ocupação pelas FAPLAS das áreas limpas e os procedimentos da JMC. Infelizmente como os demais acordos, este fracassou, porque foi posto de parte outros intervenientes no conflito (Cuba, UNITA e SWAPO) com interesses próprios e agendas relativamente divergentes. Até Abril de 1985, o Acordo de Lusaka havia sido violado 142 vezes.

O acordo de Lusaka, foi resultado do falhanço da operação Askart e da crise econômica na África do Sul para qual a guerra em Angola adicionava um custo de 4 milhões de USD por dia.

A amnistia oferecida pela política de clemência do MPLA, em fevereiro de 1984, não teve resultados. A UNITA mantinha-se como parte integrante das SADF e a África do Sul estava envolvida num plano de desestabilização, cujo o objetivo principal era derrubar o governo de Angola e asfixiar a sua economia. Em fevereiro de 1985, a UNITA reorienta a sua estratégia, e decide começar a atacar o norte de Angola, nomeadamente Malanje, Lundas, Zaire e Luanda, sendo o Zaire como base logística.

Em Abril de 1985, as SADF retiram-se de Angola e a RSA anuncia a criação de um Governo de transição denominado *Multi-Party Conference* na Namíbia para

²²⁸ MILHAZES, José, Angola o princípio do fim da União Soviética, Nova Veja, Lisboa, 2009, pag.115.

substituir o seu *Administrator-General* e governar o país até a independência. O referido Governo foi empossado por P. Botha em 7 de Junho, em Windhoek.

Em 1985, a UNITA já dispunha de uma grande e excelente base militar e logística na Jamba e arredores. O Governo estava convencido da sua capacidade de estancar a atividade guerrilheira da UNITA. A realidade porem deitou por água a baixo esta miopia e mostrou que as FAPLA estavam treinadas para um papel de defesa convencional em vez de uma defesa agressiva capaz de neutralizar a guerrilha. É assim que mais tarde a UNITA deu inicio a uma serie de ataques e sabotagens a zonas econômicas em Angola, como a região do Malongo²²⁹-Cabinda que era uma das principais bases petrolíferas do país. Cabinda sempre foi o calcanhar de Aquiles de Angola. Ainda com o Caminho de ferro de Benguela impossibilitado de circular e o ataques ainda as minas diamantíferas no Cafunfo²³⁰, a economia angolana ficou ficando cada vez mais fraca.

A nova estratégia da UNITA foi se tornando mais claro, quando as FAPLA em Julho de 1985, capturaram mais de 40 toneladas de armas, equipamentos e explosivos enviados por paraquedas à UNITA pela SAAF em Malanje. A UNITA com o apoio secreto da África do Sul realizou inúmeros ataques bombistas, apesar do Acordo de Lusaka.

Em outubro, José Eduardo dos Santos admite o principio de Linkage (retirada das tropas cubanas faseadas em 36 meses em troca de uma retirada sul-africana) e faz uma proposta para alcançar um acordo com África do Sul numa carta ao Secretario Geral da ONU, datada de 17 de Novembro de 1984. A África do Sul responde que a UNITA deveria fazer parte de um Governo provisório de coligação angolana, como parte do acordo e contrapõe o calendário encurtando o prazo de retirada para 3 meses. Mas mais uma vez nada foi acordado.

Após mais uma vaga de sérios ataques da UNITA, a situação financeira de Angola começou a agravar-se com a queda do preço do Petróleo bruto e aumento das despesas da defesa (mais de 1/3 do orçamento geral do Estado). A defesa manteve-se prioritária, como era de se esperar, e o orçamento para a educação e a saúde sofreram

²²⁹ Malongo, da Associação de Sonangol-Cabgoc. Felizmente para o Governo de Angola, as sabotagens da UNITA não foram bem sucedidas. Caso contrario, cerca de 480 milhões de USD (30 milhões de petróleo bruto, 200 milhões em equipamentos e instalações e cerca de 250 de produção na reconstrução)

²³⁰ Cafunfo que produzia cerca de 1/3 da produção de diamantes de angola foi invadida pela UNITA a 23 de Fevereiro, com uma brigada de 2500 homens. A brigada fez 106 reféns estrangeiros e levou diamantes no valor de 20 milhões de USD.

cortes substanciais. Mas ainda em Dezembro, o MPLA começa a preparar uma nova ofensiva contra a UNITA, as armas, equipamentos e soldados (3500 FAPLAS e 1500 FAR) começaram a chegar no sul do país, Lobito Menongue e Cuito Cuanavale.

Entretanto, a situação militar em Angola continuava a deteriorar-se nomeadamente porque as autoridades militares angolanas não conseguiam organizar forças armadas regulares. Segundo o Capitão soviético, Vassili Lavreniuk que prestou assistência militar nessa época, descreveu assim o estado:

“o exercito de Angola apresentava um quadro bastante triste. Na sua esmagadora maioria, os soldados eram analfabetos, prestavam serviço para receber um salario e ração alimentar. As companhias e os batalhões só podiam contar com todos os soldados quando pagavam os salários ou distribuía produtos”²³¹.

Ainda no mês de Dezembro, o Senado norte americano, votou a favor de uma emenda de ajuda de 125 milhões de USD para UNITA que incluía ainda misseis anti-tanques e anti-aéreos. Por conseguinte, em Janeiro de 1986, Jonas Savimbi foi recebido em Washington com honras de chefe de estado, encontrou-se com Reagan, visitou o Pentagon e teve cobertura televisiva em *prime-time*. Com todo esse apoio norte americano, a UNITA passou a intensificar os seus ataques por todo o território angolano com cerca de 60.000 homens, com estreita prioridade as zonas potencialmente econômica., de formas a fragilizar cada vez mais a economia angolana. Em poucas palavras, vamos observar que, o esforço da guerra começa a asfixiar a economia já a muito debilitada pela a queda da produção interna, êxodo rural e políticas económicas inadequadas, e ainda a queda do petróleo que vai exercer uma influência poderosa para o fim da guerra.

Mais uma vez, em Agosto de 1986, houve uma tentativa da implementação da Resolução 435 da ONU. O parlamento sul africano, exigia a retirada das tropas cubanas em Angola, mas o Governo angolano rebatia dizendo que a presença cubana em Angola era uma questão exclusiva das autoridades cubanas e angolanas, e não podia ser usado como moeda de troca para a implementação da Resolução 435.

O ano de 1986, vai ser marcado ainda com os contatos secretos para a pacificação de Angola, que tiveram lugar em Londres com a presença de A. Van Dunem do MPLA e Tito Chingungi da UNITA, em Julho. Contudo, o ano termina

²³¹ MILHAZES, José, Angola o princípio do fim da União Soviética, Nova Veja, Lisboa, 2009, pag.111.

com o terrorismo urbano e com a tentativa da UNITA²³², de ressurreição do Acordo de Alvor que previa a realização das eleições livres e justas.

O ano de 1987, demonstrou ser importante para Angola, uma vez que A. Ochoa, o novo chefe da Missão Militar Cubana em Angola, trouxe instruções firmes de F. Castro para forçar a África do Sul a terminara a guerra pela via negocial, caso contrario, ordenou que Oshakati fosse bombardeado e o esquema hidro-elétrico de Ruacaná destruído. Dizer ainda que a URSS forneceu material de guerra sofisticado no mesmo ano, no valor de 1 bilhão de USD. Apesar de que a economia continuava pior²³³ e o descontentamento popular era crescente²³⁴, sem contar com os inúmeros fracassos das FAPLA nos anos anteriores.

Com todo o reforço militar de Cuba (a entrada dos melhores pilotos e a divisão composta por 15.000 homens), inúmeras foram as perdas que a UNITA vinha sofrendo na região sul do país, mas propriamente Cuito Cuanavale, ela foi obrigada a retirar de forma tática e transferir a sua base e concentração militar mais pra o norte de Angola.

Salientar aqui o fato de que, além do apoio financeiro e material bélico, a URSS, também enviou milhares de conselheiros militares. Mas que ao contrario dos cubanos, eles não participavam nas ações diretas militares. De tal forma que os feridos e mortos, na sua maioria eram vítimas de malária, desintéria e picadelas de mosca tsé-tsé. Ainda o capitão Lavreniuk, chamava também a atenção para o fato de os especialistas soviéticos não estarem preparados para a guerra em Angola:

“O que mais espantava era que os nossos homens não estavam prontos para a guerra, conheciam mal a situação nesse país africano. Mas seria possível outra coisa na se na cúpula, em Moscovo, não compreendiam o que se passava em Angola?”²³⁵

²³² A UNITA desde 1983, passou a explorar de forma ilegal as minas de diamantes que lhes rendeu em 1986 cerca de 5 a 6 milhões de USD por mês. Além de passar a ter estrutura de comercio de diamantes na Bélgica, Israel, Índia e Estados Unidos. Com isso, as exportações de diamantes de Angola baixaram subitamente de 234 milhões de USD/ano em 1980 para 56 milhões em 1984 e 32 milhões, em 1985. Em 1986, as perdas ascenderam os 24 milhões de USD.

²³³ Varias vezes os Estados tentaram influenciar a comunidade internacional a triplicar os seus direitos de importação devido ao Petróleo. Chegando mesmo a tentar impedir o comercio entre Angola e estados Unidos, mas felizmente pra Angola, fracassou essa medida. Sendo que o petróleo era a maldição de Angola que ajudou a camuflar a realidade econômica caótica, mas possibilitou ao Governo financiar por muito tempo a guerra prolongada contra a África do Sul e a UNITA:

²³⁴ Quase que não havia serviço sanitário, o que resultou em 1987 na morte de cerca de 4.000 angolanos de cólera e paludismo.

²³⁵ Lavreniuk, Vassili, <A missão de serviço na guerra>, *Nezavissimoe Voennoe Obozrnie*, 21.03.2003.

Em 31 de Janeiro de 1988, o Departamento de Estado dos Estados Unidos, anuncia que Cuba e Angola, haviam aceito um plano de retirada dos 40.000 cubanos de Angola. Em Março do mesmo ano, o Congresso norte americano, votou a favor de sanções comerciais contra o regime do apartheid, o que azedou as relações entre os Estados Unidos e a RSA.

A RSA tentou enfatizar o seu papel de potencia regional, com ações autônomas, quando o então Ministro da Defesa, M. Malan, sugeriu a URSS que fosse criado um Governo livre em Angola, tal e qual, como a URSS propunha no caso do Afeganistão. Mas a URSS argumentou que a questão dos dois países(Angola e Afeganistão) eram diferentes.

Salientar que a vitória angolana no Cuito Cuanavale, foi resultado de mais de 23 combates muito violentos desde 3 de Outubro de 1987, entre as FAPLA-FAR e SADF-UNITA.

Cuba, Angola, URSS, notam que a solução para o fim completo do conflito, partia de uma negociação direta com a África do Sul. É assim que em 3 de Março de 1988, em Londres realiza-se inicia-se uma negociação tripartida Angola-Cuba-África do Sul.

A RSA após inúmeras derrotas consecutivas na região sul de Angola (Cuito Cuanavale e Tchipa-Calueque), devido ao crescente e melhoramento do contingente militar das FAR e FAPLA e aos gastos econômicos da guerra, a África do Sul foi obrigada a aceitar uma solução política negocial. Em 20 de Junho é assinado um acordo tripartido (Cuba. Angola e RSA) composto por 14 pontos em New York. Dentre os quais, acordaram que Angola e África do Sul cooperariam com a ONU para garantir a independência da Namíbia através de eleições livres e justas; o recuar e depois a retirada total das FAR; a não interferência nos assuntos internos de cada estado e a abstenção de ameaças ou uso da força contra a integridade territorial e independência dos estados e proibição de uso dos territórios respectivos para atos de guerra etc. O cessar fogo formal foi assinado em 22 de Agosto em Ruacaná²³⁶. Apesar de que, no dia 21 de Julho R. Reagan anunciava que não iria deixar de apoiar Jonas Savimbi da UNITA, a não ser que a URSS deixasse de apoiar o MPLA.

²³⁶ Ruacaná fronteira Angola-Namíbia. Mas conhecida pela suas famosas quedas do Ruacaná formado por um conjunto de cataratas

Os estados Unidos mudam de ideia, e mediam o Protocolo de Brazzaville, em 13 de Dezembro, mas os seus principais pontos foram ratificado em New York: 1) a implementação da resolução 435 deveria começar no dia 1 de Abril de 1989; 2) 3.000 soldados cubanos deveriam retirar-se antes de 1 de Abril; 3) até 2 de Agosto todas as tropas cubanas deveriam estar a norte do paralelo; 4) e os outros cubanos deveriam regressar no período de 18 meses depois ao 1 de Abril; 5) toda a legislação discriminatória deveria ser anulada até meados de Maio; 6) até Junho a SADF deveria reduzir-se a 1500 homens (na Namíbia); 7) as eleições para a Assembleia constituinte da Namíbia teria lugar no dia 1 de Novembro; 8) uma Comissão Conjunta com Angola, Cuba e RSA, devia ser formada em 22 de Janeiro de 1989.

No mesmo ano, Pretoria e Luanda, assinaram um pacto secreto, em RSA cortasse o apoio a UNITA e a Angola deixasse de ceder o seu território como base de treinamento para o ANC, ou seja, com esse entendimento, a UNITA e o ANC, saíram a perder, inclusive, o ANC teve que passar Tanzânia muito mais distante da África do Sul. Enquanto a UNITA, apesar da perda o apoio da RSA, ainda possuía o apoio dos Estados Unidos. Mais tarde, em 27 de Setembro de 1989, a *US House of Representatives* analisando o fato de Angola ser o segundo maior parceiro dos Estados Unidos em África negra e ser o único sem relações diplomáticas, recomendou: 1) Estabelecimento de uma *liaison office* em Luanda; 2) apoiar a participação de Angola no Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM); 3) fornecer ajuda humanitária.

Com o fim das hostilidades entre Angola e a África do Sul, o apartheid não teve o seu fim, mas começou a ser derrubado e o mito de superioridade militar da RSA foi enterrado em Angola.

Para a RSA, a guerra não só foi prejudicial²³⁷, mas também benéfica, porque a indústria de armamento em duas décadas, se tornou a nona maior indústria de armamento do mundo. Tornando-se ainda líder mundial na produção de carros blindados anti-minas e outros demais produtos.

Para Angola, a guerra veio mostrar como não havia uma estratégia nacional coerente e realista. Após a morte de Agostinho Neto, o país meio que andou deriva e esquecido dos seus próprios interesses permanentes.

²³⁷ Para a RSA, a guerra custava cerca de 2,5 milhões de Rands por dia, estimativa de aproximadamente 25% do PIB, e com os apoios a UNITA, passaram a 30% do PIB, ou seja, uma ajuda a UNITA de 80 milhões de USD por ano.

4.3 Paradoxo Angolano²³⁸

“Quando nós estabelecemos relações diplomáticas com um país qualquer, evidentemente, nós resolvemos, primeiramente, os problemas que existem. E o que passou, passou. Nós começamos uma nova era das relações. A França estabeleceu conosco e, agora temos a possibilidade de trabalhar em conjunto. Se alguma coisa tivermos, para dizer em relação a França, será diretamente ao Governo francês”²³⁹.

“As companhias americanas que estão a operar, aqui, sobretudo no setor do petróleo, têm muito boas relações conosco. Desenvolvem bem o seu trabalho. Pagam os seus impostos, pontualmente. É nós não temos razões de queixas”²⁴⁰.

No Governo de Agostinho Neto (1975-1979) a sua política externa foi mais virada para a interdependência e defesa da sua soberania, ou seja, uma segurança das suas fronteiras nacionais e vigilância constante. Ainda o alinhamento com a URSS, com o respetivo reforço às ideias de interdependência e de fronteiras ideológicas com o chamado “mundo ocidental” – o principal explorador de petróleo do país.

Segundo José Maria N. P: Conceição na sua tese de doutorado, ele chama de “paradoxo angolano” o fato da economia angolana ter estado muito ligada ou quase que dependente do Ocidente, sendo que o modelo de Estado e de Partido estavam ligados ao sistema socialista. Este paradoxo só começou sendo resolvido, por volta dos anos 80, em favor da institucionalização da economia nos moldes capitalista, da sua adesão ao pluripartidarismo e do abandono da aliança político-militar do campo socialista, no governo de José Eduardo dos Santos.

"em política externa, os principais interesses de que o Estado é responsável são os que implicam a sobrevivência da nação, mas logo em seguida, vem a satisfação e a proteção dos seus interesses econômicos”²⁴¹.

²³⁸ Este título foi inspirado por José Maria Nunes Pereira da Conceição, autor da tese de doutorado, Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994), pela Universidade de São Paulo, 1999.

²³⁹ Palavras proferidas pelo Presidente Agostinho Neto em conferência de imprensa aos jornalistas norte-americano, no dia 13.12.78, no Futungo de Belas.

²⁴⁰ Presidente Agostinho Neto em conferência de imprensa a jornalistas norte-americano, no dia 13.12.78, no Futungo de Belas.

²⁴¹ ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações, Ed. Universidade de Brasília. Brasília, 1979.

O governo do MPLA procurou atender as suas necessidades básicas de defesa da soberania e da segurança do Estado angolano com a ajuda político-militar dos seus apoiantes socialistas, em que se destaca a URSS e Cuba, mas as suas questões econômicas eram supridas pelo campo capitalista, em particular os EUA que desde sempre o seu principal parceiro e investidor comercial²⁴².

4.4 MUDANÇAS E RENOVAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA

4.4.1 Virada ideológica (1985-1991)

"Aqui, o socialismo foi uma intenção, talvez não tenha passado do papel. O Estado nacionalizou uma série de empresas em 1976/78 porque elas estavam abandonadas. Não tinha alternativa. (...). Mesmo que se tivesse enveredado pelo capitalismo, não havia classe empresarial naquela altura, não havia capitalistas angolanos (...)"²⁴³.

"Muitos angolanos acreditaram nesse modelo como alternativa ao modelo capitalista e colonial (...) e o ideal socialista era o da liberdade e da justiça social. Não tendo havido qualquer experiência que demonstrasse que esse modelo não era melhor do que o herdado [do colonialismo], optou-se naturalmente pelo desconhecido (...). Só mais tarde, e por causa das dificuldades do sistema (...) é que se procuraram novas alternativas. Agora, estamos em busca de novos caminhos"²⁴⁴.

Estas mudanças no contexto externo do conflito coincidiram com o aparecimento, no regime do MPLA, de vozes que defendiam o abandono da economia de planeamento centralizado em prol de uma outra baseada no mercado. Esta reorientação, que começou muito timidamente no segundo congresso do partido, em Dezembro de 1985, parece ter refletido não apenas mal-estar relativamente aos maus resultados do sistema de planeamento, mas também interesse de classe emergentes. Em Luanda, as famílias dominantes sentiam-se constrangidas pelo peso do Estado na economia e pela ideologia oficial e começaram a procurar mais espaço para negócios privados. Embora, de início, fosse muito lento, o processo de mudança parece ter contado com o apoio de José Eduardo dos Santos, que assumira a presidência apos a

²⁴² CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira da. Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Tese de Doutorado. Pag.120.

²⁴³ Afirmou o atual presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em entrevista ao semanário lisboeta *Expresso*, de 18 de Julho de 1992.

²⁴⁴ Respondeu José Eduardo dos Santos, quando lhe foi perguntado, se havia acreditado num modelo marxista-leninista para Angola.

morte de Agostinho Neto, em 1979. O primeiro programa de reformas econômicas foi lançado em 1987. Além disso, o crescente reconhecimento da impossibilidade de uma vitória militar sobre a UNITA encorajava as reformas políticas que possibilitariam o compromisso e a reconciliação.²⁴⁵

No início da década de 1990 Angola vive uma situação notável dado a sua tripla transição, da guerra para a paz, de um regime de Partido único marxista leninista para um sistema multipartidário²⁴⁶ e de uma economia centralizada do tipo soviético para uma economia de mercado. Essas reformas foram estabelecidas na base de um processo não revolucionário implementadas através de revisões constitucionais e aprovações de leis pelo Parlamento mono partidário que vigorava na altura, sob o controlo do MPLA- Partido do Trabalho, ou seja, numa reunião do seu Comitê Central em Junho de 1990, o MPLA-PT decidiu abandonar o sistema de partido único e permitir uma concorrência política aberta entre os partidos políticos. A isto seguiu-se o abandono formal do marxismo-leninismo e da referencia ao “Partido do Trabalho” na denominação do partido, no seu terceiro congresso, realizado em Dezembro de 1990, e a aceleração da liberalização econômica nos termos do Programa de Ação do Governo (PAG), lançado em Agosto de 1990. Em Maio de 1991, uma lei de revisão constitucional (Lei nº12/91) definiu Angola como um “estado democrático de Direito” e instaurou um sistema multipartidário (RPA, 1991).

Estas reformas “radicais” implicaram uma significativa democratização da vida política e criaram espaço para o desenvolvimento do setor privado e da sociedade civil, que no anterior sistema tinham sido fortemente limitados. A redução do papel do Estado foi, no entanto, acompanhada por um enfraquecimento da capacidade estatal para desempenhar as suas funções fundamentais para além da defesa, que continuou a ser prioritária na atribuição de recursos. A capacidade administrativa foi ainda mais afetada por uma acentuada quebra nos salários da função pública na primeira metade da década de 1990.

Ao mesmo tempo, os vestígios da intervenção administrativa na economia, bem como os fracos sistemas de transparência e prestação de contas, encorajaram o compadrio, distorcendo a transição para uma economia de mercado. Coincidindo com

²⁴⁵ HODGES, Tony, Angola-Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem, PRINCIPIA, Cascais, 2002, pag.29.

²⁴⁶ Enquadrado num Estado democrático e de direito, como definia a constituição angolana revista em 16 de Setembro, através da Lei no 23/92, nº seu artigo 2º.

um vazio moral e ideológico criado pelo abandono do marxismo-leninismo, esta situação gerou uma forma distorcida de capitalismo, em que umas quantas famílias proeminentes e politicamente ligadas ao regime (agora firmemente ancorado na presidência e não no anterior partido de vanguarda) aproveitaram as oportunidades para enriquecerem.²⁴⁷

A 6 de Maio de 1991 o Presidente da República José Eduardo dos Santos promulgou as leis do Sistema Político Multipartidário, publicadas no Diário da República de 11 do mesmo mês: Lei Constitucional, (alteração parcial da Constituição), Lei dos Partidos Políticos, Lei das Associações, Lei do Direito de Manifestação, Lei do Estado de Sítio e da Emergência, Lei da Nacionalidade, Lei do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 1991.

José Eduardo dos Santos pôde assim apresentar-se, no dia 31 de Maio de 1991 em Bicesse, na qualidade de porta-voz legítimo do grupo constituído e instituído em instância legítima – de grande eficácia simbólica – o MPLA/Estado. Mas, esta “felina” viragem ideológica demonstrara, acima de tudo, que o MPLA se adaptara rapidamente a uma nova conjuntura política. O que pode querer dizer que, no seio do partido e apesar do monolitismo político vigente, havia sempre “alguém” com “coragem”, “profundidade” e “pragmatismo” que pensara em alargar a clientela política» do MPLA²⁴⁸. “Alguém” que se apercebera de que para não ser excluído do jogo político, o MPLA não se poderia limitar a “virtudes tão exclusivistas”, pois necessitava de trazer para a sua causa o maior número possível de “refratários”. Havia, portanto, “alguém” que tinha a perfeita noção de que “a lógica da real politik era a condição do acesso à realidade política.

É com base nestas revisões constitucionais de 1992, que se estabeleceu o semi-presidencialismo, aboliu-se a pena de morte e, retirou a expressão “popular” do nome da República. Antes de ser aprovada estas revisões pelo Parlamento acima citado, as propostas foram discutidas e submetida a votação, pelos partidos inscritos. Teve um reforço de legitimação por ter sido discutida com todos os partidos então registados,

²⁴⁷ *ibidem* pag.30

²⁴⁸ “A transformação do carácter do Partido de classe em Partido de massas, ampliando a composição social para o recrutamento dos seus membros”. O que implicou a abertura do partido à entrada de camponeses, que “constituem a maioria da população”, “crentes” ou até “outros cidadãos que exerçam actividade económica individual”. MPLA/PT, Linhas Mestras dos Projetos de Teses ao III Congresso (1990). MPLA/PT, “Resolução Geral do III Congresso do MPLA (1990)”. Ver também MPLA/PT. “Discurso do Presidente José Eduardo dos Santos no encerramento do II Congresso” (1990).

dando legitimidade ao processo, com exceção da UNITA que se absteve, deste encontro em, que foi aprovado as revisões por consenso.

As reformas econômicas tem seu início através da Conferência Nacional do MPLA-PT, em Fevereiro de 1985, quando importantes setores do partido se manifestaram abertamente a favor das reformas de cunho liberalizante que aliviasse a então centralização e planificação asfixiante.

Já no domínio político, as reformas tiveram o seu início com a realização do 1º Festival de Cultura, em 1988, em que um elevado número de intelectuais defenderam publicamente o multipartidarismo.

As reformas políticas assaram a fazer parte da agenda do partido e, debatidas nos seus congressos e depois encaminhadas para o poder legislativo. Assim a passagem do (MONO), para o multipartidarismo foi recomendada por aquele órgão, em Junho de 1990, numa reunião do Comitê Central, em que foi aprovada apenas no seu IIIº Congresso Ordinário, em Dezembro deste mesmo ano.

No congresso ficou decidido, o abandono do marxismo leninismo como doutrina do partido e do Estado. E o MPLA-PT no mesmo mês e ano adoptou o Socialismo Democrático e, solicitou a sua adesão a Internacional Socialista, optando assim por uma Economia social de Mercado.

Em Abril de 1991, realizou-se o IIº Congresso extraordinário do partido MPLA-PT, com o lema “novos tempos em Angola”. Nele foram aprovados novos programas e estatutos do partido. Com a realização desse Congresso, se duplicou o número de participantes para o Comitê Central, com destaque no número de mulheres eleitas. A tônica do Congresso foi a preparação para o Multipartidarismo.

Em Maio de 1992, é realizado um outro Congresso extraordinário, no caso, o terceiro, onde o MPLA retomou ao seu antigo nome, abandonado a designação adicional (PT-Partido do Trabalho), que havia adquirido em 1977, aquando da sua adesão ao marxismo leninismo.

É feita também uma revisão constitucional adicional, em Agosto, no ano das eleições gerais e, é eliminado o termo (popular) do nome do Estado, tendo também mudado a designação do Parlamento que passou de Assembleia do Povo para Assembleia Nacional.

Angola preparava-se assim, para as eleições. Por esta razão passou a viver um clima de mudanças e de liberalização política. A lei de imprensa, de 1991, foi aceite dando garantias para o surgimento pela primeira vez desde a independência, do

nascimento da imprensa privada, o que contribuiu para o fortalecimento da sociedade civil e conseqüentemente a "expansão gradual da democracia".

Com estas mudanças, Angola apercebeu-se também que era necessário mudar as suas alianças externas, tendo em conta os condicionalismos que as relações internacionais impõem a todos os Estados.

Ora a ideologia e a solidariedade internacionalista que o sistema de Moscovo oferecia, estavam longe de concederem ao país o que necessitava, para suprir as suas necessidades imediatas e muito menos, os meios para uma recuperação econômica e social rápida, que lhe permitisse atingir as suas metas.

O estabelecimento de relações bilaterais que pontualmente se conseguiu com alguns países ocidentais, com fortes interesses nos seus recursos naturais, era insuficientes para gerar e implementar programas de desenvolvimento a longo prazo.

Era necessário abrir o país ao mundo, na sua globalidade, traçar e implementar políticas mais pragmáticas e afastar em definitivo o idealismo das teorias socialistas. O desmoronamento do bloco socialista veio confirmar essa necessidade. Trata-se portanto, de transferir o sistema político e econômico do Estado e engrena-lo noutra que conferiria novas exigências que coadunassem com os seus interesses. Esta era uma operação que exigiria um debate nada fácil para uma Nação jovem e debilitada por uma longa guerra instigada, alias, pelo próprio ocidente.

Os Estados que constituem a comunidade internacional tem as suas vidas estruturadas segundo interesses específicos. E só, o respeito mutuo na base desses mesmos interesses, é que se pode facilitar a harmonia e equilíbrio mundial. Assim é importante referir que o mundo ocidental funciona como uma organização em movimento, cuja harmonia era, em grande parte, marcada pela política externa dos Estados Unidos. Angola não podia, portanto se esquecer desta grande potencia mundial, quando se trata de se traçar políticas globais de qualquer ordem, sob pena de se correr risco de vermos fracassados os objetivos almejados.

“O MPLA-PT fez parte desse movimento de contestação, de reforma, de procurar novas vias para resolver os problemas econômicos, porque o sistema de gestão da economia socialista não era capaz de dar resposta aos numerosos problemas com que se defrontava a sociedade. O afundamento do sistema socialista não foi uma grande surpresa para nós e não nos afetou profundamente.

Nós já havíamos nos engajado em todo um processo de reajustamento do nosso sistema”²⁴⁹.

"Penso que estava condenado ao fracasso. Mas não era essa a conclusão a que se tinha chegado naquela altura, em que se pensava que o socialismo era uma alternativa ao capitalismo”²⁵⁰.

4.4.2 O processo de paz e de Bicesse

As reformas políticas implementadas em Angola e as mudanças verificadas no ambiente externo, em resultado do fim da Guerra Fria e da abolição do *Apartheid* na África do Sul, proporcionavam um contexto favorável para as primeiras negociações de Paz serias entre o Governo e a UNITA, que se realizaram em Portugal em 1990-1991. Pela primeira vez, as grandes potências pressionaram cada uma das partes no sentido de um compromisso. Em crise interna, a URSS, depois da queda do Muro de Berlim e do fim do seu “império na Europa do leste”, já não podia manter a sua dispendiosa rivalidade com os EUA em Angola e noutras partes do Terceiro Mundo. Terminou, entretanto o apoio da África do Sul a UNITA, em consequência das transformações políticas “radicais”, verificadas depois da subida ao Poder de F.W. de Klerk, em 1989, e da libertação de Nelson Mandela, em 1990. As negociações em Portugal resultaram na assinatura dos Acordos de Bicesse, no Estoril, em Maio de 1991, que incluíram as medidas seguintes: um cessar-fogo, o aquartelamento das forças da UNITA, a criação de novas forças armadas unificadas, a desmobilização dos soldados excedentários, a extensão da administração do Estado as áreas controladas pela UNITA, e eleições parlamentares e presidenciais numa base multipartidária. O processo de paz seria fiscalizado pelas próprias partes em conflito, através de uma Comissão Conjunta Político-Militar, com o apoio de uma nova missão da ONU, a UNAVEM II. Os separatistas de Cabinda (FLEC) não participaram nas negociações de paz nem subscreveram o acordo, pelo que, no enclave, prosseguiu uma guerra de pequena escala. Três atores externos desempenhariam um importante papel nos bastidores do processo de paz pós-Bicesse, como observadores oficialmente

²⁴⁹ Entrevista concedida pelo presidente José Eduardo dos Santos a Amadou Traoré, na revista *Le Courier* (da CEE-ACP), nº132, de março-abril de 1992, pp. 17-19.

²⁵⁰ O presidente José Eduardo dos Santos, respondeu durante a entrevista ao semanário lisboeta *Expresso*, de 18 de Julho de 1992, quando lhe foi perguntado se, numa análise retrospectiva, a conclusão não seria a de que esse modelo estava condenado à partida.

designados. Desta *troika* faziam parte Portugal, como antiga potencia colonial e intermediário dos acordos de Bicesse, e as duas superpotências, os EUA e a URSS, em virtude do seu anterior papel como principais apoiantes externos das duas partes em conflito.

Apesar de melhorias no contexto externo e interno, o período de paz proporcionado pelos Acordos de Bicesse viria a ser de curta duração. A implementação dos principais aspetos militares do acordo sofreu um atraso de alguns meses e as novas forças armadas unificadas, as Forças Armadas de Angola (FAA), forma constituídas somente dias antes das eleições de Setembro de 1992. Os dois lados mantinham grandes exércitos próprios, preparando para reacender o conflito caso um deles não aceitasse o resultado das eleições. Foi o que aconteceu, apesar da declaração da ONU de que as eleições tinham de uma forma geral sido livres e justas, a UNITA acusou o Governo de ter “viciado” os resultados das eleições e, depois de remobilizar as suas forças, passou ao ataque, apoderando-se de numerosas vilas e aldeias a partir de Outubro de 1992. O MPLA tinha conseguido uma maioria absoluta de lugares na Assembleia Nacional, com 54% dos votos, cabendo 34% a UNITA e 12% aos Partidos mais pequenos. Nas eleições presidenciais a margem foi mais estreita, com José Eduardo dos Santos a obter 49% dos votos e Jonas Savimbi 40%. Como nenhum dos candidatos presidenciais obteve a maioria absoluta, estava constitucionalmente prevista a segunda volta, que nunca se realizou devido ao reascender do conflito.

Hodges, vai chamar atenção ao fato de que, existiram varias lacunas na concepção dos acordos de Bicesse. Em primeiro lugar, referente ao tempo de mandato da UNAVEM II e os recursos disponíveis, se tornaram inadequados para a amplitude da tarefa de restabelecer a paz num país com o dobro do tamanho da França, com maior parte das suas infra-estruturas destruídas e dois exércitos partidários fortemente armados e sem nenhuma confiança um no outro. Margaret Anstee, naquela altura era a chefe da UNAVEM II e Representante Especial do Secretario Geral da ONU. Em segundo lugar, o prazo para a realização das clausulas expostas nos acordos (16 meses) era muito curto tendo em consideração o numero e a complexidade das tarefas a pôr em pratica, a desconfiança entre as duas partes e as dificuldades logísticas. Em terceiro, as eleições não tinham sido condicionadas ao cumprimento dos objetivos militares e processaram-se num contexto implicitamente perigoso, uma vez que continuavam a existir dois grandes exércitos rivais. Por ultimo, a falta de qualquer

requisito para uma partilha de poder nos termos dos Acordos de Bicesse implicou um resultado do tipo “o vencedor fica com tudo”, o que fez subir as apostas para as duas partes.²⁵¹

Para São Vicente, dominados pela urgência eleitoral, não houve uma verdadeira educação cívica sobre a democracia e os direitos do homem nem tempo e espaço para os partidos que emergiram nos pós-Bicesse. A comunidade internacional queria apenas encurtar o tempo de transição, mas a velocidade tornou a democracia mais superficial e menos nacional. O preço pago pela legitimidade democrática foi muito alto.²⁵²

Angola volta a mergulhar numa nova guerra. No dia 30 de Outubro de 1992, o Comité Central do MPLA emitiu um comunicado em que enumerava exaustivamente os 65 municípios e as mais de 150 comunas controladas militarmente pela UNITA e advertia-a de que não restava outra solução senão a de ativar todos os recursos ao alcance do estado para a defesa da soberania nacional. De tal forma que no dia seguinte, começou a batalha de Luanda, sendo a UNITA tinha sido expulsa da capital, e outras cidades como Benguela, Lobito e Lubango. Um mês depois, das eleições e cujos os resultados a UNITA se rejeitava a aceitar, a UNITA já havia controlado mais de 1/3 do território angolano.²⁵³

²⁵¹ HODGES, Tony, Angola-Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem, PRINCIPIA, Cascais, 2002, pag.32.

²⁵² SÃO, Vicente, Angola e África do Sul, Lito tipo, Luanda, 1994, pag.72

²⁵³ ibidem pag.73.

CONCLUSÃO

A política externa de Angola, sem dúvida, hoje está num patamar melhor nas relações internacionais, o que vem cogitando o debate na academia internacional e na mídia internacional sobre a sua projeção regional e global. Os benefícios advindos delas são notórios. Mas como foi dito no princípio, seria um erro analisarmos a política externa angolana sem olhar pra a sua essência, sendo que a atual diplomacia é fruto das ações passadas.

Embora muito pouco estudado, o passado recente da política externa angolana, principalmente a nível nacional, haja vista que ela é mais analisada a nível internacional, seus resultados não são consensuais entre os analistas de relações internacionais, havendo os que avaliam de forma positiva algumas iniciativas e até os que avaliam de forma negativa.

O objetivo principal da dissertação foi analisar a política externa angolana durante o período de Guerra Fria. No primeiro capítulo, além de analisar as relações com Portugal, Estados Unidos, União Soviética, Cuba e outros países, outra dimensão importante para compreender o processo de transição para a independência de Angola consistiu na análise da ação dos movimentos armados locais, ainda que por vezes seja difícil separar a estratégia destes da dos seus apoiadores externos.

A nível internacional mais amplo, a atuação diplomática do MPLA poderia ter tido mais impacto na ONU através de vários países africanos que na época já eram independentes. Mas devemos salientar o fato de que um dos grandes problemas a nível internacional, mais precisamente na ONU, foi que as organizações angolanas concorriam entre si para ter maior visibilidade e apoio internacional, em vez de unirem-se na luta contra o colonialismo português, ou seja, a falta de unidade entre os grupos na luta pela libertação nacional, deu lugar a várias interpelações na ONU.

Ao contrário de que se pensa, como foi mostrado aqui, um dos grandes problemas da afirmação do MPLA no âmbito do continente africano e, em particular, nos países limítrofes de Angola sempre foi o FNLA e não a UNITA. As divergências com a UNITA surgiram poucos anos antes da independência e se agravaram posteriormente a ela.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o MPLA, desde a primeira guerra de libertação nacional, conseguiu sabiamente, por intermédio de figuras bastantes sonantes no seio do Movimento, como Mario Pinto de Andrade, Lucio Lara, Agostinho Neto e outros, desenvolver ações externas baseadas em princípios progressistas e numa postura transparente. Conseguiram, então, denunciar com vigor os crimes e a opressão do governo colonial, destituindo todas as suas teses sobre as chamadas “províncias ultramarinas” e mobilizar o apoio financeiro, militar, e diplomático de parte da comunidade internacional.

Os Movimentos de Libertação Nacional deixaram bem claro nas suas ações que, a inexistência de paz, estabilidade e unidade em Angola, não foi por falta de acordos, mas sim, pelo fato de que, cada um deles almejava exercer o poder no País sozinho, ou seja, cada um dos três movimentos sempre esteve a se preparar para se instalar no poder de maneira a excluir os outros.

Segundo Vasco Viera de Almeida²⁵⁴, o acordo de Alvor foi “perfeitamente surrealista”, sendo que o próprio processo de democratização em Portugal era bastante complicado, mas ainda assim, Portugal tentava impor em Angola uma solução “perfeitamente surrealista”, a de um Governo de Transição incluindo os três movimentos de Libertação. Durante o Acordo de Alvor, os Movimentos demonstravam claramente que não havia acordo ou cooperação entre eles, mas sim apenas uma cooperação que teria como resultado final a independência de Angola sem, no entanto, um acordo político para um governo conjunto. É preciso dizer ainda que uma das questões que influenciou na falta de entendimento entre os Movimentos, foram os apoios externos que cada um deles possuía. Naturalmente, que em época de Guerra Fria era uma tarefa muito difícil chegar a uma solução para o problema, com base nas cláusulas definidas no Alvor, em que devia-se constituir um Governo provisório de três primeiros-ministros, solução ideal, porém irreal naquela conjuntura histórica.

Temos que chamar a atenção ao fato de que normalmente, considera-se que as tropas cubanas foram as únicas e as primeiras a ir em apoio de Agostinho Neto, esquecendo assim o apoio concedido em primeira instância por alguns oficiais portugueses ao MPLA contra os demais movimentos de libertação nacional, fase entre

²⁵⁴ Vasco Viera de Almeida foi Ministro da Coordenação Económica no primeiro Governo Provisório em Portugal. Em 1975 participou das negociações do possível Governo de Transição em Angola.

o 25 de Abril de 1974 e a independência de Angola. Porém, em termos de dimensão e importância militar, o apoio de Cuba foi sem sombra de dúvida maior e decisivo.

O capítulo II demonstrou como os movimentos de libertação nacional, MPLA, FNLA e UNITA, e outros atores africanos, tiveram um papel crucial no resultado da transição da independência de Angola e no pós independência, mas independentemente da importância desses atores acima citados, a história do estado angolano foi acima de tudo um resultado da Guerra Fria e, logo, muito influenciado pela ação dos EUA e da URSS.²⁵⁵

Importa ainda destacar que a internacionalização da descolonização de Angola não teve o seu início por ação da URSS ou EUA, mas sim dos países africanos vizinhos. Com grande destaque ao Zaire que foi um dos primeiros a intervir, dando apoio primeiro a FNLA e depois ao MPLA, concedendo-lhes apoio militar, bases, munições, armas e financiamento.

Para Tiago Moreira de Sá, o envolvimento direto de Moscou na questão da independência de Angola foi anterior ao dos EUA, e que os EUA só entram de forma ofensiva no conflito angolano nos meados de Julho de 1975, fornecendo apoio a FNLA e a UNITA. Para o autor, a questão do Vietnam foi um dos principais elementos do envolvimento dos EUA em Angola, eles precisavam mostrar que podiam vencer os soviéticos no Terceiro Mundo, afirmando o seguinte:

“sintomaticamente, a mudança na política da América para Angola não resultou da preocupação com uma vitória do MPLA, ou mesmo com a instauração de um regime marxista em Luanda, mas foi acima de tudo uma consequência do chamado “efeito Vietnam”. Isto é, a *débâcle* norte americana no Vietnam colocou à administração Ford a questão fundamental de demonstrar à URSS, mas também à China, à Europa Ocidental e aos aliados no Terceiro Mundo, que mesmo depois dos acontecimentos na Indochina ainda possuía a capacidade, e a vontade, para resistir à expansão soviética mesmo na periferia do sistema internacional.”

No capítulo III a análise focou-se nas bases da política externa de Angola que foram definidas na 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA. Nessa mesma reunião analisou-se o programa do Partido e automaticamente o do governo. Mas dizer que, embora tenha sido definida a política externa do Estado angolano como tal, após a sua independência, os principais elementos dessa política externa já haviam

²⁵⁵ Sá, Tiago Moreira. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Dom Quixote: Lisboa, 2011, pag.311.

sido trabalhados em Conacri, em julho de 1960. Apesar do MPLA ainda possuir o estatuto de Movimento de Libertação e não de Partido.

No “Programa Maior do MPLA”, datado de julho de 1960, já se fazia menção à “solidariedade aos povos africanos na luta contra o colonialismo e o imperialismo”, característica esta que foi um dos elementos principais do MPLA e foi adotado logo após a independência como base da política externa e do governo de Agostinho Neto.

Neto, durante o seu pouco tempo de governo, adotou uma política externa muito progressista e pragmática. Ele sempre apoiou muito os movimentos de libertação em África na conquista pela independência. Neste sentido, Agostinho Neto declarou: “Angola é e será, por vontade própria, trincheira firme da revolução em África”. Para Neto, os interesses nacionais vinham em primeiro plano, independente de qualquer coisa. Ele sempre usou o termo “nós somos nós mesmos”, coisa que naquela fase incomodava muito a URSS e o EUA, ou seja, ele não só optou pelo alinhamento, como também não aceitava interferências na sua política interna.

Ao contrário do que muitos pensam, Neto, antes da independência de Angola e ainda como líder do movimento de libertação nacional, havia lançado um pedido de ajuda internacional para que alguém o estendesse a mão, mas por questões ideológicas foi obrigado a se relacionar com a URSS, ou seja, sendo que o MPLA sempre teve um pensamento progressista na luta de libertação dos povos e os EUA já possuíam alguém de confiança em Angola (Holden Roberto da FNLA), Neto optou pelo apoio da URSS e importa salientar que não por uma política convictamente fundamentada nos pressupostos marxista-leninistas.

Um dos grandes feitos de Neto, além da sua conquista pela independência de Angola e o reconhecimento do MPLA a nível internacional como o Partido representante de Angola, foi o fato de ter conseguido tirar de cena, por um bom tempo, a FNLA que era na altura o seu principal opositor. Isso só foi possível devido a sua decisão de reatar as relações com Mobutu S. Seko, então presidente do Zaire (atual R. D. Congo). Muito se acredita no fato de que, caso Neto não tivesse tido mais tempo de governo, o mesmo destino teria a UNITA, sendo que ele havia demonstrado tentativa de proximidade com os EUA.

Uma das poucas críticas que se faz a Neto foi o fato de que, naquela fase, se o MPLA tivesse retirado as bases de treinamento da SWAPO e o ANC de Angola, a guerra teria acabado, uma vez que a situação econômica de Angola era péssima e tinha os gastos exorbitantes com a guerra.

No capítulo III, a discussão no caso de Angola, passa a ser a questão do binômio continuidade e mudança da política externa, que foi uma característica muito forte no governo de José Eduardo dos Santos.

Com a morte do líder Agostinho Neto, toda a estratégia que vinha se desenvolvendo teve uma pequena pausa porque, por um lado, os soviéticos, que se viam ameaçados devido as alterações que Neto vinha fazendo no setor econômico e as tentativas de paz a nível interno com Savimbi, teve um pausa no governo de José Eduardo dos Santos. Entretanto, o novo presidente continuou a linha progressista de Neto no apoio as independências dos povos.

Houve uma reafirmação da ideologia marxista-leninista, ou seja, o percurso da Guerra Fria acabou por ter uma influência muito forte sobre a nova postura do presidente José Eduardo dos Santos. Os soviéticos aproveitaram a oportunidade para aconselhar o novo presidente no sentido de voltar para a ideologia marxista-leninista de forma a manter a soberania do Estado que estava a ser ameaçada. Esse processo de mudanças na política externa foi paulatino sem deixar de ser profundo. Para tanto, vários elementos contribuíram. Primeiramente, as demandas do setores econômico, tanto a nível interno como a nível externo. O Estado angolano não tinha como assegurar por mais tempo uma política de aliança estrita com o campo socialista quando este não podia dar resposta aos problemas da economia que se aprofundava cada vez mais. Em segundo, as pressões domésticas (políticas e econômicas), derivadas do esgotamento do regime e do agravar da guerra civil com a UNITA.

Num estado recém nascido, José Eduardo dos Santos vai aos poucos se tornando um “equilibrista”, no sentido em conseguiu misturar os estilos de Neto com os demais. Pensava-se que Angola ficaria na dependência internacional, mas dos Santos conseguiu utilizar bem a política do petróleo em prol do Estado angolano, pelo menos no sentido de manter o governo do MPLA no poder com respaldo internacional.

Finalmente, Dos Santos teve uma antecipação ou visão do futuro e não esperou como alguns estados, haja vista que começou a efetuar mudanças na política de Angola, prevendo que o cenário internacional iria ter um outro prisma. Neste contexto, ele deixa de ter uma ligação bem mais direta com URSS e passa a se preocupar mais com o mundo global, atuando de forma bastante pragmática ao desvincular-se, sem grandes rupturas, com elementos ideológicos que por muitos anos vincularam Angola ao bloco socialista.

Toda essa análise leva à conclusão de que é indubitável o fato que a independência de Angola, em contexto de crise internacionalizada, reforçou a entrada da África no campo de ação direta da Guerra Fria. Foram os acontecimentos no sistema internacional que obrigaram as mudanças na política externa de Angola, de tal forma que muitas vezes não houve uma harmonia nas diretrizes da política externa angolana. Por essa razão, o nosso argumento é de que Angola atuou dentro de uma coerência possível, com o pragmatismo como fonte da política externa do governo de Agostinho Neto e de José Eduardo dos Santos, na defesa e soberania do recém Estado angolano.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, José Mena, *Angola em paz: novos desafios*. Luanda: Edições Maianga, 2005.

ALVES, Nito. *Discurso no comício de encerramento da campanha eleitoral para os órgãos do Poder Popular*, Luanda: edição DIP-MPLA, 1976.

AMADO, Luiz Cervo. *Conceitos em Relações Internacionais*, Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional. 2008, 51 (2): 8-25

ARAÚJO, Kelly Cristina Oliveira. “*Um só povo, uma só nação*” *O discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola (1975-1979)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado.

ARTUR, Queiroz, *A via agreste da liberdade, Angola do 25 de Abril ao 11 de Novembro*, Lisboa: Edição Maianga,. 1978.

BALASSA, Béla, *The theory of economic integration*, London: Allen & Unwin. 1961.

-----, *Trade Liberalization under the Kennedy Round*, London: Review of Economics and Statistics, Maio, 1967.

BENY, Eduardo. *A paz e a Guerra nas novas relações internacionais*, Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos. O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2002. Tese de Doutorado.

BONIFACE, Pascal. *Atlas das relações internacionais*, Setembro, Lisboa: Planto Edições Técnicas, 1997.

CAMPOS, Armando, *África do Sul potencia Regional*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996.

CAMUTENHA, Alberto Manuel, *A intervenção Cubana em Angola 1975-1991*. Luanda: Monografia de Relações Internacionais no IRI/MIREX, 2008.

CARREIRA, Iko, *Memórias*, Luanda: Nzila, 2005.

-----, *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa: publicações Dom Quixote, 1996.

CATIAVALA, Angelina Filipa Pessoa. *A política externa de Angola no contexto da comunidade para o desenvolvimento da África Austral (1975-2002)*. Luanda: Instituto de Relações Internacionais - MIREX, 2011. Monografia.

Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. *História do MPLA 1º Volume (1940-1966)*. Luanda: CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

CLAPHAM, Christopher. *Africa and international system – The politics of state survival*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira da. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Tese de Doutorado.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO COMITÉ CENTRAL DO MPLA-PARTIDO DO TRABALHO. *Angola: Trabalho e Luta*. Luanda: Edições DIP, 1985.

FRIEDRICH, Jörg; KRATOCHWIL, Friedrich. *On Acting and Knowing: How Pragmatism Can Advance International Relations Research and Methodology*. In International Organization nº 63, 2009.

FURTUNATO, José. *Angola – Documentos do MPLA*, Lisboa: ULMEIRO, 1977.

HODGES, Tony, *Angola-Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Cascais: PRINCIPIA, 2002.

IGNATIEV, Oleg, *uma arma secreta em África*, Moscovo: Edições Progresso, 1977.

JOVETA, José. *A Política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais com o Brasil*, Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Tese de Doutorado.

JUNIOR, Miguel. *O fracasso da Operação Savannah*, Luanda: Mayamba, 2011.

KENT, John, *The United States and the Decolonization of Black Africa, 1945-63*, em David Ryan e Victor Pungog, *The United States and Decolonization: power and freedom*, New York: St Martin Press, 2000.

LIBERATTI, Marco António. *A Guerra Civil em Angola: dimensões históricas e contemporâneas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Dissertação de Mestrado.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Diplomacia Pura*. Lisboa: Bizâncio, 1ª edição, Novembro:, 2005.

MALAQUIAS, Assis. *Angola: The Foreign Policy of a Decaying State*. In: WRIGHT, Stephen. *African Foreign Policies*. Arizona: Westview Press, 1998. Cap.2, pag23-42.

MATEUS, Dalila Cabrita. MATEUS, Álvaro, *Purga em Angola*, Alfragide: Texto Editores, Outubro 2011.

MILHAZES, José, *Angola o princípio do fim da União Soviética*, Lisboa: Nova Veja, 2009.

Ministério da Comunicação Social da República da Angola. *REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADOS E DE GOVERNOS DA SADC, ANGOLA, Realidades, Perspectivas e Presença na África Austral*, Luanda: Editora José Luís de Matos, 2002.

MORAIS, Beatriz, *A cooperação e a Integração da África Austral –SADC: o papel de Angola*, São Paulo: CEA, 1998.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar, *Teoria das Relações Internacionais – correntes e debates*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOSOLINI, Elber Eugenio Carlos. *Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa: aproximação, distanciamento e reaproximação (1975 aos dias atuais)*, Brasília: Universidade de Brasília, 2004. Dissertação de Mestrado.

MPLA, – Reunião Plenária do Comité Central (23/29 Outubro 1976). NASSER, Reginaldo Mattar. *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*, São Paulo: UNESP, 2009.

NYE, Joseph S. Jr., *The Future of Power*. Washington DC: Public Affairs. 2010.

OPIMBA, Lambert Opara. *L'Impact de la dynamique de l'integration regionale sur les pays de la SADC: Une analyse theorique et empirique*, Bordeaux : Universidade Montesquieu-Bordeaux IV, 2009. Tese de Doutorado.

Resoluções do I Congresso da UNTA, CDIH

PANTOJA, Selma. SARAIVA, José Flavio Sombra. *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução Às Relações Internacionais: temas, atores e visões*, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PENNA FILHO, Pio. *África contemporânea: do colonialismo aos dias atuais*, Brasília: Hinterlândia, 2009.

PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola no Percurso de Um Nacionalista*, Porto: Edições Afrontamento, 2006.

RISSE-KAPPEN, Thomas. *Bringing Transnational relations back in: introduction*. In: *Bringing Transnational relations back in Non-state actors, domestic structures and international institutions*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995. Cap.1 p3-33.

RODRIGUES, Deolinda, *Diário de um exílio sem regresso*, Luanda: Nzila, 2003.

SÁ, Tiago Moreira, *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Lisboa: Dom Quixote, 2011.

SARAIVA, José Flavio Sombra. *Formação de África contemporânea*, São Paulo: Atual, Campinas Editora da UNICAMP, 1991.

_____. O lugar da África. *A dimensão Atlântica da política externa do Brasil (1946 a nossos dias)*, Brasília: ED Universidade de Brasília, 1996.

_____(org.). *História das relações internacionais contemporâneas – da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*, São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

SHUBIN, Vladimir Gennadyevich. *The Hot Cold War – The USSR in Southern Africa*, London: Pluto Press, 2008.

SILVA, José Paulino Cunha, *As resoluções das Nações Unidas Sobre Angola*, Luanda: Editorial Nzila, 2002.

SPÍNOLA, António de, *País Sem Rumor, Contributo para a Historia de uma revolução*, S.L.: SCIRE, 1978.

VICENTE, São, *Angola e África do Sul*, Luanda: Luanda, 1994.

WRIGHT, Stephen (ed). *African foreign policies*, Boulder (Colorado, EUA), Westview Press, 1999.

ZAU, Filipe, *Marítimo Africanos e um Clube com História*, 2005.

JORNAIS E REVISTAS

Angolense, semanário de Luanda, nº 132, 26.5 a 2.6.2001.

ANDRADE, Mário Pinto, «*O porque de uma frente angolana*», in Boletim Unidade Angolana, Dezembro de 1961.

FEYERABEND, Paul. *How to Defend Society Against Science*. In Radical Philosophy nº11, Summer 1975.

O Jornal, nº 722, 14.6.1977 e Agostinho Neto, *O que é o Fraccionismo*, Coleções Resistência, texto nº 19. Edição DOR, Luanda.

Informe do Bureau Político sobre a Tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio, in *Boletim do Militante*, número especial, 12.07.1977.

Jornal de Noticias, “*Angola, 20 anos depois*”, 20.06.2001. <<http://www.arlindo-correia.com/200601.html>>.

Jornal de Noticias, “Angola, 20 anos depois”, 20.06.2001. <<http://www.arlindo-correia.com/200601.html>>.

MPLA-Partido do Trabalho, *Viagem Histórica de Cda. Presidente ao Zaíre*. Boletim do Militante, Luanda, ano II, nº6, Agosto, 1978.

-----, *Visita do General Mobutu a República Popular de Angola*. Boletim do Militante, Luanda: ano II, nº42, Outubro, 1978.

NYE, Joseph S. Jr. “**Comparative Regional Integration: Concepts and Measurement**,” International Organization, Vol. 22, No. 4.1968.

FILMES

RTP LX 790135XS, vídeo-filme elaborado pela TPA, com a colaboração do Ministério da Defesa da República de Angola, sobre <*Os acontecimentos de 27 de Maio de 1977*>.

INTERNET

Macua, Agostinho Neto o poeta mandou matar, 30.07.2006. http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/08/agostinho_netto_.html

<http://www.granma.cubaveb.cu/secciones/generales/art08.html>, <Secretos de Generales>, número especial do jornal Granma, por ocasião do 50º aniversário das forças armadas de Cuba.

AGOSTINHO NETO FOI ASSASSINADO PELOS RUSSOS <http://angolalibre.e-monsite.com/pages/mais-noticias/agostinho-neto-teria-sido-assassinado-pelos-russos.html>

ENTREVISTAS

ANDRADE, Mário Pinto, Uma entrevista dada a Michael Laban, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997.

FRANCISCO, Maria Fernanda Carvalho secretaria geral adjunta e para as relações internacionais da UNTA-CS, entrevista concedida a La Olla TV, canal televisivo da Central dos Trabalhadores da Argentina – CTA, 17 de Agosto de 2012.

MBIANGA, Donato. Professor do Instituto de Relações Internacionais de Angola-MIREX. Política externa de Angola, 15 de Janeiro de 2013, Luanda, entrevista concedida a Alberto André Carvalho Francisco.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Política externa de Angola, 15 de Agosto de 2012, São Paulo, entrevista concedida a Alberto André Carvalho Francisco.